

**OS PROJETOS HIDRELÉTRICOS COMO CAUSA DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS:
MIGRAÇÕES FORÇADAS EM NOME DO DESENVOLVIMENTO**

LAURA COUTINHO PINTO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM GLOBALIZAÇÃO E AMBIENTE**

SETEMBRO, 2012

**OS PROJETOS HIDRELÉTRICOS COMO CAUSA DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS:
MIGRAÇÕES FORÇADAS EM NOME DO DESENVOLVIMENTO**

LAURA COUTINHO PINTO

**DISSERTAÇÃO DE MESTRADO EM CIÊNCIA POLÍTICA E RELAÇÕES INTERNACIONAIS
ESPECIALIZAÇÃO EM GLOBALIZAÇÃO E AMBIENTE**

SETEMBRO, 2012

DECLARAÇÃO

Declaro que esta dissertação é o resultado da minha investigação pessoal e independente. O seu conteúdo é original e todas as fontes consultadas estão devidamente mencionadas no texto, nas notas e na bibliografia.

O candidato,

Laura Coutinho Pinto

Florianópolis, 30 de setembro de 2012

Declaro que esta dissertação se encontra em condições de ser apresentada a provas públicas.

A orientadora,

Lisboa, 30 de setembro de 2012

Dissertação apresentada para cumprimento dos requisitos necessários à obtenção do grau de Mestre em Ciência Política e Relações Internacionais – Especialização em Globalização e Ambiente, realizada sob orientação científica da Professora Doutora Teresa Rodrigues.

Aos meus pais, Telêmaco e Léa, que me educaram sob os preceitos da justiça, da
humanidade e do respeito ao próximo, valores que orientam meus passos.
A Clarissa e ao Juliano, inspirações de caráter e ética.
Ao Fabrício, companheiro que me ofereceu apoio incondicional e me guiou no trabalhoso e
fascinante caminho da ciência.
A todos que, de alguma forma, me incentivaram a seguir.

AGRADECIMENTOS

A Professora Doutora Teresa Rodrigues, orientadora desta pesquisa, pelos ensinamentos e pela confiança em mim depositada na realização deste desafio.

A Aná Giane de Souza Cadore, do Centro de Divulgação Ambiental – CDA, pela cooperação e a gentileza ao disponibilizar dados necessários a este estudo.

Aos colegas da Universidade Nova de Lisboa, que partilharam o seu conhecimento e suas vivências enriquecendo e experiência.

As amigas de Portugal, Márcia, Luisa e Juliana, que colaboraram, cada uma a sua forma, para que esta pesquisa fosse realizada.

Por fim, à Universidade Nova de Lisboa, que me proporcionou a possibilidade de estudar sobre Globalização fora do Brasil, fortalecendo assim o meu olhar científico sobre os problemas do meu país, inserido num contexto mundial.

RESUMO

OS PROJETOS HIDRELÉTRICOS COMO CAUSA DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS: MIGRAÇÕES FORÇADAS EM NOME DO DESENVOLVIMENTO

LAURA COUTINHO PINTO

PALAVRAS-CHAVE: Migrações forçadas, barragens, populações atingidas por barragens, indenizações.

Com um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, o Brasil conta com a energia hidrelétrica como matriz principal para geração de energia elétrica. Essa política acarreta fortes impactos sociais e ambientais nas regiões inundadas pela implantação dos lagos das barragens que servem para a contenção de água, artifício necessário para a geração de energia pelas unidades hidrelétricas. As populações atingidas pelas barragens são levadas a migrações compulsórias, deixando suas terras e muitas vezes a sua cultura. O objetivo deste estudo é analisar de que forma ocorreu a migração das populações atingidas pela implantação das Hidrelétricas brasileiras de Tucuruí, no norte do Brasil, e a de Itá, no sul do país. Analisa, também, a política de indenização por desalojamento, o encaminhamento destas populações e de que forma se organizam os movimentos de resistência à política de alagamento. A metodologia foi desenvolvida a partir de uma análise qualitativa bibliográfica, recolhida em livros, em estatísticas e relatórios de instituições governamentais e não-governamentais, como a Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), as Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. (ELETROBRÁS), as Centrais Elétricas do Norte do Brasil (ELETRONORTE) e World Commission on Dams (WCD) e o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), dentre outros documentos sobre os projetos de desenvolvimento de barragens no Brasil e no mundo.

ABSTRACT

OS PROJETOS HIDRELÉTRICOS COMO CAUSA DOS DESLOCAMENTOS POPULACIONAIS: MIGRAÇÕES FORÇADAS EM NOME DO DESENVOLVIMENTO

LAURA COUTINHO PINTO

KEYWORDS: Forced migrations, dams, population affected by dams and indemnifications.

With one of the largest hydropower potential in the world, Brazil relies on the hydropower as the main matrix for generating electricity. This policy carries strong social and environmental impacts in the areas flooded by the lakes that serve to contain water, artifice required for power generation by hydroelectric power plant units. The populations affected by dams are carried to coercive migrations, leaving their lands, work and often their culture. The aim of this study is to examine how the forced migration of the population was affected by the operation of Tucuruí Hydroelectric Power Plant, in Northern Brazil, and Itá Hydroelectric Power Plant, in the South of the country. This study also analyzes the policy of compensation for displacement, the routing of these populations and how they organize resistance movements to the policy of flooding. The methodology was developed from a qualitative analysis of the literature, collected in books, statistics and reports from governmental and non-governmental organizations such as the National Electric Energy Agency (ANEEL), the Power Plants in Southern Brazil SA (Eletrobrás), the Power Plants of Northern Brazil (Eletronorte), the World Commission on Dams (WCD) and the Movement of People Affected by Dams (MAB), among other documents related on development projects of dams in Brazil and worldwide.

ÍNDICE

Introdução	1
CAPÍTULO I.....	8
Migrações: enquadramento teórico, conceitual e contextual.....	8
I.1. O Conceito de Migração e as Teorias Migratórias	9
I.2. Os diferentes tipos de migrante e movimentos migratórios	13
I.2.1. Migrações internas no Brasil	16
I.2.2. Migrações forçadas	18
I.2.2.1. Deslocamentos induzidos por conflitos	20
I.2.2.2. Deslocamentos induzidos por desastres.....	21
I.2.2.3. Deslocamentos induzidos por obras de desenvolvimento	22
I.2.2.3.1. Migração por obras de barragem.....	24
CAPÍTULO II.....	28
Sociedade, política energética e legislação ambiental no Brasil	28
II. 1. Contexto histórico, econômico, social e populacional brasileiro.....	29
II.1.1 Breve contexto histórico	29
II.1.2 Dados sociais e econômicos brasileiros	30
II.2. História da energia elétrica no Brasil	33
II.3 As matrizes de energia elétrica no Brasil e a importância da energia hidrelétrica.....	37
II.4 A legislação ambiental brasileira	44
II.4.1 Os índios e o direito no Brasil	49
CAPÍTULO III.....	54
Populações deslocadas pelas barragens: os casos das Hidrelétricas de Tucuruí e Itá.....	54
III.1 Atingidos por barragens: danos e perdas com a migração compulsória	55
III.2 Possibilidades de deslocamento por barragem	58
III.2.1 Deslocados não-reassentados.....	58
III.2.2 Deslocados reassentados	59
III.2.2.1 Compensação em dinheiro.....	59
III.2.2.2 Reassentamento individual rural	60
III.2.2.3 Reassentamento individual urbano	60
III.2.2.4 Reassentamento coletivo rural	60
III.2.2.5 Reassentamento coletivo urbano	61
III.2.2.6 Reassentamento em terras remanescentes	61

III.3 Tipos de migrações causadas por obras de barragem	61
III.4 Hidrelétrica de Tucuruí.....	62
III.4.1 Dados gerais da obra	63
III.4.2 Características da região	64
III.4.3 Histórico da barragem e movimento social	65
III.4.4 Populações atingidas.....	68
III.4.4.1 Povos indígenas atingidos	72
III.4.3.2 Os índios Parakanã	73
III.4.5 Conflitos sociais e o processo de negociação.....	76
III.4.5 Reparação.....	78
III.5 O caso da Hidrelétrica de Itá	81
III.5.1. Dados gerais da obra	82
III.5.2 Características da região	85
III.5.3 Histórico da barragem e do movimento social	86
III.5.6 Populações e equipamentos atingidos.....	89
III.5.5 Conflitos sociais e o processo de negociação.....	91
III.5.5 Formas de reparação.....	94
III.5.5.1 Reassentamento rural	96
III.5.5.2 Indenização.....	99
III.5.5.3 Carta de crédito	100
III.5.5.4 Terras remanescentes	102
III.5.5.5 Relocação da cidade de Itá.....	103
III.5.5.7 Programas socio-ambientais	105
III.6 Resumo da análise das Hidrelétricas de Tucuruí e Itá.....	106
Considerações finais.....	107
Bibliografia.....	112
ANEXOS	117
ANEXO A – CONCLUSÕES DA ANÁLISE DA COMISSÃO SOBRE OS IMPACTOS DE TUCURUÍ	117
ANEXO B – TERMO DE DESISTÊNCIA UTILIZADO PELA ELETRONORTE	120
ANEXO C – MATÉRIA JORNAL ZERO HORA SOBRE AMEAÇA DE INVASÃO À USINA	121
ANEXO D – MATÉRIA JORNAL ZERO HORA SOBRE INVASÃO NA USINA DE ITÁ.....	122
LISTA DE FIGURAS.....	123

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AMFORP - American & Foreign Power Company
BIRD- Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento
CDDP – Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana
CRAB - Comissão Regional dos Atingidos por Barragens
EIA-RIMA - Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental
ELETROBRÁS - Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A
ELETRONORTE - Centrais Elétricas do Norte do Brasil
ESCELSA - Santo Centrais Elétricas S/A
FMO - *Forced Migration Online*
FURNAS - Centrais Elétricas de Furnas S/A
GERASUL - Centrais Geradoras do Sul do Brasil S.A
IASFM - International Association for the Study of Forced Migration
IBAMA - Instituto Brasileiro de Meio Ambiente
INCRA - Instituto Nacional de Reforma Agrária
IOM – International Organization for Migration
IPPUR-UFRJ - Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro
KW- Quilowatts
PROCERA - Programa Especial de Crédito para a Reforma Agrária
MAB - Movimento dos Atingidos por Barragens
MASTER- Movimento dos Agricultores Sem Terra
Unstat - Nations Statistics Division
UHE - Usina Hidrelétrica

Introdução

Dentro do âmbito do estudo das Migrações foi escolhido o tema das Migrações Forçadas, deslocamentos no qual existe um fator de coersão, seja resultado de ações da natureza ou por meio de ação do homem. Nesta categoria, enquadram-se, entre outros, os refugiados, os requerentes de asilo, os deslocados por desastres e os deslocados do desenvolvimento, foco desta pesquisa. Neste contexto, as migrações compulsórias aqui estudadas são caracterizadas pelo deslocamento forçado dos habitantes de regiões inundadas pela implantação dos lagos das barragens que servem para a contenção de água, artifício necessário para a geração de energia pelas unidades hidrelétricas.

Atualmente, a construção de hidrelétricas configura-se como uma das grandes causas dos deslocamentos por obras de desenvolvimento. Segundo o Banco Mundial (1994, cit. por Vainer, 2000, p. 828) grandes projetos deslocam 10 milhões de pessoas anualmente, sendo que 4 milhões de pessoas são compulsoriamente deslocadas para dar lugar aos lagos artificiais criados por grandes barragens. No mundo, estima-se que 80 milhões de pessoas já tenham sido atingidas pela construção de barragens. No Brasil, a estimativa é de um milhão de brasileiros expulsos de suas terras pelo mesmo motivo nos últimos 40 anos. No país, as populações rurais foram as mais impactadas por projetos deste gênero, principalmente a partir da década de 1960. Tais obras transformam radicalmente o meio ambiente local e a vida não apenas das pessoas que tiveram suas casas alagadas mas também as comunidades do entorno. Segundo os estudos do professor Carlos Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional da Universidade Federal do Rio de Janeiro (Ippur-UFRJ), este é um problema de escala mundial.

“A história da implantação de grandes barragens parece ser a mesma em toda a parte. Em todo o mundo a grande barragem serve ao mesmo modelo de desenvolvimento. Nos mais diversos países, o grande projeto hídrico busca impor um mesmo padrão de apropriação e uso dos recursos naturais. Nas mais variadas latitudes a coalizão de interesses políticos e econômicos que promove grandes hidrelétricas tem mais ou menos a mesma composição (...). Similares são, aqui e ali, os beneficiários da energia gerada pelas hidrelétricas (...)” (Vainer, 1997, p.12 cit. por Viana, 2003, p.13).

O contexto de crescimento econômico atual verificado no Brasil e o crescente consumo de energia elétrica tem fomentado investimentos na ampliação da produção de energia elétrica. Tal cenário somado ao potencial hídrico disponível, tornou as hidrelétricas matrizes ideais para o abastecimento da população, conforme avaliação do governo federal. Com um dos maiores potenciais hidrelétricos do mundo, o Brasil hoje conta com a energia hidrelétrica como matriz principal para geração de energia elétrica, ficando o restante distribuído entre as outras fontes de geração, quais sejam, eólica, solar e térmica. Hoje, a hidroeletricidade corresponde a 71% do volume total de energia elétrica gerada no país¹. Nos últimos 30 anos, esta fonte de energia foi multiplicada por sete. No total, existem 1.001 empreendimentos de geração de energia hidrelétrica em operação. Para os próximos anos, está prevista uma adição de 66 empreendimentos atualmente em construção e mais 200 já outorgados mas que ainda não começaram sua construção². Todas as bacias hidrográficas brasileiras são utilizadas ou, ao menos, visadas, para receberem obras deste tipo, sendo que a bacia do Amazonas será uma das mais exploradas até 2017, assim como toda a região Norte e Centro Sul, regiões que abrigam dois ecossistemas de riquíssima biodiversidade: a selva amazônica e o Pantanal. Para atender a demanda de uma população ativa de mais de 190 milhões de pessoas com necessidade crescente de recursos e energia, o governo federal já deu mostras de que fez e continua fazendo uma forte aposta na ampliação da geração de energia tendo como matriz a hidroelétrica.

Uma escolha que aparenta ser meramente de cariz energético e econômico, tem também fortes impactos sociais e ambientais. Tal opção pela energia hidrelétrica, torna o problema dos atingidos por barragens excepcionalmente marcante e merecedor de atenção. No Brasil, de forma geral, as populações afetadas de uma maneira ou outra pela construção de uma usina hidroelétrica e sua barragem são reconhecidas pelo termo de atingidos.

Neste trabalho pretende-se incentivar a discussão sobre as migrações compulsórias, analisando especificamente o caso dos deslocamentos ocorridos em virtude dos projetos voltados para atender as demandas de consumo energético. Para a escolha de tal tema influenciou a sua contemporaneidade e a necessidade de que seja mais discutido e analisado para uma maior compreensão.

¹ Disponível em <http://www.brasil.gov.br/cop/panorama/o-que-o-brasil-esta-fazendo/matriz-energetica>

² <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>

Sem dúvida, houve evolução na experiência brasileira dessa temática nos últimos 30 anos. O próprio conceito de impactado evoluiu junto com a ampliação do respeito aos direitos não apenas dos diretamente atingidos pelo reservatório das usinas, mas também de todos que, de alguma forma, sofrem com esse impacto. Na década de 1970, o atingido era unicamente o proprietário que tinha que abandonar suas terras para a construção das barragens, numa aceção que englobava apenas o universo patrimonial. Assim, as empresas do setor elétrico limitavam-se a indenizar os proprietários de áreas a serem inundadas. Na sequência da concepção patrimonialista, a concepção hídrica identifica atingido e inundado e também tende a limitar os efeitos do empreendimento à área inundada, fazendo com que o termo atingido seja compreendido por inundado, deslocado compulsório ou reassentado involuntário. A percepção hídrica deixa de fora o caso, por exemplo, de municípios que não tiveram áreas inundadas, mas que sofreram severas consequências com a implementação da barragem. Conforme Vainer (2003, p. 7) a concepção hídrica seria apenas uma reformulação da concepção territorial-patrimonialista.

A emergência da legislação ambiental e de uma legislação estabelecendo regras para o licenciamento ambiental fez com que a questão dos impactos sociais e ambientais ganhasse relevância no Brasil (Vainer, 2003, p.5). Ainda assim, as concepções patrimonialista e hídrica permanecem em algumas circunstâncias. Embora as leis ambientais brasileiras sustentem a justa compensação das famílias atingidas por barragens, na prática nem sempre corresponde ao quadro legislativo, cuja aplicação varia de acordo com o projeto em questão.

“Estas leis são os quadros das aplicações desejadas pela legislação, mas compete seguidamente às empresas respeitá-las ou não, ao governo fazê-las aplicar e aos atingidos compete lhes reivindicar e as fazer valer. Estes contrastes são nomeados por C. Caubet sob o conceito de "normas aparentes" isso quer dizer "a lei é redigida, aquilo assemelha-se a uma lei, mas não é levada a efeito." Para C. Caubet, o descumprimento da lei é quase sistemático nos casos de construções de barragens no Brasil.”³

Muitos casos sustentam essa hipótese. Um dos exemplos é barragem de Sobradinho (Bahia), que foi construída há vinte anos e onde alguns expulsos ainda não foram indenizados. Diversos critérios podem explicar estas variações: a localização, a vontade da

³ Disponível em: http://halshs.archives-ouvertes.fr/docs/00/38/10/79/PDF/Artigo_-_II_Encontro_Barragens_-_G_Leturcq.pdf. [Consult. 10. Jul. 2012].

empresa, a pressão das vítimas e das organizações sociais, as condições financeiras, etc. (Leturcq, 2009, p. 8).

“Apesar dos inúmeros avanços conquistados até hoje pelos diversos setores engajados na luta contra as barragens e contra o modelo de planejamento do setor elétrico e hídrico (como o adiamento, a paralisação e, em algumas vezes, o abandono de grandes projetos, redesenho dos projetos e inclusão de programas de reassentamento e ressarcimento das perdas que originalmente não constavam nos projetos), são muitos, ainda, os obstáculos e reivindicações a serem atendidas. Uma delas é a reparação das perdas e danos individuais e coletivos, materiais e imateriais sofridos pelas populações atingidas por barragens, que mesmo depois de vários anos da conclusão das obras ainda se encontram com uma condição de vida precária” (Viana, 2003, p. 15).

Entender a natureza do processo social que é desencadeado por empreendimentos voltados para o desenvolvimento é primordial. Compreender que é um processo de cariz econômico, político, cultural e ambiental, sendo ele um desencadeador de novas dinâmicas sócio-econômicas, novos grupos sociais, novos interesses e novos problemas. Tal é a gravidade deste cenário e a necessidade de chamar a atenção para a complexidade da situação que se impõe aos atingidos, que alguns autores comparam tal condição com a situação dos refugiados e até defendem que o conceito adequado nesta situação seria refugiado, aproximando a questão de fatores políticos, econômicos e de coersão que violam direitos humanos, abrangendo assim uma nova abordagem no sentido de reconhecimento dos direitos e fragilidades destes grupos expulsos. Também há autores que relacionam o número de refugiados por obras de desenvolvimento com os números de deslocados por guerras.

“A implantação e operação de grandes hidrelétricas, no Brasil e no mundo, provocam um conjunto de mudanças nas tradicionais formas de organização e dinâmica de sua área de implantação, trazendo repercussões negativas sobre as modalidades de sobrevivência e as condições de vida da população, contribuindo para a disseminação e aprofundamento da pobreza e da desestruturação social” (Pinheiro, 2006, p. 13).

É importante notar que tal impacto se dá principalmente sob populações tradicionais e subalternizadas da sociedade brasileira, caso dos índios, quilombolas e comunidades ribeirinhas que deixam para trás patrimônios materiais e imateriais presentes nos locais onde moravam. A hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, no coração da Amazônia,

orçada em 13 bilhões de dólares, é o projeto mais polêmico do ponto de vista social e ambiental em andamento hoje no Brasil. O impacto sobre os mais de 2.000 indígenas desta região do Xingu é um dos grandes problemas representados pela barragem, que terá uma potência de 11.233 MW (cerca de 11% da capacidade instalada do país), perdendo apenas para Três Gargantas, na China, e Itaipu, de Brasil-Paraguai, e que inundará 502 km², quase o dobro do espaço ocupado atualmente pelo rio. Em termos de atingidos diretos, serão cerca de 6 mil famílias, que serão realocadas em um reassentamento próximo.

Em 2010, a Comissão Interamericana de Direitos Humanos da OEA orientou que as obras parassem para os índios serem consultados. O Brasil rejeitou o pedido, argumentando que as comunidades haviam sido informadas (Correio Braziliense, 2012)⁴.

Dada a importância do tema, que envolve uma categoria de novos migrantes que tende a aumentar se levarmos em conta o plano do Governo Federal, esta pesquisa tem como objetivo analisar de que forma se deram alguns desses deslocamentos forçados. Através de dois exemplos de implantações de hidrelétricas e das migrações que elas causaram, analisaremos aspectos pertinentes aos deslocamentos. Entre os aspectos analisados estão a participação ou não dos atingidos no processo de decisão sobre as circunstâncias do deslocamento, localização da nova morada, se houve reassentamento (ou seja, todos os moradores seguiram para o mesmo local, previamente preparado pela empresa responsável) ou se deu o processo de indenização, no qual cada morador recebe o valor estimado pelo patrimônio que perdeu e decide individualmente a futura morada. Há, ainda, uma terceira possibilidade que é a obtenção por parte dos atingidos de uma carta de crédito, apta a ser utilizada na aquisição de outro pedaço de terra. Aspectos sobre a reinserção no mercado de trabalho e recuperação da rede social também serão contemplados na análise. Por fim, outro ponto importante a ser analisado é se os moradores deslocados se os atingidos tiveram opção de escolha na tomada de decisão.

O tema escolhido – *Os projetos hidrelétricos como causa dos deslocamentos populacionais: migrações forçadas em nome do desenvolvimento* visa responder à seguinte questão: ***De que forma as implantações das barragens hidrelétricas afetam as populações e determinam seus deslocamentos?***

⁴ “Belo Monte prejudica Amazônia e lança sombra sobre a Rio+20”. Matéria disponível em <http://www2.correiobraziliense.com.br/sersustentavel/?p=3406>. Consult. em 18.jun.2012

Partindo desta pergunta, estabelecemos como nosso objetivo geral: ***analisar de que forma se deram as implantações de duas hidrelétricas brasileiras e como ocorreu a migração das populações atingidas.***

Para atingir o objetivo geral, os objetivos específicos que nos conduzirão nesta investigação, são os seguintes:

Conhecer a legislação ambiental brasileira no que concerne ao direito dos atingidos por obras de desenvolvimento;

Avaliar se tais regras foram empregadas nos exemplos de obras selecionados, identificar as políticas de mitigação e compensação aplicadas pelas empresas no que se refere ao desalojamento e ao encaminhamento destas populações

Identificar de que forma se organizam os movimentos de resistência à política de alagamento;

Depois da análise detalhada da literatura especializada sobre o tema, pretendemos traçar um quadro exemplificando diferentes linhas de pesquisa:

1. As hidrelétricas geram deslocamentos populacionais;
2. Será que os deslocamentos populacionais por obras de barragens no Brasil estão sendo realizados dentro do que se considera um processo justo e inclusivo, considerando como parâmetro de análise a legislação em vigor no país?

As questões aqui apresentadas nos levaram a estruturar o trabalho nos seguintes capítulos:

Nos dois primeiros capítulos configuram-se os aportes teóricos necessários para encaminhar a pesquisa. No primeiro capítulo são tratados os conceitos e teorias migratórias, elencando os diferentes tipos de migrações forçadas focado na análise das migrações forçadas por obras de desenvolvimento. No segundo capítulo, o aporte teórico está voltado para duas abordagens: a demanda energética no contexto da globalização e a política energética brasileira, e a legislação ambiental no que concerne aos atingidos por obras de desenvolvimento no Brasil.

No capítulo 3 são analisados os deslocamentos gerados pela implantação de duas diferentes hidrelétricas. Em cada caso, são identificados o nível de impacto aos atingidos diretos pelo lago, como se deram os deslocamentos e como se estruturou o movimento de resistência.

Para o encaminhamento da investigação foram utilizados, como fonte bibliográfica, os autores supracitados, entre outros. A metodologia foi desenvolvida a partir de uma análise qualitativa bibliográfica. Assim, proceder-se-á a uma análise aprofundada dos dados recolhidos disponíveis em relatórios de instituições governamentais e não-governamentais tais como ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica), MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens), WCD (World Commission on Dams) sobre os projetos de desenvolvimento de barragens no Brasil e no mundo.

Além disso, foi realizada pesquisa em dados recentes acerca da realidade mundial sobre os atingidos por barragens que dizem respeito, mais especificamente, às regiões analisadas. A pesquisa documental foi baseada em fontes estatísticas, documentação institucional, documentos orientadores de políticas, legislação, papers científicos, livros e artigos de imprensa.

Os questionamentos que norteiam este trabalho são os elencados a seguir:

1. De que maneira a política de desenvolvimento econômico e mais precisamente a política energética brasileira interfere nos direitos humanos dos cidadãos envolvidos nas desapropriações de terras necessárias para a implementação das barragens;
2. O nível de impacto causado pela migração forçada das famílias que residiam em locais que deram lugar para as barragens;
3. As possibilidades de resistência, alternativas ou mitigação e/ou compensação de tais impactos.

CAPÍTULO I

Migrações: enquadramento teórico, conceitual e contextual

Neste capítulo, apresentam-se algumas reflexões sobre os conceitos que irão basear este estudo, designadamente àqueles voltados para o assunto das migrações, especificamente os deslocamentos forçados. Trata-se de uma síntese sem pretensões de esgotar o tema, uma vez que isso seria inadequado num trabalho deste fôlego. Cientes de que alguns destes conceitos mereceriam por si só um trabalho autônomo, o objectivo deste estudo consiste apenas em apresentar algumas definições necessárias para prosseguir de forma objetiva e cientificamente correta na resposta às nossas questões principais. Para a escolha dos autores utilizados para a construção do pilar de sustentação teórica do trabalho, contou relevância, atualidade das publicações e pertinência destas ao tema pesquisado. Sendo o trabalho voltado para o estudo do fenômeno das migrações por obras de barragem no Brasil, foram consultados, especialmente em relação ao tema específico, autores do país por tratarem-se de cientistas sociais que levam em conta as condições sociais e econômicas brasileiras, característica primordial para uma melhor compreensão deste tipo de deslocamento no Brasil.

I.1. O Conceito de Migração e as Teorias Migratórias

Migração é o processo de pôr-se a caminho (indivíduos ou grupos) para chegar a um destino. Tal movimento pode incluir ultrapassar uma fronteira ou não, fato que definirá a migração como internacional ou interna. Conforme definição da *International Organization for Migration* (IOM, s.d.), migração é qualquer tipo de movimento de pessoas, qualquer que seja a sua duração, composição e causa.

Salim (1992, p.121) procurou agrupar em uma definição genérica os elementos constitutivos das migrações, apontando assim a *distância do deslocamento*, o *tempo de permanência ou residência* e o *local de origem e destino do fluxo*. Conforme o autor, seriam estas as características que apontariam para uma definição formal de migração.

Embora muitos autores tenham conceituado a migração como um movimento autônomo em busca de uma vida melhor, o que remeteria às categoria dos migrantes econômicos ou laborais, a migração é um movimento mais amplo e também engloba a categoria dos refugiados, os deslocados por atos de violência ou reassentados internamente. Seguindo o raciocínio de Vainer (2000, pp. 177-182), nem todo migrante é sujeito da ação de migrar, de maneira que tal ato não passa necessariamente por uma decisão pessoal, de

escolha pela busca de uma vida melhor fora do seu local de origem. No caso das migrações forçadas, por exemplo, a origem do deslocamento é a violência e não o sonho de uma vida melhor.

Limitadas, portanto, as teorias migratórias guardam divergências principalmente quanto ao conceito e às causas do movimento. Autores como Póvoa Neto (1999, p. 45), diante da polêmica em torno dos conceitos de migração, referem o campo de enfrentamento de posições políticas e metodológicas a respeito da migração como constitutivos da *questão migratória*, assumindo desta forma ser esse um ponto polêmico e pouco consensual nas ciências sociais.

De forma resumida, pode-se dividir a teoria migratória existente entre a vertente neoclássica, também chamada de neoclássica-funcionalista ou liberal e a abordagem histórico-estrutural. O conceito de “mobilidade do trabalho”, não sob a forma de teoria, mas de críticas às vertentes citadas acima, também constitui um pensamento a ser analisado na base desta pesquisa.

A abordagem neoclássica é assim classificada pela continuidade que representa em relação às preocupações dos economistas ditos “clássicos”, ao lidarem com a questão do equilíbrio econômico e o papel do trabalho nesse contexto (Póvoa Neto, 1999, p. 50). Conforme a teoria, o indivíduo, de forma racional, decide se empreende o deslocamento ou não com base no seu custo-benefício, migrante, de forma geral, dos menores para os maiores centros onde estariam as vagas no comércio e na indústria (Ravenstein, 1885, p. 198). Nesta vertente, a migração seria a correção de eventuais desequilíbrios socioeconômicos no espaço (Vainer, 1998, pp. 822-824). O território aparece como um espaço de liberdade e a migração como o movimento em que se exercita essa liberdade. Conforme essa abordagem, Peixoto (2004) refere:

“É com base em informação acerca das características da sua região de origem e das potenciais regiões de destino (em particular a situação de emprego e níveis salariais), que o migrante se decide por um percurso migratório”.

Conforme interpretação de Vainer (1998, p. 824) referente ao pensamento neoclássico, os migrantes seriam como a face humana das empresas multinacionais. Enquanto as firmas escolhem um ponto do mundo para desta forma obter mais lucro, os indivíduos, detentores do capital humano, escolhem um ponto do espaço onde podem melhorar suas remunerações (salário e outros elementos que podem ser incorporados à remuneração sob

o conceito de salário indireto). Portanto, no topo da lista dos fatores referentes ao ato migratório, a teoria neoclássica coloca os locais de origem e destino. Em segundo lugar, aparecem os obstáculos intervenientes e, apenas em terceiro, fatores pessoais (IBGE, 2011). Conforme crítica de Vainer (1998, pp. 822-824), tal abordagem representa um mundo utópico de liberdade oportunizada pelo capitalismo e igualdade entre atores econômicos racionais. Logo, os deslocamentos compulsórios, por exemplo, não podem ser analisados sob a luz dessa reflexão, pois excedem à racionalidade econômica embutida na teoria do capitalismo.

Enquanto a abordagem neoclássica enfatiza em suas investigações as motivações que levam as pessoas a migrarem, a abordagem estruturalista lança foco nas determinações estruturais que culminam no ato de movimentar-se. Conforme o pensamento estrutural, é a análise de classes sociais que sofrem a força das estruturas sociais o que explica a maior ou menor propensão para a migração (Póvoa Neto, 1999, p. 50). Conforme Singer (cit. por IBGE, 2011, pp. 12-13), o fenômeno migratório é social e responde aos processos sociais, econômicos e políticos. As desigualdades regionais é que serviriam como motor das migrações externas e internas. O autor citado, por exemplo, escreveu suas contribuições baseadas na teoria estruturalista observando os deslocamentos migratórios rural-urbano. Dentro da análise histórico-estrutural, a migração é encarada como um fenômeno social ao lançar luz sobre as relações sociais de produção e propriedade no contexto das migrações.

Considerando as teorias neoclássica e estruturalista, resta a dificuldade de compatibilizar a influência do contexto social, dando conta da análise estrutural que determina a migração, com a análise da motivação individual do migrante.

A terceira corrente teórica se baseia principalmente na teoria marxista do trabalho, propondo um enfoque no conceito de mobilidade do trabalho. O principal proponente da teoria foi Jean Paul de Gaudemar (1997, cit por Póvoa Neto, 1999, p. 52-53) que vai buscar em Marx a ideia sobre a força de trabalho enquanto mercadoria (fundada com base nas críticas à Economia Política), o argumento para a censura às teorias migratórias existentes. O conceito de mobilidade do trabalho seria caracterizado por um processo no qual os homens tornam-se cada vez mais disponíveis para a utilização compulsória de sua força de trabalho dentro dos princípios capitalistas.

Dentro dessa concepção, a existência de uma massa móvel de trabalhadores não significaria, conforme alguns autores defendem, uma condição permanente da humanidade,

mas sim algo produzido pelo processo de desenvolvimento capitalista. Mais do que uma escolha livre, racional, haveria um constrangimento agindo sobre o trabalhador, que imporia o deslocamento como estratégia de sobrevivência (Póvoa Neto, 1999, p. 53). Mais realista, a teoria da mobilidade do trabalho parece responder de maneira mais adequada aos desafios que as migrações contemporâneas nos apresentam.

Embora ainda insuficiente sob diferentes aspectos, as reflexões na temática migratória tiveram, recentemente, novas contribuições. Há, ainda, uma corrente que defende que a decisão, para além de individual (corrente neoclássica) ou estrutural (macro), é familiar. Teóricos, a exemplo de Wood (1982, cit. por Muniz, 2010, p.6), propõem a adoção do domicílio como unidade de análise. O ponto essencial aqui é que a decisão de migrar não é tomada individualmente e nem totalmente determinada pela sociedade, mas sim por grupos de pessoas, geralmente famílias. Assim, a decisão de migrar é tomada no âmbito da família, nuclear ou estendida, ou mesmo dentro da comunidade. Outros teóricos, como Faist (1997 cit. por IBGE, 2011, p.94) propõem considerar o peso das redes sociais sob o ato migratório, cujo aporte teórico poderia ser a síntese entre as teorias neoclássica e estruturalista.

Corgeau (1990, cit. por IBGE, 2011), reconhece que não é possível tratar a migração apenas como um modelo matemático, com variáveis independentes, mas sim como um processo que envolve outras dimensões da vida do ser humano. Ao lado de outros demógrafos franceses, estudou a “tripla mobilidade”, a relação entre a mobilidade descritiva, semelhante aos registros censitários, e outros fatores, como motivos profissionais e familiares.

Já Massey e colaboradores (1993, p. 432), além da importante contribuição de enfatizar o processo de decisão de migrar no âmbito do micronível, demonstrou em seus estudos a intensificação da mobilidade da mão-de-obra em todas as regiões do mundo. Massey também encara as migrações sob o ângulo das causas cumulativas, ou seja, diferentes variáveis estruturais e individuais que corroboram para esta decisão, sugerindo assim uma teoria mais atual, alinhada com a ideia de que a natureza multifatorial da migração faz com que ela deva ser analisada por uma complexa e multifacetada teoria.

Ao analisar as questões da força de trabalho dentro da globalização e da sociedade em rede, Castells (2011) investigou se realmente é possível falar em uma força de trabalho global e conclui que, embora os trabalhadores imigrantes sejam um componente cada vez

mais importante do mercado de trabalho de muitos países, como Estados Unidos, Canadá, Austrália, Suíça e Alemanha, não significa que o trabalho se globalizou.

“Há, de fato, um mercado global para uma fração minúscula da força de trabalho composta por profissionais com a mais alta especialização [...], no entanto [...] a esmagadora maioria da força de trabalho dos países desenvolvidos e dos países em desenvolvimento permanece presa à nação” (Castells, 2011, p. 300).

Mais recentemente, o peso das redes sociais enquanto condicionantes da migração foi ressaltada por Ramella (1995, cit. por Oliveira, 2008, p.9), sobretudo pelo papel facilitador da inserção no mercado de trabalho e na sociedade do lugar de destino.

Para finalizar a seção destinada às teorias, resta ainda registrar algumas críticas referentes às limitações que as duas principais teorias migratórias impõem aos estudos migratórios e que estão relacionados ao objeto de estudo desta pesquisa. Uma das principais lacunas observadas nas vertentes existentes é ter abstraído do campo da teoria e da pesquisa os processos de deslocamentos associados às relações de poder, à coação e à violência.

“O reconhecimento da violência como fato migratório constitui programa teórico da maior importância, do qual depende introduzir no campo dos estudos migratórios o conjunto de processos de deslocamento de populações que têm como elemento central e dominante o exercício do poder. Um novo e amplíssimo campo de estudos se abre, onde aos supostos automatismos naturais decorrentes do bom comportamento de racionalidades estruturadas ou de estruturas racionalizadas, viriam se substituir o campo do conflito de interesses, o campo da política” (Vainer, 1998, p. 833).

No contexto das questões relativas aos conceitos de migrações, discutem-se os tipos de migrações.

I.2. Os diferentes tipos de migrante e movimentos migratórios

De acordo com a definição da Organização Internacional para Migrações (IOM)⁵, das Nações Unidas, migrante é um indivíduo que tenha residido em um país estrangeiro por mais de um ano. É o indivíduo que, independentemente das causas, voluntária ou involuntária, e dos meios, regular ou irregular, que se utilizou para migrar. Ao considerar

⁵ Disponível em: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/about-migration/key-migration-terms/lang/en#Migration>. [Consult.: 08. Jun.2012].

essa definição, aqueles que viajam por períodos mais curtos como turistas e empresários não seriam considerados migrantes. Por outro lado, conclui-se que, quando a definição aponta as causas involuntárias que agem na equação migratória, a definição inclui os deslocamentos forçados por diferentes motivos, como guerras, perseguição política ou obras de desenvolvimento, tema cuja análise seja mais aprofundada a seguir.

Em termos de migrações internacionais, estima-se que existam cerca de 214 milhões de migrantes internacionais (*United Nations Department of Economic and Social Affairs, 2010*)⁶. Conforme os dados das Nações Unidas, em 2008, cerca de 3% da população mundial havia deixado seu país de origem por um ano ou mais.

“Nas três últimas décadas, as interações transnacionais conheceram uma intensificação dramática, desde a globalização dos sistemas de produção e das transferências financeiras, à disseminação, a uma escala mundial, de informação e imagens através dos meios de comunicação social ou às deslocamentos em massa de pessoas, quer como turista quer como trabalhadores migrantes ou refugiados” (Santos, 2002)⁷.

Dentre os tipos de migrações elencadas pela IOM, um dos mais comuns é a migração “econômica” ou laboral. Constitui os casos de pessoas que deixam o seu lugar de residência, fora do seu país ou cidade de origem, a fim de melhorar a sua qualidade de vida. A migração por fins econômicos, portanto, pode ser aplicada às pessoas que deixam seu local de residência para efeitos de emprego. Inclui-se aí o caso tanto do trabalhador qualificado que, por causa de suas habilidades ou experiência profissional adquirida, é em geral acolhido em um país, quanto do trabalhador não qualificado que pode ser ilegal ou não perante a política migratória do país de destino.

Segundo Taylor (2006), a migração para trabalho é hoje um importante componente do desenvolvimento econômico em muitos países menos desenvolvidos. Tal tendência ganha força dentro do período no qual vivemos, marcado pela globalização econômica e social.

“A pobreza continua a ser a principal razão dos movimentos migratórios e impele populações a abandonarem a sua terra de origem[...]. Se as desigualdades estão na origem das migrações, são assim amplificadas por este fenômeno global e pelo sentimento cada vez mais disseminado de pertencer a uma “aldeia planetária” (Boniface, 2009).

⁶ Disponível em <http://www.un.org/en/development/desa/about/index.shtml> Consult. em 13.jul.2012

⁷ Disponível em <http://www.eurozine.com/articles/2002-08-22-santos-pt.html>, Consult. em 09.jun.2012

Nesse contexto, encaixa-se a ideia do “direito de fuga” (Mezzadra, 2005, pp.315-324), que define a migração como uma viagem carregada de esperança e, por si só, a apropriação do direito de buscar oportunidades fora da terra onde se nasceu.

Sem ultrapassar fronteiras, as migrações internas também compõem uma importante faceta do quadro migratório contemporâneo. Conforme o *Internal Displacement Monitoring Centre (IDMC, 2010)*⁸, no mundo, existem cerca de 27,5 milhões de deslocados internos. Em 1998, esse número era de 17 milhões.

Conforme Singer (cit. por IBGE, 2011, p. 12), as desigualdades regionais é que serviriam como motor das migrações internas. O objeto de estudo do autor mencionado foi principalmente o deslocamento rural-urbano ou o êxodo rural brasileiro.

Dentre os tipos de migrações apresentados pela IOM, é importante para este estudo analisar os *Internally Displaced Person (IDP)*. Essa categoria se refere a pessoas ou grupos de pessoas que foram forçadas ou obrigadas a fugir ou a abandonar as suas casas ou locais de residência habitual. Em particular, são deslocamentos que se deram como resultado ou para evitar os efeitos dos conflitos armados, situações de violência generalizada, violações dos direitos humanos ou de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, e que não cruzaram uma fronteira estatal internacionalmente reconhecida (Princípios Orientadores relativos aos Deslocados Internos, Doc. ONU E/CN.4/1998/53/Add.2 cit por IOM, s.d).

Conforme a Agência da ONU para Refugiados (ACNUR)⁹, que utiliza como base conceitual a Convenção de 1951 relativa ao Estatuto dos Refugiados, são refugiados as pessoas que se encontram fora do seu país por causa de fundado temor de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, opinião política ou participação em grupos sociais, e que não possa (ou não queira) voltar para casa. Posteriormente, definições mais amplas passaram a considerar como refugiados as pessoas obrigadas a deixar seu país devido a conflitos armados, violência generalizada e violação massiva dos direitos humanos (ACNUR).

“O número total de pessoas que estão sob a proteção do ACNUR aumentou de 17 milhões em 1991, para 23 milhões em 1993, e para mais de 27 milhões em 1º de janeiro de 1995; [...] Isto inclui refugiados e outras pessoas em situação similar, assim como repatriados

⁸ Disponível em: <http://www.internal-displacement.org/publications/global-overview-2010> [Consult. 09.jun.2012].

⁹ Disponível em: <http://www.acnur.org/t3/portugues/informacao-geral/perguntas-e-respostas/?L=type>. [Consult. 09.Jun.2012].

e certos grupos de pessoas deslocadas dentro das fronteiras dos seus próprios países” (ACNUR, 1995, p. 2).

Conforme o mesmo órgão, os deslocados internamente são obrigados a abandonar suas casas pelas mesmas razões que os refugiados, só que não atravessam fronteiras internacionais. A imprecisa estimativa divulgada é que, em todo o mundo, existam mais pessoas deslocadas dentro do seu próprio país do que refugiados em outros países.

Considerando que o foco desta pesquisa consiste em analisar os deslocamentos populacionais causados por obras de barragens no Brasil, deslocamentos estes que se encaixam tanto no âmbito dos deslocados por desenvolvimento (item a ser analisado a seguir) quanto no quadro geral das migrações internas, faz-se necessária a apresentação de um breve contexto histórico sobre as migrações internas no país.

I.2.1. Migrações internas no Brasil

Segundo Gonçalves (1995, cit. por Silva, 2008, p. 36), no Brasil a formação territorial foi e é marcada por três características do processo histórico colonial, nas quais a problemática sócio-ambiental está atrelada: demarcação e posse da terra calcada na grande propriedade monocultora (açúcar, café, cacau, algodão, borracha e, atualmente, soja, cana, laranja, eucalipto e pecuária); na expropriação e quase extermínio indígena; e na distribuição desigual da população. Entre os exemplos que podem ser incluídos nesse processo, o autor elenca: a doação de terras às elites portuguesas até 1850 – grandes proprietários de terra detinham o poder no Brasil e atendiam à demanda do mercado mundial com produtos da monocultura; a produção extensiva, a ampliação da fronteira agro-produtiva e a exploração dos recursos minerais provocaram o desmatamento da Mata Atlântica, do cerrado e mais recentemente o avanço para o norte do país motivou a derrubada e a queima da floresta amazônica. Neste contexto de desmatamento, cultivo e criação ocorreu o empobrecimento do solo, o desequilíbrio ecológico, a perda da biodiversidade e o quase extermínio das nações indígenas.

A migração interna no Brasil passou por diferentes etapas. Conforme Zamberlan (2004, pp. 60-63), o fenômeno migratório está ligado aos processos sociais, econômicos e políticos.

Na década de 1930, o Rio de Janeiro, São Paulo e os Estados do Sul foram as principais áreas de imigração. Também foram significativas as áreas litorâneas e continentais do Nordeste, segundo Graham e Buarque de Holanda Filho (1980, pp. 740-742). A partir de 1930, na área da agricultura, na considerado 1º ciclo econômico do século XX, o da borracha, levou em torno de 500 mil nordestinos para a Amazônia, no norte do país.

Na década de 1940 a situação permaneceu, acrescida de um incremento do ritmo de emigração em todo o Nordeste. O Estado de São Paulo e a cidade do Rio de Janeiro continuaram recebendo um número significativo de imigrantes.

Conforme Graham e Buarque de Holanda Filho (1980, pp. 740-742), o maior fluxo migratório brasileiro se deu nos anos 1950, especialmente nos Estados do Nordeste, com um incremento contínuo da migração para São Paulo, único pólo industrial brasileiro da época. Apesar de as taxas de migração terem arrefecido nos anos 60, a seca do Nordeste, que assolou a região na década de 60, fez com que milhares de pessoas, os chamados retirantes nordestinos, deixassem o sertão brasileiro por falta de recursos para desenvolver a agricultura e a pecuária, e se deslocassem em direção aos centros urbanos industrializados do Sudeste.

“No semiárido nordestino, mineiro e capixaba – que forma a região seca mais populosa do mundo – vivem aproximadamente 30 milhões de pessoas. Enquanto isso, do sudeste à Amazônia, outros milhões têm sua história de vida marcada pelas estiagens do sertão. Somente na Grande São Paulo, segundo o Ministério da Integração Nacional, um terço da população é composto por nordestinos ou descendentes de retirantes da região. E a seca é, sem dúvida, um dos principais fatores na complexa equação dessa diáspora” (Campos, 2006).¹⁰

Durante o ciclo do trigo e da soja, na década de 1970, o sul do país expandiu a sua fronteira agrícola em direção ao norte e centro oeste, deslocando meeiros, parceiros, pequenos proprietários e trabalhadores braçais. Esse deslocamento levou trabalhadores rurais para as grandes cidades em busca de melhores perspectivas de vida. Com o êxodo rural, a Reforma Agrária, que fixaria o trabalhador no campo, foi abdicada, pois milhares de trabalhadores deixaram o campo rumo às cidades. De 1960 ao censo de 2000, mais de 40

¹⁰ Publicado em Revista Problemas Brasileiros. Disponível em: http://www.sescsp.org.br/sesc/revistas_sesc/pb/artigo.cfm?Edicao_Id=260&Artigo_ID=4092&IDCategoria=4589&reftype=1&BreadCrumb=1. [Consult.17.Jun.2012].

milhões de brasileiros trocaram a área rural pelos centros urbanos, levando, como consequência, ao crescimento de favelas de pouca ou nenhuma infraestrutura. A década de 1970 levou a um processo de urbanização da Amazônia gerado por grandes projetos de mineração e energia, de pecuária, de exploração madeireira e da agricultura modernizada. Conforme Oliveira (1977, cit. por Silva, 2008, p. 36), a forte industrialização, que promoveu o investimento em melhorias na infraestrutura do país, como a construção de rodovias, modernização dos meios de comunicação, consolidação das indústrias de base para implementação do modelo de economia capitalista de integração ao mercado internacional e promoveu uma reorganização do espaço brasileiro, também acirrou os desequilíbrios regionais, incrementando a população urbana, o desemprego e a pobreza nas cidades.

Atualmente, observam-se novas tendências. Conforme análise do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE)¹¹, constatou-se que os fluxos migratórios foram mais intensos nas décadas de 1960 e 1970. Embora esses movimentos migratórios tenham sido maiores naquelas décadas (60 e 70), a circulação ainda é grande: recentemente, 10 milhões de brasileiros (5,4% da população) mudaram-se para outro lugar.

Ao analisar o histórico dos fluxos migratórios, é possível compreender que eles se esgotam com o tempo, quando novas tendências se observam. A migração no Brasil, pode-se observar, deu-se pela inconstância dos ciclos econômicos e por uma economia que carece ser planejada com base nas necessidades da população. As décadas de 1960 e 1970, assistiram não apenas ao intenso processo de industrialização do país, como também foram cenário para as primeiras grandes obras voltadas para o desenvolvimento, a modernização e a infraestrutura do país. Tais obras (construção de rodovias e hidrelétricas, por exemplo) engrossaram os números de migrantes internos, fruto dos deslocamentos compulsórios oriundos das desapropriações territoriais.

I.2.2. Migrações forçadas

Segundo a International Organization for Migration (IOM)¹², a migração forçada é um movimento migratório no qual existe um elemento de coerção, inclusive de ameaça à vida e à subsistência, quer resultante de causas naturais ou provocadas pelo homem.

¹¹ Disponível em:

http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/censo2000/migracao/censo2000_migracao.pdf [Consult. 08.Jun.2012]

¹² Disponível em: <http://www.iom.int/jahia/Jahia/about-migration/key-migration-terms/lang/en#Forced-migration>. [Consult. 09.jun.2012].

Do ponto do vista acadêmico, ao tentar analisar os deslocamentos forçados tendo como base a teorias migratórias estruturalistas ou neoclássicas, compreende-se a insuficiência de base teórica. Tal lacuna na teoria verifica-se quando a causa das migrações analisadas não se trata de um desejo de melhorar de vida, desejo esse, fruto da liberdade individual ou mesmo resultado direto das conjunturas estruturais. No caso das migrações forçadas, a migração não representa um direito de fuga ou um pôr-se a caminho em busca de uma vida melhor e não se dá no campo puramente econômico, mas envolve exercício de poder e conflito (Vainer, 1998, p. 828).

“Clandestinos, repatriados, expulsos, deslocados compulsórios, reassentados involuntários, confinados, refugiados, exilados, produzidos pelas guerras do desenvolvimento ou pelas guerras propriamente ditas, vítimas das políticas de fechamento de fronteiras e das restrições a imigrantes e a imigrações, eis as personagens do mundo contemporâneo que, em número crescente, interrogam a(s) teoria (s) migratória (s) das quais foram expatriadas” (Vainer, 1998, p. 832).

A definição de migrações forçadas se refere aos movimentos de refugiados e pessoas internamente deslocadas bem como, de pessoas desalojadas por desastres naturais ou ambientais, projetos químicos, desastres nucleares, fome e o desenvolvimento. Tal definição é a adotada *International Association for the Study of Forced Migration (IASFM)* e divulgada pelo o site *Forced Migration Online (FMO)* ¹³. Conforme ambos, a migração forçada é um conjunto complexo e amplo de fenômenos, devendo seu estudo ser multidisciplinar e incluir as perspectivas acadêmicas, práticas, locais e também de agências multilaterais. Já segundo a definição da IOM, a migração forçada é um movimento migratório no qual existe um elemento de coerção, inclusive de ameaças à vida e à subsistência, quer resultante de causas naturais ou provocadas pelo homem.

Em relação à figura do migrante em deslocamentos forçados, o FMO divide os tipos nas seguintes definições, que não são fechadas e nem excludentes entre si. A figura 1, a seguir, explicita os diferentes tipos de migrantes forçados.

¹³ *Forced Migration Online (FMO)* é coordenado pelo Centro de Estudos sobre Refugiados, no Departamento de Desenvolvimento Internacional da Universidade de Oxford e a adota a definição de migração forçada da Associação Internacional para o Estudo da Migração Forçada (IASFM). Disponível em <http://www.forcedmigration.org/about/whatisfm>. Consult. em: 09. Jun.2012.

Figura 1-Definições dos tipos de migrantes forçados

Tipos de migrante	Definição
Refugiados	Residem fora do país de sua nacionalidade, incapazes ou não de retornar por causa de um temor bem-fundado de perseguição por motivos de raça, religião, nacionalidade, filiação em uma política grupo social ou opinião política ¹⁴ .
Deslocados internamente	Deslocados forçados a saírem de suas casas de forma inesperada, por conflito armado, lutas internas, violações sistemáticas dos direitos humanos ou de catástrofes naturais ou provocadas pelo homem, e que estão dentro do território do seu próprio país.
Deslocados do desenvolvimento, deslocados involuntariamente ou reassentados involuntariamente	São obrigados a se moverem internamente em função de políticas e projetos implementados como barragens, estradas, portos, aeroportos, mineração e desmatamento, e a introdução de parques de conservação / reservas da biosfera e projetos.
Deslocados por desastres ou meio ambiente	Por desastres naturais (inundações, vulcões, deslizamentos, terremotos), mudança ambiental (desmatamento, desertificação, degradação do solo, aquecimento global) e as catástrofes provocadas pelo ser humano (acidentes industriais, radioatividade).
Pessoas traficadas	São movidas por engano ou coação para fins de exploração.
Migrantes contrabandeados	Deslocados à força ou em busca de melhores oportunidades econômicas e sociais, eles apelam para o serviço de contrabandistas;

Fonte: Quadro elaborado pela autora desta pesquisa, com base nos dados do *Forced Migration Online*.

O Centro de Estudos sobre Refugiados, por meio do FMO, identifica três tipos de migração forçada. Estes três tipos são classificados de acordo com os seus fatores causais analisados mais detidamente a seguir: políticas de conflito, projetos de desenvolvimento e desastres.

1.2.2.1. Deslocamentos induzidos por conflitos

Os deslocamentos induzidos por conflitos envolvem casos de pessoas que são forçadas a fugir de suas casas por razões que incluem guerra civil, violência generalizada,

¹⁴ Conforme Artigo 1 da Convenção das Nações Unidas 1951 Relativa ao Estatuto dos Refugiados como requerentes de asilo são pessoas que se deslocaram através de uma fronteira internacional em busca de proteção sob a Convenção de 1951, mas cujo pedido de estatuto de refugiado não foi ainda determinado.

perseguição por motivos de nacionalidade, raça, religião, opinião política ou grupo social e que não conseguem ser protegidos pelas autoridades estatais. Muitas atravessam as fronteiras em busca de refúgio, outras requerem asilo. Desde o fim da Guerra Fria, tem havido uma escalada no número de conflitos armados em todo o mundo. Mais recentemente, muitos deles têm sido os conflitos internos baseados em disputas nacionais, étnicas ou religiosas e lutas separatistas. Houve um grande aumento no número de refugiados durante este período, pois o deslocamento tem-se tornado uma tática estratégica, muitas vezes usada por todos os lados do conflito. Desde o fim da Guerra Fria também houve um aumento ainda mais dramático no número de pessoas deslocadas internamente (PDI), que atualmente superam em muito a população mundial de refugiados. Em 2010, havia cerca de 11 milhões de refugiados e requerentes de asilo e de mais 27,5 milhões de deslocados internos em todo o mundo. A organização internacional mais importante com a responsabilidade de refugiados é o Alto Comissariado da ONU para os Refugiados (ACNUR). Sob a Convenção de 1951, o ACNUR tem a responsabilidade de dar proteção e assistência aos refugiados.

1.2.2.2. Deslocamentos induzidos por desastres

Esta categoria inclui as pessoas deslocadas como resultado de desastres naturais (inundações, vulcões, deslizamentos, terremotos), mudança ambiental (desmatamento, desertificação, degradação do solo, aquecimento global) e as catástrofes provocadas pelo ser humano (acidentes industriais, radioatividade). Claramente, há uma quantidade considerável de cruzamento e sobreposição entre estes diferentes tipos de desastre. Por exemplo, o impacto das inundações e deslizamentos de terra pode ser bastante agravado pelo desmatamento e atividades agrícolas. É difícil mensurar os números de migrantes por desastres naturais, mas há certamente muitos milhões de pessoas deslocadas por desastres a cada ano. Várias organizações internacionais prestam assistência a pessoas afetadas por desastres, incluindo a Federação Internacional da Cruz Vermelha e do Crescente Vermelho, e do Programa Alimentar Mundial.

I.2.2.3. Deslocamentos induzidos por obras de desenvolvimento

Este tipo de deslocamento envolve pessoas que são obrigadas a se mover como resultado de políticas e projetos implementados para supostamente aumentar o "desenvolvimento". Exemplos disso são os grandes projetos de infraestrutura como barragens, estradas, portos, aeroportos, iniciativas de limpeza urbana, mineração e desmatamento, e a introdução de parques de conservação e reservas da biosfera. As pessoas afetadas geralmente permanecem dentro das fronteiras de seu país de origem. Conforme a FMO, mesmo que alguns sejam reinstalados, a evidência mostra claramente que muito poucos são adequadamente compensados. Embora existam orientações sobre recuperação justa para as populações afetadas, produzidos por alguns dos principais doadores para estes tipos de projetos, como o Banco Mundial, continua a haver um acesso insuficiente à reparação. Ainda segundo o FMO, existem números que comprovam que os deslocamentos induzidos por obras de desenvolvimento ocorrem com mais frequência do que aqueles gerados por conflitos armados, embora muitas vezes não exista tanto reconhecimento, apoio ou assistência para a população afetada.

Outro agravante é que esse tipo de migração afeta muitas minorias indígenas e étnicas, e os pobres urbanos ou rurais. Estima-se que durante a década de 1990, cerca de 90 a 100 milhões de pessoas ao redor do mundo foram deslocados como resultado de projetos de desenvolvimento de infraestrutura. A análise sobre o deslocamento por obras de desenvolvimento, especificamente pela construção de barragens, foco desta pesquisa, será aprofundada a seguir e no capítulo 3.

Quanto ao conceito da pessoa atingida por uma obra de desenvolvimento, existem inúmeras denominações. Na literatura especializada, encontramos os termos: atingido, deslocado compulsório, migrante forçado, inundado, reassentado involuntário, refugiado, transferido e remanejado.

“Atualmente há, de fato, um esforço de teorização que pode ser resumido em duas grandes correntes: uma, sobretudo encontrável na literatura de origem anglo-americana, que objetiva cunhar a expressão “reassentamento involuntário” (involuntary resettlement) para designar os processos de deslocamento compulsório decorrentes de intervenções propugnadas em razão de estratégias de desenvolvimento, sobretudo no que diz respeito às grandes obras de infraestrutura. Outra, prevalente na literatura francófona, que argumenta em favor das expressões “refugiados do meio-ambiente” (réfugiés

d'environnement) ou eco-refugiados (eco-réfugiés) para designar os deslocamentos causados por grandes transformações ambientais, sejam elas originárias de causas naturais ou da ação humana, independentemente do argumento desenvolvimentista” (Santos, 2007, pp. 14-15).

Autores como Alfredo Wagner de Almeida, Carlos Vainer e Sônia Santos, para falar apenas em termos de cientistas sociais brasileiros, sugerem reconhecer os deslocamentos causados por barragens dentro do mesmo estatuto institucional de “refugiados do desenvolvimento”.

“[tal reconhecimento]...implicaria em uma série de compromissos por parte do Estado e dos responsáveis pelas empreendimentos em benefício dos atingidos, numa relação bastante distinta da atual situação de vulnerabilidade e violação de direitos em que se encontra” (Nóbrega, 2011, p.28).

Autores ainda relacionam os refugiados do desenvolvimento com os refugiados de guerra.

“O Banco Mundial caminha no sentido de tratar como processos de mesma natureza o assentamento de refugiados de guerra e de deslocados de barragens, como demonstram as teses defendidas por Michael M. Cernea, antropólogo e consultor senior do Banco Mundial para assuntos de reassentamentos involuntários” (Vainer, 2000, p.7).

Conforme Vainer (1998, p. 821), em se tratando de deslocamentos compulsórios, a guerra do desenvolvimento realmente tem sido tão implacável quanto as guerras propriamente ditas. Ainda conforme o professor, os deslocamentos forçados incluem o fator violência e coersão nas causas das migrações.

Segundo Michael Cernea (2004, pp. 14-23), o deslocamento forçado desencadeia um processo que provoca a exclusão física de determinados grupos de pessoas de um território geográfico e exclusão econômica e social de um conjunto de redes sociais que se encontrava em operação. Entre as consequências de tal migração, consta uma variedade de riscos de empobrecimento que incluem a condição de sem-terra, sem-teto, desempregado, além de implicar na possibilidade da insegurança alimentar, aumento de morbidez, perda de recursos comuns e desarticulação comunitária, que resultam na perda de elasticidade sociocultural (World Commission On Dams, 2000b, 103).

Vainer defende que tais migrações estão diretamente associadas às relações de poder, à coação e à violência. Sobre a questão da disputa de poder e dos interesses

econômicos envolvidos nas grandes obras no Brasil, Oswaldo Sevá (1988, cit. por Nóbrega, 2011, p. 28) ainda ressalta: *“as mega-obras são campos de ação dos interesses de classes e de grupos sociais, cenários de disputas de oportunidades de lucros e de exercício de poder”*.

Ao analisar sob o âmbito da geografia, a maneira como empreendimentos de grande porte afetam a vida e o espaço das comunidades receptoras provoca um processo de desterritorialização que, conforme Haesbaert (2006, cit. por Silva, 2007, p. 36) fica latente pela *“precarização territorial dos grupos subalternos, daqueles que vivenciam efetivamente uma perda do controle físico e de referências simbólicas sobre seus territórios”*.

I.2.2.3.1. Migração por obras de barragem

Segundo o Cernea (2004, p. 1) grandes projetos deslocaram, nas últimas duas décadas, 10 milhões de pessoas anualmente, ou 200 milhões de pessoas em todo o período. A cada ano, 4 milhões de pessoas são compulsoriamente deslocadas para dar lugar aos lagos artificiais criados por grandes barragens.

Na Índia, estima-se que as barragens já deslocaram algo em torno de 16 a 38 milhões de pessoas. No Vale do Rio Narmada, um dos principais rios indianos, por exemplo, há mais de três mil barragens projetadas, o que coloca em risco cerca de um milhão de pessoas, 350 mil hectares de floresta e 200 mil hectares de áreas cultiváveis (Nóbrega, 2011, p. 26). Os indianos Arundathi Roy (1999, 2002) e Shiv Visvanathan (2012), são alguns dos autores que denunciam a extensão do prejuízo que as obras de desenvolvimento já causaram naquele país.

No Brasil, o crescimento econômico verificado nas últimas décadas provocou investimentos na ampliação da produção de mercadorias minerais e metalúrgicas, de energia elétrica, dos combustíveis de origem fóssil e de origem vegetal. Tal incremento tem provocado graves e duradouras consequências humanas e sociais, atingindo direta e indiretamente grandes agrupamentos de moradores e vizinhos das regiões das obras, dos terrenos ocupados, dos rios e litorais utilizados por tais instalações de porte industrial. Estima-se que a energia gerada por hidrelétricas corresponda a 79% do total produção de energia elétrica no Brasil, onde existem aproximadamente 2 mil barragens (Trierveiler, 2004)

15

¹⁵ Disponível em <http://www.social.org.br/relatorio2004/relatorio014.htm> [Consult. 17 jun. 2012].

As transformações que ocorrem a partir de uma obra hidrelétrica se dão tanto no aspecto ambiental, com severos danos no ecossistema local, como nas instâncias socio-culturais e econômicas das comunidades ribeirinhas.

“A implantação e operação de grandes hidrelétricas, no Brasil e no mundo, provocam um conjunto de mudanças nas tradicionais formas de organização e dinâmica de sua área de implantação, trazendo repercussões negativas sobre as modalidades de sobrevivência e as condições de vida da população, contribuindo para a disseminação e aprofundamento da pobreza e da desestruturação social” (Pinheiro, 2006, p. 13).

Não são apenas os ribeirinhos, mas também as comunidades adjacentes sofrem com a chegada das barragens. Como afirmam Reis e Bloemer (2001, p.13) sobre a composição de vítimas das hidrelétricas:

“(...) é indispensável destacar que não somente a população compulsoriamente removida das áreas requisitadas por esses projetos tem sofrido os efeitos socioambientais deles decorrentes. A rigor, a implantação de tais obras, para além de seus beneficiários – entre os quais grupos empresariais e industriais, as empreiteiras e os consórcios de empreendedores –, acaba por criar milhares de outras vítimas, entre elas as populações que permanecem nos espaços alterados. Estas têm igualmente seu patrimônio natural e seu espaço social mutilados, em proporções que extrapolam, sem dúvida, aquelas áreas submersas pelas águas do lago resultante do barramento de um rio, ou destinadas a outras obras de infraestrutura necessárias à implantação das usinas hidrelétricas”.

A construção de barragens para geração de energia hidrelétrica é mais uma situação na qual migração e alterações ambientais estão em íntima ligação no Brasil (Campos, 2006)¹⁶. Outra emblemática ligação dessa natureza no Brasil é a dos atingidos pela seca no Nordeste, que migram em busca de condições de sobrevivência em função da privação hídrica, tema abordado na seção sobre migrações internas no Brasil, neste capítulo.

No país, principalmente a partir da década de 1960 diversas populações rurais vêm sendo compulsoriamente deslocadas devido a projetos desse gênero. Obras que, ao criar enormes lagos artificiais, transformam radicalmente o meio ambiente local e muitas vezes colocam comunidades inteiras embaixo da água. Uma revolução na vida não só daqueles que têm suas casas e terras inundadas, mas de todos os que vivem no entorno da área atingida. Segundo Carlos Vainer, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional

¹⁶ Ver nota de rodapé 6, p. 10

da Universidade Federal do Rio de Janeiro (IPPUR-UFRJ), o Brasil ocupa uma posição expressiva nesse cenário.

"Isso está ligado, em grande medida, à migração das atividades de forte impacto ambiental e alto consumo de energia para os países periféricos. Os mais afetados são as populações indígenas e as comunidades tradicionais" (Vainer cit. por Campos, 2006) ¹⁷.

Com a chegada das barragens, comunidades tradicionais ribeirinhas, obrigadas a migrarem, sofrem com as mudanças de vida que incluem aspectos sociais, culturais e econômicos. Outro forte impacto é oriundo da mudança de cenário que geralmente inclui o afastamento do curso d'água.

Para justificar projetos hidrelétricos de grande impacto ambiental e social, seus apoiadores utilizam uma retórica que remete à ideia de bem comum e interesse nacional que tais obras representam. Sendo assim: *"[...] a execução dos projetos de infraestrutura com o deslocamento forçado de alguns torna-se imperioso para que se possa produzir o bem-estar de todos"* (Almeida, 1996, cit. por Nóbrega, 2011, p. 36).

Dessa maneira, a ideia transmitida é a de que o sacrifício das comunidades locais e da natureza é o preço a ser pago para garantir o desenvolvimento do país.

Ultimamente a indústria barrageira e a política energética do governo brasileiro têm direcionado o foco dos projetos para os Estados do Norte do país, incluindo aí a região da Amazônia, com abundante potencial hídrico. Tais regiões são endereço secular de tribos indígenas que vivem em ligação íntima com os rios, relação essa que ultrapassa o sentido econômico e de subsistência e adentra o território dos valores espirituais, patrimônio imaterial não apenas desses povos, mas da sociedade como um todo.

A hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará, no coração da Amazônia, orçada em 13 bilhões de dólares, é o projeto mais polêmico do ponto de vista social e ambiental em andamento hoje no Brasil. O impacto sobre os mais de 2.000 indígenas desta região do Xingu é um dos grandes problemas representados pela barragem, que terá uma potência de 11.233 MW (cerca de 11% da capacidade instalada do país), perdendo apenas para Três Gargantas, na China, e Itaipu, de Brasil-Paraguai.

No capítulo 3 desta pesquisa, o tema das migrações causadas pelas hidrelétricas no Brasil será aprofundado. Ainda nesta seção, faz-se necessário citar um movimento popular com importante papel na articulação dos movimentos de luta locais e na denúncia das

¹⁷ Idem nota de rodapé.

violações aos direitos humanos que ocorrem durante os processos de implantação das hidrelétricas. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB) é um movimento nacional que há 20 anos age “em defesa dos direitos dos atingidos, em defesa da água e da energia e pela construção de um Projeto Popular para o país.”¹⁸ Além de questionar a política energética e ambiental nacional, o movimento critica o modelo de desenvolvimento concentrador de riquezas e terras.

No próximo capítulo, são tratadas a história da energia elétrica no Brasil, as matrizes geradoras de energia mais significativas da atualidade e a legislação ambiental no que concerne às regras para instalação de grandes projetos energéticos. Foram pesquisadas, também, as leis, decretos e resoluções relacionadas à legislação ambiental brasileira. Na sequência, o capítulo II contempla os direitos assegurados aos povos indígenas na constituição brasileira e internacional.

¹⁸ Disponível em <http://www.mabnacional.org.br>. [Consult. 15 Jun.2012]

CAPÍTULO II

Sociedade, política energética e legislação ambiental no Brasil

Este capítulo estabelece os pilares de sustentação teórica desta pesquisa. Neste sentido, são abordados alguns dados gerais sobre o país, com os indicadores sociais e econômicos para, logo após, analisarem-se a história da energia elétrica no Brasil, as matrizes geradoras de energia mais significativas da atualidade e, dentre estas, enfatiza-se a importância que a energia hidrelétrica ganhou nas últimas décadas no Brasil. Ao final, é citada a legislação ambiental no que concerne às regras para instalação de grandes projetos energéticos de desenvolvimento em vigor no país.

II. 1. Contexto histórico, econômico, social e populacional brasileiro

II.1.1 Breve contexto histórico

As extensas porções de terras, que hoje constituem Brasil, foram habitadas por tribos que pertenciam ao tronco tupi-guarani, caribe e arawak.

“A costa atlântica, ao longo dos milênios, foi percorrida e ocupada por inúmeros povos indígenas. Disputando os melhores nichos ecológicos, eles se alojavam, desalojavam e realojavam, incessantemente. Nos últimos séculos, porém, índios de fala tupi, bons guerreiros, se instalaram, dominadores, na imensidade da área, tanto à beira-mar, ao longo de toda a costa atlântica e pelo (rio) Amazonas acima, como subindo pelos rios principais, como o Paraguai, o Guaporé, o Tapajós, até suas nascentes” (Ribeiro, 2006, p. 26).

A frota chefiada pelo fidalgo português Pedro Álvares Cabral foi oficialmente a primeira a chegar às terras que hoje fazem parte do Brasil em 1500. No entanto, a colonização de fato do país se inicia com Martim Afonso de Souza em 1532 sendo que no século XVIII já havia um razoável núcleo urbano em várias regiões do Brasil (IBGE, 2012).

No início do século XIX, D. João abre os portos brasileiros às nações amigas, eleva o Brasil à condição de Reino Unido e cria uma infraestrutura básica na colônia. Aqui, a rainha D. Maria I morre em 1816, e D. João é aclamado como novo rei de Portugal e Brasil, embora tendo que retornar à Lisboa em 1821. Em 1822, o príncipe regente D. Pedro declara o Brasil independente de Portugal. O Brasil então se transforma em um império, com D. Pedro I assumindo a chefia do governo. A primeira constituição foi outorgada em 1824, e a fase do Primeiro Reinado transcorre em meio a muitas crises políticas. Em 1831, Pedro I abdica em prol de seu filho e segue para Portugal.

Por quase 50 anos, D. Pedro II governaria o país, consolidando a unidade nacional brasileira e, mesmo enfrentando crises políticas e revoltas civis nas províncias, manteria o país coeso e com um produto agrícola de forte penetração internacional: o café. A lavoura cafeeira, durante todo o tempo do Império, foi totalmente assentada na mão-de-obra escrava negra. Enormes latifúndios cafeeiros davam sustentação econômica ao país. Apenas em 13 de maio de 1888, com a Lei Áurea, a escravidão seria extinta no país. No ano seguinte, a monarquia chegava ao fim, com o golpe militar que proclamou a República.

Ainda segundo o IBGE (2012), o ciclo de presidentes começou com proclamador da República Deodoro da Fonseca. Em 1930, uma revolta chefiada por Getúlio Vargas toma o poder e mantém o seu líder por 15 anos na chefia do governo. Após a II Guerra, Vargas é destituído e Dutra é eleito. Mas Getúlio Vargas retorna pelas urnas à presidência e de lá só sai morto, após suicidar-se em meio a uma grave crise política, em agosto de 1954.

Dez anos depois, ocorre uma nova crise, culminando com o golpe militar em abril de 1964, que mergulhou o Brasil em um período de ditadura até 1985. Com a redemocratização, uma nova Constituição foi votada pelo Congresso em 1988. Atualmente, o Brasil é governado pela presidenta Dilma Vana Rousseff após oito anos comandados por Luis Inácio Lula de Silva.

II.1.2 Dados sociais e econômicos brasileiros

Maior país da América do Sul, com vasta área de litoral banhada pelo Oceano Atlântico, o Brasil tem fronteiras com Venezuela, Guiana, Suriname, Guiana Francesa, Colômbia, Peru, Bolívia, Paraguai, Argentina e Uruguai, tendo 27 unidades federativas, sendo 26 estados e um distrito federal (figura 2).

Conforme dados de dezembro de 2011 divulgados pela United Nations Statistics Division (UNSTAT)¹⁹, a população brasileira é de cerca de 196 milhões de pessoas, sendo que 87% da população total é residente em área urbana e 13% na área rural. Confirmando esta tendência, a taxa média anual de crescimento da população no meio urbano entre 2005 e 2010 foi de 1,1%, enquanto que no meio rural o déficit, no mesmo período, foi de -2,0%. Analisando os números, é possível perceber que, até 1950, dois terços do Brasil ainda era formado por população rural. Trinta anos depois, a situação se inverteu, com dois terços da

¹⁹ Dados disponíveis em <http://unstats.un.org>. [Consult.19 agost.2012]

população vivendo nas cidades (Grostein, 2001). Conforme Jacobi (2006), em apenas quatro décadas – entre 1950 e 1990 – formaram-se 13 cidades com mais de um milhão de habitantes no Brasil e em todas elas a expansão da área urbana assumiu características semelhantes, isto é, não resultou de determinações ou projetos articulados visando à extensão da cidade.

Figura 2 - Mapa do Brasil dividido por Unidades da Federação

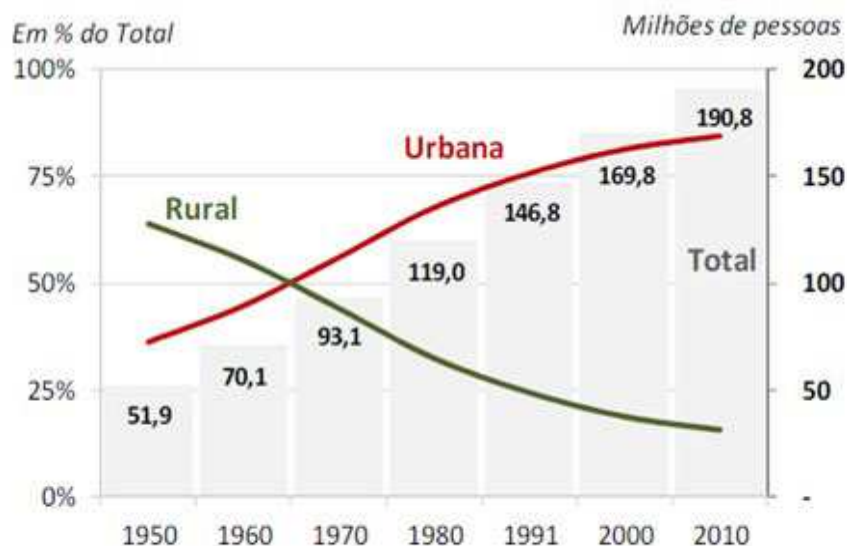


Fonte: IBGE, 2012

“No Brasil, do final dos anos 40 até meados da década de 70 o país teve seu mais intenso ritmo de urbanização, num quadro em que o censo de 1970 crava a marca da superação da população rural pela urbana, que atinge, então, 55,9 % do total da população do país. Nesses trinta anos mais de 50 milhões de habitantes deslocaram-se do campo para a cidade. Essa passagem se deu sob a forma de expansão periférica e precária das cidades” (Martins, 2004).

Na figura 3, observa-se bem a inversão ocorrida a partir da década de 1950 entre as populações residentes nos diferentes meios territoriais.

Figura 3- Evolução da população brasileira total (urbana e rural)



Fonte: IBGE, 2010

O Índice de Desenvolvimento Humano brasileiro (IDH) é de 0,718, o que representou, em 2011, a posição 84 no ranking mundial, considerado pela ONU um índice elevado de desenvolvimento. A esperança de vida ao nascer é de 73,5 anos.²⁰

O Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro em 2011 foi R\$ 4,143 trilhões enquanto o PIB per capita ficou em R\$ 21.252. Em 2011, em relação a 2010, o PIB aumentou 2,7%, fruto do crescimento de 2,5% no valor adicionado e 4,3% nos impostos. Nessa comparação, a agropecuária (3,9%), os serviços (2,7%) e a indústria (1,6%) cresceram. Já o PIB per capita de 2011 apresentou alta de 1,8% em volume em relação a 2010 (IBGE, 2012).

Na última década, o Brasil vem experimentando um crescimento econômico notável. Crescimento que já alçou o país ao ranking dos países de maior crescimento do mundo e que vem fazendo diminuir as taxas de pobreza. No entanto, as desigualdades internas ainda representam um dos maiores riscos do país. Com altas concentrações de renda, a desigualdade nas cidades brasileiras está representada nos bairros de lata, ou favelas, vizinhas a bairros de luxo em grandes cidades como Rio de Janeiro e São Paulo.

²⁰ Dados disponíveis em http://hdr.undp.org/en/media/HDR_2011_PT_Tables.pdf. [Consult. 19 agost.2012]

“A extrema pobreza atinge 16.267.197 habitantes no Brasil, ou 8,5% da população. São pessoas que sobrevivem com renda per capita familiar mensal de até R\$ 70 — ou sem renda alguma e que não têm acesso a banheiro exclusivo, energia elétrica ou ligação com rede de esgoto” (Correio Braziliense, Larissa Leite, 2012).

Segundo o relatório Latin América Risk (Fórum Económico Mundial, 2007) a desigualdade económica e marginalização social são os maiores riscos enfrentados actualmente pela América Latina.

“A América Latina é a região mais desigual do mundo. Não apenas em termos de distribuição de renda, mas também de acesso à educação e acesso ao crédito” (Fórum Económico Mundial, 2007).

Tal característica tem consequências que se apresentam como outros riscos oriundos deste risco principal, tais como o aumento da criminalidade e a privação dos direitos. Dessa maneira, se impõe na região o enorme desafio de educar, empregar e integrar a população mais pobre, sendo que 25% da população local vivem com menos de US\$ 2 por dia.

A primeira década dos anos 2000 apresentou a maior queda histórica na desigualdade de renda do Brasil. Dados da Fundação Getulio Vargas mostram que, entre 2001 e 2010, o rendimento médio da população enquadrada entre os 50% mais pobres do país cresceu 67,93%, enquanto a dos 10% mais ricos aumentou 10%. Apesar do avanço, o abismo entre os extremos da pirâmide ainda preocupa. O índice de Gini brasileiro — parâmetro internacional usado para medir a desigualdade, onde quanto mais próximo de 1, maior é a distância entre ricos e pobres — é de 0,53.

“Se mantiver o ritmo de evolução atual, o Brasil demorará 30 anos para chegar a um nível equivalente ao dos Estados Unidos hoje, que é de 0,42” (Gustavo Henrique Braga, Correio Braziliense, 2011).

Portanto, ainda se verifica na América Latina uma espécie de globalização parcial, uma vez que, enquanto as elites aproveitam os benefícios da globalização da informação, por exemplo, a classe mais baixa continua desconectada e não sente tais benefícios.

II.2. História da energia elétrica no Brasil

O Brasil, país que detém a mais extensa rede hidrográfica do mundo, com 55.457 km², vem utilizando tal potencial hidráulico para geração de energia considerada limpa. O

país veio a se tornar um dos maiores produtores mundiais de energias renováveis graças à energia que vem dos rios. Em termos absolutos, os cinco maiores produtores de energia hidrelétrica no mundo são Canadá, China, Brasil, Estados Unidos e Rússia, respectivamente. Em 2001, esses países foram responsáveis por quase 50% de toda a produção mundial de energia hidrelétrica (ANEEL, 2003).

A história da energia hidrelétrica no país começou ainda em 1883, quando entrou em operação uma pequena usina hidrelétrica instalada no Ribeirão do Inferno, no Estado de Minas Gerais (MG) com 500 KW de capacidade. Entretanto, oficialmente a Marmelos-Zero é a primeira usina hidrelétrica do país e da América Latina destinada ao abastecimento público de energia elétrica. A usina, próxima à cachoeira de Marmelos, em Juiz de Fora (MG), entrou em operação em 1889, ano da proclamação da República do Brasil.²¹

A crise de 1929 redefiniu a política econômica brasileira, antes fortemente focada no modelo agro exportador, e forçou o país a dobrar para 780 MW a capacidade instalada de geração de energia elétrica com 891 usinas, das quais 541 hidrelétricas, 337 térmicas e 13 mistas para atender ao processo de industrialização que se iniciava no país. O relatório da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) já citado acima, destaca que, já na década de 1940, com a construção de uma série de usinas hidrelétricas, o Brasil se tornaria um dos maiores produtores de energia renovável do mundo, juntamente com o Canadá.

Na década de 1950, com cinco anos sucessivos de seca, de 1951 a 1956, além do crescimento da industrialização e da urbanização nos grandes centros como São Paulo e Rio de Janeiro e da insuficiência de investimentos, na época privados e concentrados pelo Grupo American & Foreign Power Company (AMFORP) e pela Light, faz com que o Brasil atravessasse sua primeira crise de energia, que culmina em racionamento. Logo após, em 1957, o presidente Juscelino Kubsticheck determina a construção da primeira usina geradora de grande porte do país, a Hidrelétrica de Furnas, com potência de 1.216 MW, no Rio Grande (MG), que começa a gerar energia em 1963.

Organizada nos anos 1960, a ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A.²² sociedade de economia mista e de capital aberto sob controle acionário do Governo Federal, desenvolveu políticas voltadas para a implantação de grandes projetos hidrelétricos, dentre

²¹ Relatório ANEEL 10 Anos, 2008. Disponível em http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/aneel_10_anos.pdf. [Consult. 10 Jul.2012]

²² www.eletrobras.com

os quais Itaipu (Paraná), Balbina (Amazonas) e Sobradinho (Bahia). Enquanto holding, dividida em geração, transmissão e distribuição, a central atribuía às suas subsidiárias estaduais a tarefa de execução dos projetos de geração. Conforme Santos, 1996, p.2:

“A centralização era, assim, compatível com as propostas “desenvolvimentistas” impostas pelos governos militares (...). No decorrer do tempo, percebeu-se também que a ELETROBRÁS tinha limites visíveis para efetivamente impor suas decisões às integrantes da holding”.

Na década de 1970, o marco é a construção da Usina Hidrelétrica Itaipu, acordada entre Brasil e Paraguai. A maior usina do mundo foi inaugurada em 1984 com capacidade de geração de 12.600 MW. Em 1979, um acordo tripartite inclui a Argentina para aproveitamento do trecho de Sete Quedas das Cataratas do Iguaçu (Paraná - PR) à foz do Rio Prata. Em 2000, Brasil e Paraguai decidem ampliar a potência da usina por meio da instalação da 19ª e 20ª turbinas com capacidade de 700 MW cada. Atualmente, a capacidade total chega a 14.000 MW²³.

Já a partir dos anos 1970, o país começou a exportar energia.

“Admite-se no setor elétrico que no final dos anos 80 o país exportava cerca de 15 a 20% do total da energia gerada” (Santos, 1992, p. 82, e Ramos, pp. 8-9, cit. por Santos, 1996, p. 1).

Os projetos hidrelétricos implantados durante o regime militar no Brasil, época que vai de 1964 a 1985, tiveram consequências socio-ambientais sérias (Santos, 1996, p.2).

“Com a redemocratização do país, o setor elétrico enfrentou dificuldade para levar a termo projetos que estavam em andamento. Movimentos sociais contra a implantação de hidrelétricas se disseminaram no país, tendo como referência a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens (CRAB), que emergiu como resistência organizada às barragens da Bacia do Uruguai, de interesse da Eletrosul”.

Construída em 1984, a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, no Rio Tocantins, é outro marco da geração hidrelétrica brasileira por ser a maior usina totalmente brasileira e a primeira grande usina da Amazônia, com capacidade inicial de geração de 4.245 MW em 12 turbinas. Em 1998, tem início a ampliação da hidrelétrica, com instalação de mais 12 máquinas que

²³Informação disponível no site da Hidrelétrica de Itaipu: <http://www.itaipu.gov.br/sala-de-imprensa/perguntas-frequentes>

permitiram a expansão da potência em mais 4.125 MW a partir de abril de 2007. A capacidade atual da usina é de 8.370 MW.

A partir de 1994, com a implementação do Plano Real para estabilização da moeda, o setor elétrico inicia uma nova fase, com a transferência de ativos do Estado para a iniciativa privada e predomínio do “estado regulador” sobre o “estado investidor”. A primeira privatização do setor elétrico, possível pela edição da Lei das Concessões, é a da Espírito Santo Centrais Elétricas S/A (ESCELSA). No leilão, realizado em 12 de julho de 1995, o consórcio vencedor compra 77% das ações da distribuidora.

Em 1996, um novo modelo institui a ANEEL e estipula a forma de concorrência ou leilão para licitação da exploração dos potenciais hidráulicos. A agência tem a missão de:

“...proporcionar condições favoráveis para que o mercado de energia elétrica se desenvolva com equilíbrio entre os agentes e em benefício da sociedade”²⁴

Entre as atribuições da ANEEL, integrante de um novo modelo de gestão energética que diminuiu as atribuições da ELETROBRÁS, estão as de fixar tarifas e de fiscalizar a qualidade dos serviços e o cumprimento dos contratos de concessão. Cabe à agência, ainda, mediar os conflitos de interesses entre os agentes do setor e entre estes e os consumidores.

Em 2000 entra em operação a maior hidrelétrica privada do país, a Usina Hidrelétrica de Itá, no rio Uruguai, entre os municípios de Aratiba (Rio Grande do Sul-RS) e Itá (Santa Catarina-SC). Mesmo com a mais expressiva ampliação da oferta de energia, o país não consegue evitar a crise de energia em 2001, deflagrada por um grave período de seca, que impediu o armazenamento de água nos reservatórios das principais usinas. Em função da crise de 2001, o Governo Federal aplicou uma política de redução compulsória do consumo de energia de cerca de 32,3 milhões de unidades consumidoras, estabelecendo uma economia obrigatória de 20% no consumo de energia elétrica nas regiões Nordeste, Sudeste e Centro-Oeste e de 10% no Norte. As penalidades para quem descumprisse a meta eram severas, como multas e até mesmo cortes no abastecimento.

Nesse contexto, em 2002, o Governo lança o Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica (PROINFA) para estimular a geração eólica, de biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. Com previsão de contratação de 3,3 mil MW advindos de energia eólica, biomassa e de pequenas centrais hidrelétricas. No mesmo ano, a ANEEL

²⁴ Relatório ANEEL 10 Anos, 2008. Disponível em http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/aneel_10_anos.pdf. [Consult. 10.jul.2012]

aprova o estudo de inventário hidrelétrico do Rio Madeira (RO) com potência de 7.840 MW. Em 2003, ao assumir a presidência, Luiz Inácio Lula da Silva lança o Programa Luz Para Todos, com o objetivo de levar energia, inicialmente até 2008 e depois até 2010, a 12 milhões de brasileiros que até então ainda não tinham acesso à eletricidade. Entre 2003 e 2005, a atual presidente Dilma Rouseff assume a pasta do Ministério de Minas e Energias, fortalecendo o modelo com a regulação da ANEEL. Comparando dados dos Censos de 2000 e 2010, a taxa de domicílios brasileiros sem energia elétrica baixou de 5,5% para 1,3%.²⁵

Figura 4-Informações de consumo por região geográfica



Fonte: ANEEL, 2012

II.3 As matrizes de energia elétrica no Brasil e a importância da energia hidrelétrica

A crise do petróleo, na década de 1987, precipitou uma consciência geral acerca da finitude das reservas naturais de combustível fóssil que, somada às preocupações

²⁵ Dados do Censo disponível em <http://institutoestimar.blogspot.com.br/2011/05/domicilios-brasileiros-sem-energia.html>. [Consult. 28.jul.2012]

ambientalistas com a poluição desses meios de geração de energia elétrica, deram início a uma busca acelerada por alternativas de produção de energia mais barata, mais durável e menos poluente. Nesse contexto, a energia hidroelétrica, surgida a partir de 1885 nos Estados Unidos, se configura como uma alternativa possível para países com potencial hidráulico, caso do Brasil. McCully (2004, p.16) destaca que, atualmente, cerca de 60% dos rios do mundo estão represados.

Pode-se observar que, hoje, o Brasil apresenta uma matriz de geração elétrica de origem predominantemente renovável, sendo que a geração interna hidráulica responde por cerca de 66% da oferta total. Somando as importações de energia, que essencialmente também são de origem renovável, pode-se afirmar que aproximadamente 85% da eletricidade no Brasil é originada de fontes renováveis – sem considerar que parte da geração térmica é originada de biomassa.²⁶

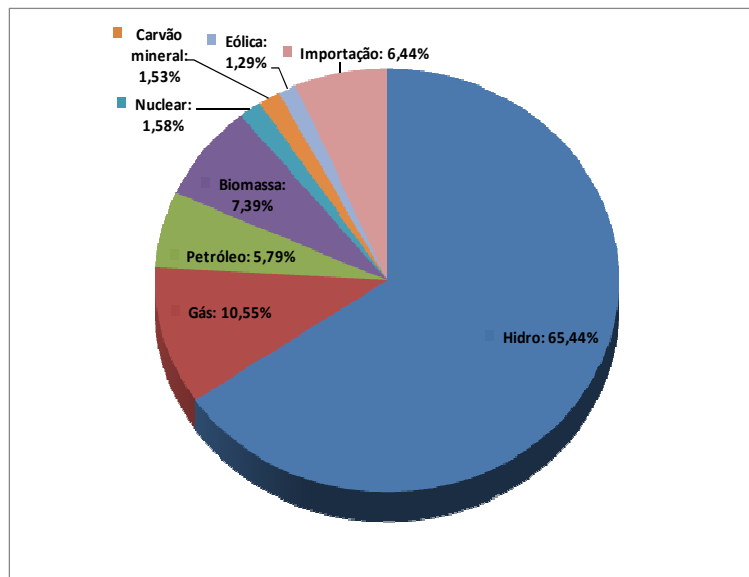
Considerando todas as matrizes de energia elétrica em operação atualmente, o Brasil possui no total 2.658 empreendimentos que geram 118.588.937 Kw de potência total. Cerca de 7% desse total é importado do Paraguai, Argentina, Venezuela e Uruguai. Conforme a Agência Nacional de Energia Elétrica, está prevista para os próximos anos uma adição de 48.343.054 Kw na capacidade de geração do país, proveniente dos 171 empreendimentos atualmente em construção e mais 563 outorgadas.²⁷ Na figura 5, é possível observar as diferentes matrizes de energia elétricas em operação hoje no país e o percentual que representam no total de geração.²⁸

²⁶ Balanço energético Nacional, 2011. Ministério de Minas e Energia – MME e Empresa de Pesquisa Energética – EPE. Disponível em https://ben.epe.gov.br/downloads/Relatorio_Final_BEN_2011.pdf. [Consult. 15 jul.2012]

²⁷ Dados consultados em Agência Nacional de Energia Elétrica <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>. [Consult. 15 jul.2012]

²⁸ Mesma referência acima

Figura 5-Gráfico das matrizes de energia elétrica no Brasil (2012)



Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2012). Dados consultados em 21.Jul.2012

Apesar da recente busca de investimento em fontes energéticas alternativas, o atual conjunto energético brasileiro continua fortemente alicerçado na energia hidráulica. Dentre as renováveis, o forte investimento na energia hidráulica está ligado ao custo elevado em comparação à exploração das demais alternativas energéticas. Com relação às comparações entre os custos de diversos tipos de energia, Maurício Tolmasquim, presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), afirma: *“Atualmente, a energia solar custa até cinco vezes mais que a eletricidade gerada por hidrelétricas. Cada MW/hora gerado a partir do sol custa entre R\$ 450 e R\$ 500, dependendo da tecnologia. A hidrelétrica não passa de R\$ 100 cada MW/hora, enquanto o preço da eólica e da energia térmica é da ordem de R\$ 140 e a nuclear, R\$ 150. A energia térmica varia muito de preço, mas está na faixa da eólica.”*²⁹

Na figura 6, é possível a visualização da geração energética no Brasil dividida pelas variadas fontes geradoras. Salienta-se que, além dos 66% do total global de energia consumida no Brasil, a energia hidráulica consumida ainda responde à cerca de 50% do percentual da energia importada dos países vizinhos, perfazendo assim a energia hidráulica, um total de cerca de 70% do total da energia consumida.

²⁹ Entrevista do presidente da Empresa de Pesquisa Energética (EPE), Maurício Tolmasquim, à repórter Sabrina Lorenzi, do portal IG. Disponível em <http://economia.ig.com.br/empresas/infraestrutura/governo+preve+fim+de+novas+hidreletricas+em+20+anos/n1300118639791.html>. [Consult. 15 jul.2012]

Figura 6-Matriz de Energia Elétrica no Brasil – Empreendimentos em operação

Empreendimentos em operação							
Tipo		Capacidade instalada		%	Total		
		N° de usinas	(kW)		N° de usinas	(kW)	%
Hidro		1002	83.075.088	65,44%	1002	83.075.088	65,44%
Gás	Natural	106	11.561.813	9,11%	146	13.393.496	10,55%
	Processo	40	1.831.683	1,44%			
Petróleo	Óleo Diesel	935	3.413.542	2,69%	969	7.349.853	5,79%
	Óleo residual	34	3.936.311	3,10%			
Biomassa	Bagaço de cana	354	7.648.288	6,02%	438	9.379.937	7,39%
	Licor negro	14	1.245.198	0,98%			
	Madeira	43	376.535	0,30%			
	Biogás	19	77.308	0,06%			
	Casca de arroz	8	32.608	0,03%			
Nuclear		2	2.007.000	1,58%	2	2.007.000	1,58%
Carvão mineral	Carvão mineral	10	1.944.054	1,53%	10	1.944.054	1,53%
Eólica		79	1.638.232	1,29%	79	1.638.232	1,29%
Importação	Paraguai		5.650.000	4,45%		8.170.000	6,44%
	Argentina		2.250.000	1,77%			
	Venezuela		200.000	0,16%			
	Uruguai		70.000	0,06%			
Total		2.646	126.957.660	100,0%	2646	126.957.660	100%

Fonte: ANEEL, 2012. Dados consultados em 21.jul.2012

Na figura 7, distinguem-se alguns rios brasileiros com capacidade energética já instalada. A tabela contempla apenas a os rios com maior capacidade instalada.

Figura 7-Quadro da capacidade de geração instalada e em operação no Rio/UF

Rio	Estado	N° de usinas instaladas	Capacidade instalada (kW)
Tocantins	PA	1	8.370.000
São Francisco	AL	6	7.441.601
Grande	MG	12	7.203.500
Paraná	PR	2	7.000.085
São Francisco	BA	8	6.811.501
Iguaçu	PR	5	6.674.000
Paraná	SP	3	6.535.200
Paraná	MS	3	6.535.200
Paranaíba	GO	5	5.640.802
Paranaíba	MG	4	5.640.802
Total		49	67.852.691

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2012).Dados consultados em 21.Jul.2012

Figura 8-Capacidade instalada por Estado em 2008



Fonte: Aneel, 2010

Antigamente, a maior parte das hidrelétricas eram construídas na região Sudeste, a mais industrializada e populosa do Brasil. No entanto, tal tendência vem se modificando. Nos últimos 30 anos, esta fonte de energia foi multiplicada por sete. No total, existem 1.002 empreendimentos de geração de energia hidrelétrica em operação. Conforme dados da ANEEL (2012), para os próximos anos, está prevista uma adição de 66 empreendimentos atualmente em construção e mais 200 já outorgados, mas que ainda não começaram sua construção³⁰. Todas as bacias hidrográficas brasileiras são utilizadas ou, ao menos, visadas, para receberem obras deste tipo, sendo que a bacia do Amazonas será uma das mais

³⁰ Disponível em <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil/capacidadebrasil.asp>. [Consul. 21 jul.2012]

exploradas até 2017, assim como toda a região Norte e Centro Sul, regiões que abrigam dois ecossistemas de riquíssima biodiversidade: a selva amazônica e o Pantanal. A figura 8 apresenta a região como a de maior potencial no contexto brasileiro.

Para dar continuidade ao crescimento econômico de uma população ativa de mais de 190 milhões de pessoas com necessidade crescente de recursos e energia, o Governo Federal já deu mostras de que fez e continua fazendo uma forte aposta na ampliação da geração de energia tendo como matriz a hidrelétrica. Na figuras 9 observa-se o quanto a política energética brasileira deve seguir centrada nessa fonte geradora. Para tanto, basta analisar o número de hidrelétricas, sejam elas CGHs, PCHs ou UHEs em construção (figura 9.A), como também os empreendidos já outorgados (figura 9.B), mas que ainda não entraram em fase de construção.

Figura 9-Empreendimentos para geração de energia em construção (A) e os outorgados (B), sendo CHG – Central Geradora Elétrica; CGU – Central Geradora Undi-elétrica; EOL – Cental Geradora Eolielétrica; PCH - Pequena Central Hidrelétrica; SOL – Central Geradora Sol.

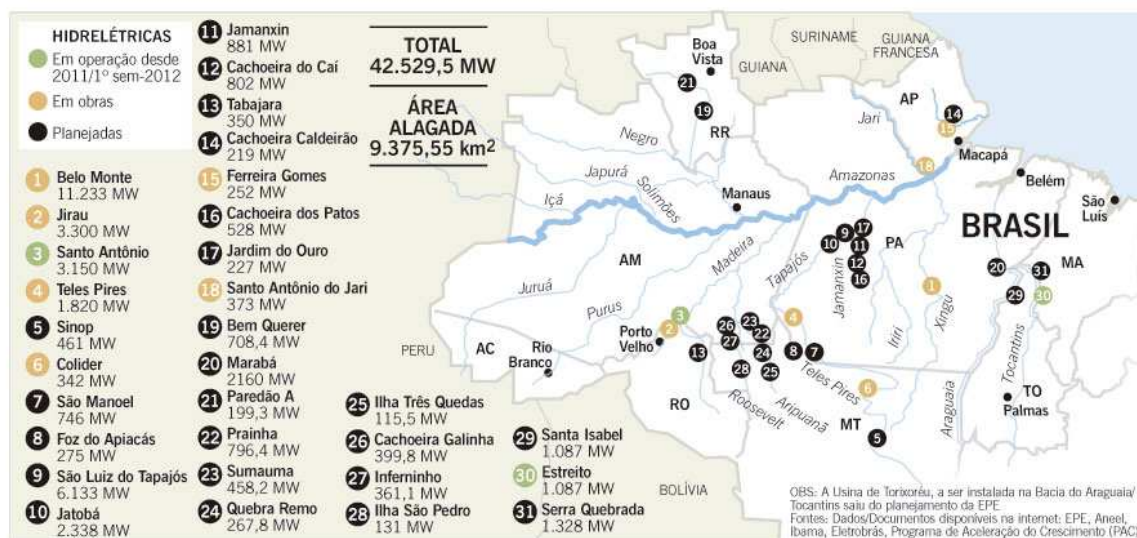
A - Empreendimentos em construção			
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	%
CGH	1	848	0,0%
EOL	60	1.475.504	5,3%
PCH	53	588.827	2,1%
UHE	12	18.282.400	66,1%
UTE	44	5.946.119	21,5%
UTN	1	1.350.000	4,9%
Total	171	27.643.698	100%
B - Empreendimentos Outorgados entre 1998 e 2012			
(não iniciaram sua construção)			
Tipo	Quantidade	Potência Outorgada (kW)	%
CGH	58	39.146	0,2%
CGU	1	50	0,0%
EOL	221	6.111.007	29,8%
PCH	131	1.824.900	8,9%
UHE	12	2.529.042	12,4%
UTE	142	9.969.701	48,7%
Total	565	20.473.846	100%

Fonte: Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL, 2012). Dados consultados em 21.Jul.2012

Recentemente finalizado, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da margem direita do Rio Amazonas, elaborado pela Agência Nacional de Águas (ANA), prevê a construção de 23 novas hidrelétricas na região da Amazônia, além das seis que já se encontram em construção. Segundo levantamento do jornal brasileiro O GLOBO³¹, ao todo, essas 29 hidrelétricas vão gerar 38.292 MW, quase metade dos 78.909 MW produzidos pelas 201 usinas hidrelétricas em operação hoje no país. Sete delas, como as das bacias do Tapajós e do Jamanxim, serão feitas no coração da Amazônia, em áreas de floresta praticamente intocadas.

“As novas hidrelétricas na Amazônia — incluindo as recém-inauguradas Santo Antônio e Estreito — alagarão uma área de ao menos 9.375,55 quilômetros quadrados, quase oito vezes o tamanho da cidade do Rio de Janeiro” (O Globo, 2012).

Figura 10 - Nova fronteira elétrica na Amazônia



Fonte: O Globo, 2012

Apesar do fato da oferta energética ter acompanhado o aumento no consumo no âmbito das questões ambientais e sociais, as reestruturações operadas no setor também são alvo de críticas:

“Se o apagão de 2001 havia sinalizado a falência técnica da reforma neoliberal do setor elétrico, a crise financeira das empresas privadas de energia elétrica, vinda a público no

³¹ Disponível em <http://migre.me/aQqOr>. [Consult. 24-09-2012]

início de 2003, pôs a nu a irresponsabilidade e o fracasso econômicos da reestruturação levada a cabo no governo de Fernando Henrique Cardoso, com o decidido apoio das agências multilaterais (FMI, Banco Mundial, BID). O chamado “novo modelo do setor elétrico” implementado pelo setor elétrico, no que diz respeito às questões sociais e ambientais, em nada alterou o rumo das tendências que se vinham afirmando desde o início dos anos 1990” (Vainer, 2007, p. 10).

II.4 A legislação ambiental brasileira

Foi na década de 1980 que se definiu a Política Nacional de Meio Ambiente. Através da Lei 6.938 (1981) criaram-se órgãos federais, coordenados por uma secretaria com nível de ministério, para colocar em prática os novos dispositivos legais. A Lei 6938 estabeleceu a Política Nacional do Meio Ambiente que tem por objetivo visar, entre outros incisos determinados no Art. 4º:

I - à compatibilização do desenvolvimento econômico social com a preservação da qualidade do meio ambiente e do equilíbrio ecológico;

VI - à preservação e restauração dos recursos ambientais com vistas a sua utilização racional e disponibilidade permanente, concorrendo para a manutenção do equilíbrio ecológico propício à vida;

VII - à imposição, ao poluidor e ao predador, da obrigação de recuperar e/ou indenizar os danos causados, e ao usuário, de contribuição pela utilização de recursos ambientais com fins econômicos;

A Lei 6.938/81 ainda instituiu o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA), órgão consultivo e deliberativo do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA).

Vale ressaltar que no preâmbulo da promulgação da Constituição da República Federativa do Brasil de 1988, os representantes do povo brasileiro instituem um Estado Democrático, *“destinado a assegurar o exercício dos direitos sociais e individuais, a liberdade, a segurança, o bem-estar, o desenvolvimento, a igualdade e a justiça como valores supremos de uma sociedade fraterna, pluralista e sem preconceitos, fundada na*

*harmonia social e comprometida, na ordem interna e internacional, com a solução pacífica das controvérsias”.*³²

Conforme José Afonso Silva (2004, p. 46, cit por Silva, s/data)³³, a Constituição Federal de 1988 é considerada a “Constituição Verde”, pois foi a primeira a tratar da questão ambiental; nela, o meio ambiente passou a ser tido como um bem tutelado juridicamente.

A matéria é tratada em diversos títulos e capítulos da Constituição. O art. 225 do Capítulo VI (Do Meio Ambiente), no Título VIII (Da Ordem Social), por exemplo, diz que:

“todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao Poder Público e à coletividade o dever de defendê-lo e preservá-lo para as presentes e futuras gerações”

O inciso IV, do mesmo Capítulo VI, exige, de forma a assegurar a efetividade do direito acima, entre outras normas, a seguinte:

“exigir, na forma da lei, para instalação de obra ou atividade potencialmente causadora de significativa degradação do meio ambiente, estudo prévio de impacto ambiental, a que se dará publicidade”.

Em 1986, o Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA) editou a Resolução nº 01/86, que regulamentou a obrigatoriedade de realização de Estudos de Impacto Ambiental (EIAs) e Relatórios de Impacto Ambiental (RIMAs) para fins de licenciamento ambiental. O CONAMA fixou os requisitos para a avaliação de impactos e para o licenciamento de obras modificadoras do meio ambiente, entre elas, as do setor elétrico. A partir daí, novas disciplinações legais emanadas do Governo Federal, ou dos estados, procuraram minimizar os efeitos dos projetos hidrelétricos, tendo como eixo de referência o fato desses projetos serem essencialmente conduzidos por empresas estatais. O Conselho também estabeleceu as diversas etapas do processo de licenciamento e garantiu a obrigatoriedade de audiência pública sempre que julgar necessário, ou quando for solicitado por entidade civil, pelo Ministério Público, ou por 50 ou mais cidadãos, o órgão de Meio Ambiente promoverá a realização de audiência pública (Resolução 009/87, CONAMA).

³² Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/ConstituicaoCompilado.htm. [Consult. 21.Jul.2012].

³³ Disponível em http://www.ambito-juridico.com.br/site/index.php?n_link=revista_artigos_leitura&artigo_id=5920. [Consult. 21.Jul.2012]

O artigo 1º da resolução 001 do Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA) ³⁴ determina:

“Considerando a necessidade de se estabelecerem as definições, as responsabilidades, os critérios básicos e as diretrizes gerais para uso e implementação da Avaliação de Impacto Ambiental como um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente, resolve:

Artigo 1º - Para efeito desta Resolução, considera-se impacto ambiental qualquer alteração das propriedades físicas, químicas e biológicas do meio ambiente, causada por qualquer forma de matéria ou energia resultante das atividades humanas que, direta ou indiretamente, afetam:

I - a saúde, a segurança e o bem-estar da população;

II - as atividades sociais e econômicas;

III - a biota;

IV - as condições estéticas e sanitárias do meio ambiente;

V - a qualidade dos recursos ambientais.”

No Artigo 2º, alíneas de I a XVII, o CONAMA regulamenta a obrigatoriedade de realização de EIA-RIMA para fins de licenciamento ambiental a serem submetidos à aprovação do órgão estadual competente, e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) o devido licenciamento de atividades modificadoras do meio ambiente; dentre elas, destaca-se o que é descrito na alínea VII do mesmo artigo:

“VII- Obras hidráulicas para exploração de recursos hídricos, tais como: barragem para fins hidrelétricos, acima de 10 MW, de saneamento ou de irrigação, abertura de canais para navegação, drenagem e irrigação, retificação de cursos d'água, abertura de barras e embocaduras, transposição de bacias, diques;”

Mesmo com a obrigatoriedade do RIMA detalhado, irregularidades seguem ocorrendo. O caso da Usina de Barra Grande (Santa Catarina) é elucidativo:

“Só recentemente, quando o empreendedor (...) solicitou ao Ibama um pedido de supressão das florestas a serem inundadas, descobriu-se que o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e o Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) (...), entregues em 1998 ao Ibama, omitiram a existência desses remanescentes de Floresta com Araucária com importantes populações

³⁴ Resolução nº 001-A, de 23 de janeiro de 1986. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/port/conama/res/res86/res0186.htm>. [Consult. 20.Jul.2012]

naturais de espécies ameaçadas de extinção. O RIMA apresentado havia reduzido a cobertura florestal primária da área a ser alagada de 2.077 para 702 hectares, a área de floresta em estágio avançado de regeneração (...) de 2.158 para 860 hectares e a área de floresta em estágios médio e inicial de regeneração (...) de 2.415 hectares para apenas 830 hectares” (Prochnow, 2005, pp.6-7).

Cabe destacar que, paralelamente às exigências de protocolos dos impactos ambientais, as resoluções carecem de estudos socioambientais, de vez que não levam em consideração as *“tradições das populações locais e regionais e tampouco suas expectativas e aspirações”* (Santos, 1996, p.21).

Isto significa dizer que, tão importante quanto os protocolos de licenciamento de obras que modificam o meio ambiente, devem ser consideradas as condições das populações forçadas a deixarem não só as suas terras, mas a sua história submersa nos lagos a cada nova hidrelétrica construída com o intuito de respaldar o desenvolvimento. Em um exemplo da literatura brasileira sobre o tema, a obra *As hidrelétricas do Xingu e os povos indígenas*, organizada por Santos e Andrade (1988), desenvolve uma crítica contundente ao fato de o setor elétrico enquadrar os indígenas como um “problema ambiental”, mostrando, dessa forma, um discurso inadequado e até equivocado, pois toda história de uma etnia apagada em nome do desenvolvimento não pode e não deve ser concebida como uma questão ambiental.

Desta forma, é importante que o conceito de impacto global deve ser considerado junto ao termo impacto ambiental. Conforme Santos (1989, pp.33-34):

(...) “compreende-se que esses tipos de empreendimentos causam danos globais, influência em geral deletérea, em todos os setores da vida de um povo indígena, desde a sua população e as condições materiais de sua sobrevivência, até as suas concepções de vida e visões de mundo. Por sua vez, esses danos raramente são exclusivos a um número populacional, mas atingem o povo como um todo, a uma etnia, a uma cultura”.

Apesar de não ser sempre respeitada, a ampliação do conceito de atingido para aqueles que não têm escritura de posse ou compra e venda do terreno é considerada uma das vitórias dos movimentos de atingidos nos últimos anos. Atualmente, o próprio Banco Mundial, um dos maiores financiadores de projetos de grandes barragens, reconhece que:

“Populações indígenas, minorias étnicas, camponeses e outros grupos que tenham direito informal à terra e outros recursos expropriados pelo projeto, devem ser ressarcidos

adequadamente com terra, infraestrutura e outras compensações. A ausência de título legal de propriedade não deve ser utilizada para negar a tais grupos compensação e reparação (World Bank, 1994, Executive Summary, Box 1).

Conforme o relatório final da Comissão Especial “Atingidos por Barragens”, instituído no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), órgão colegiado com representantes de setores representativos ligados aos direitos humanos, e com importância na promoção e defesa dos direitos humanos no país, o ano de 1987 foi um novo marco na trajetória de reconhecimento dos direitos das populações de atingidos:

“(...) a Eletrosul, o Ministério de Minas e Energia e a Comissão Regional dos Atingidos por Barragens da Bacia do Rio Uruguai (CRAB), após longo conflito e difíceis negociações, assinaram um acordo acerca das condições de tratamento das questões sociais e ambientais no processo de implantação das barragens de Itá e Machadinho. Neste acordo histórico, entre as várias cláusulas, constavam as seguintes: fim das negociações individuais e aceitação, por parte da Eletrosul, de que todas as negociações seriam feitas, comunidade por comunidade, com a presença de representantes da CRAB; atrelamento do cronograma das obras ao cronograma de negociação e solução dos problemas sociais e oferta a todos os atingidos, inclusive aos não proprietários, da possibilidade de reassentamento coletivo”.

Com base nesse acordo, foi produzido um manual com as diretrizes e critérios para o reassentamento.

Se por um lado, a questão de geração de energia é incontestável para o desenvolvimento, seguindo uma exigência nacional e internacional, como é o caso da construção de usinas hidrelétricas, por outro, além da questão do impacto ambiental nas regiões em que as usinas são fixadas, é preciso ser considerado de que modo é garantida a qualidade de vida e a preservação do meio ambiente nesses locais, e, principalmente, o impacto que tais obras trazem aos considerados deslocados compulsórios do desenvolvimento. Se o Direito Constitucional brasileiro criou uma nova categoria de bem ambiental, isto é, um bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida, questiona-se qual o nível de qualidade de vida e bem estar humano a implantação de tais obras estariam considerando. Maria Sylvia Zanella Di Pietro (2003, p. 545, cit. por Silva) afirma que:

“consideram-se bens de uso comum do povo aqueles que, por determinação legal ou por sua própria natureza, podem ser utilizados por todos em igualdade de condições”.

De maneira geral, a legislação ambiental brasileira precipitou mudanças, ainda que para muitos insuficientes, na política de inundações. A declaração de representante da ELETROBRÁS - Centrais Elétricas Brasileiras S.A, à imprensa, em 1988, expressa de maneira adequada o clima então dominante:

“Realmente nossas hidrelétricas foram construídas sem qualquer preocupação com a qualidade de vida da população e com o meio ambiente, gerando dessa forma desastres calamitosos do ponto de vista social e ecológico. Mas tenham uma dose de paciência com o nosso setor: afinal, reconhecemos nossas culpas e estamos dispostos a revisar nossas políticas para tentar resgatar nossa dívida com a sociedade brasileira.” (Jornal da Tarde, 1988 cit por Vainer, 2007, p. 120)

II.4.1 Os índios e o direito no Brasil

A indústria das barragens e a política energética do governo brasileiro se localiza em espaços não só de comunidades tradicionais, mas de tribos indígenas que vivem em ligação íntima com os rios e a selva. O impacto do deslocamento desses povos envolve o âmbito dos valores espirituais e o patrimônio imaterial da sociedade como um todo.

Cabe ressaltar que os povos indígenas têm direitos assegurados na Constituição Federal e nas constituições estaduais, como no Estatuto do Índio, conforme a Lei nº 6.001, de 19.12.1973. Neste ponto, salienta-se que a Constituição Brasileira veda o deslocamento de populações indígenas:

“É vedada a remoção de grupos indígenas de suas terras, salvo, ad referendum do Congresso Nacional, em caso de catástrofe ou epidemia que ponha em risco sua população ou no interesse da soberania do país, após deliberação do Congresso Nacional, garantido, em qualquer hipótese, o retorno imediato logo que cesse o risco” (Constituição Federal, Artigo 231, § 5º).

A participação da população indígena nos processos decisórios relacionados à implantação de projetos que os afetem, também está prevista na Constituição:

*“O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, **ouvidas as comunidades afetadas**³⁵ <...>”* (Constituição Federal, Art. 231, §3º).

³⁵ Grifo da autora

Paralelamente, esse direito também ficou explícito pela Comissão Mundial de Barragens:

“Quando os projetos afetarem povos indígenas e tribais, tais processos deverão ser guiados pelo consentimento livre, prévio e esclarecido dessas populações” (Comissão Mundial de Barragens, 2000, p. 29).

Igualmente, a Convenção da Organização Internacional do Trabalho sobre Povos Indígenas e Tribais (OIT 169, 27/06/1989), aprovada pelo Congresso Nacional em 20/06/2002, promulgada pelo Decreto 5.051, de 19/04/2004, também coloca a consulta às comunidades indígenas como princípio:

“Artigo 6º

1. Ao aplicar as disposições da presente Convenção, os governos deverão:

a) consultar os povos interessados, mediante procedimentos apropriados e, particularmente, através de suas instituições representativas, cada vez que sejam previstas medidas legislativas ou administrativas suscetíveis de afetá-los diretamente;

b) estabelecer os meios através dos quais os povos interessados possam participar livremente, pelo menos na mesma medida que outros setores da população e em todos os níveis, na adoção de decisões em instituições efetivas ou organismos administrativos e de outra natureza responsáveis pelas políticas e programas que lhes sejam concernentes;

c) estabelecer os meios para o pleno desenvolvimento das instituições e iniciativas dos povos e, nos casos apropriados, fornecer os recursos necessários para esse fim.

2. As consultas realizadas na aplicação desta Convenção deverão ser efetuadas com boa fé e de maneira apropriada às circunstâncias, com o objetivo de se chegar a um acordo e conseguir o consentimento acerca das medidas propostas.

Artigo 7º

1. Os povos indígenas e tribais deverão ter o direito de escolher suas próprias prioridades no que diz respeito ao processo de desenvolvimento, na medida em que afete suas vidas, crenças, instituições e bem-estar espiritual, bem como as terras que ocupam ou utilizam de alguma forma, e de controlar, na medida do possível, seu próprio desenvolvimento econômico, social e cultural.

Além disso, esses povos deverão participar da formulação, execução e avaliação de planos e programas de desenvolvimento nacional capazes de afetá-los diretamente.

2. A melhoria das condições de vida e de trabalho e do nível de saúde e educação desses povos, deverá, com sua participação e cooperação, ser prioritária nos planos de desenvolvimento econômico global das regiões que habitam. Os projetos especiais de desenvolvimento para essas regiões deverão também ser elaborados de forma a promover essa melhoria”.

Em relação à proteção jurídica às populações indígenas, cita-se outro documento, de nível internacional, que é a Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas, aprovada em 2007³⁶. Por meio dessa Declaração, a comunidade internacional assume relevante compromisso com a promoção e proteção dos povos indígenas no mundo todo. Objetiva funcionar como uma “interpretação autêntica” aos direitos já assegurados em tratados, acordos e outros pactos construtivos dos povos indígenas com os Estados. O documento do direito internacional dos direitos humanos, portanto, é voltado à proteção desses grupos, conforme o disposto no Artigo 32, um dos seus 46 Artigos destinados à proteção desses povos:

- 1. Os povos indígenas têm direito a determinar e elaborar as prioridades e estratégias para o desenvolvimento ou a utilização de suas terras ou territórios e outros recursos.*
- 2. Os Estados realizarão consultas e cooperarão de boa-fé com os povos indígenas interessados para a condução de suas próprias instituições representativas, a fim de obter seu consentimento livre e informado antes de aprovar qualquer projeto que afete as suas terras ou territórios e outros recursos, particularmente em relação com o desenvolvimento, a utilização ou a exportação de recursos minerais, hídricos ou de outro tipo.*
- 3. Os Estados estabelecerão mecanismos eficazes para a reparação justa e equitativa por estas atividades, e adotará medidas adequadas para mitigar suas consequências nocivas de ordem ambiental, econômica, social, cultural o espiritual.*

A proteção às terras indígenas é fator primordial com relação ao respeito aos povos indígenas brasileiros e a sua preservação enquanto minorias culturais. Por isso, a constituição reconheceu ao índio os direitos originários às terras tradicionalmente ocupadas.

³⁶ *Aprovado pela Assembleia Geral da ONU, em 7 de setembro de 2007. Disponível em <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Direito-dos-Povos-Ind%C3%ADgenas/declaracao-das-nacoes-unidas-sobre-os-direitos-dos-povos-indigenas.html>. [Consul. 22 jul.2012]*

A proteção ao *direito fundamental* é que vai possibilitar a preservação cultural e a *identidade coletiva* dos povos indígenas (Anjos Filho, p. 9).³⁷

Quanto ao estabelecimento de políticas de leis internas atinentes à proteção dos atingidos pelas barragens, sejam indígenas, quilombolas ou comunidades tradicionais, a figura nº 11 retoma, resumidamente, as leis e decretos no período entre 1981 e 2007.

Figura 11-Leis internas relativas à proteção ambiental e aos atingidos pelas barragens, no período entre 1981 e 2007.

Lei / Resolução	Ano	Estabelece/ Dispõe sobre
Lei 6.938	1981	Política Nacional do Meio Ambiente
Resolução CONAMA 01	1986	Estudo de Impacto Ambiental (critérios básicos e diretrizes gerais)
Resolução CONAMA 09	1987	Dispõe sobre a necessidade de audiências públicas
Resolução 237	1997	Regulamenta aspectos do licenciamento ambiental estabelecidos na Política Nacional do Meio Ambiente
Lei 9.433	2000	Política Nacional de Recursos Hídricos
Lei 9.985	2000	Sistema Nacional de Unidades de Conservação
Decreto 6.040	2007	Política Nacional do Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais/ PNPCT.

Fonte: Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), Relatório da Comissão Especial (Brasília – DF), “Atingidos por Barragens”. 2006. Quadro elaborado pela autora desta pesquisa.

Nesta direção, o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) define hoje como requisito para apoiar a implantação de barragens o respeito aos direitos de “*comunidades étnicas de baixa renda cuja identidade é baseada no território que têm ocupado tradicionalmente*”, exigindo, em todos os casos, o “*consentimento informado às medidas de reassentamento e compensação*” (Interamerican Development Bank, 1988).

Assim também, o Decreto 6.040, de 7/02/2007, que instituiu a Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais, fixa, dentre seus objetivos:

- I. *garantir aos povos e comunidades tradicionais seus territórios, e o acesso aos recursos naturais que tradicionalmente utilizam para sua reprodução física, cultural e econômica;*
- IV. *garantir os direitos dos povos e das comunidades tradicionais afetados diretamente ou indiretamente por projetos, obras e empreendimentos”.*

³⁷ http://www.fau.usp.br/cursos/graduacao/arg_urbanismo/disciplinas/aup0270/4dossie/aulas/6link-volker/3bib/direitos-indigenas.pdf. [Consult. 29 agost. 2012]

As injustiças cometidas pela indústria da energia elétrica têm sido especialmente intensas quando relacionadas aos índios.

“Dada a negligência e incapacidade de assegurar a justiça, por causa das desigualdades estruturais, dissonâncias culturais, discriminação e marginalização econômica e política, as populações indígenas e tribais têm sofrido desproporcionalmente os impactos negativos de grandes barragens, ao mesmo tempo em que são freqüentemente excluídos da participação dos benefícios” (World Commission on Dams, 2000, p.110).

Ainda conforme o relatório da WCD, principalmente quando relacionado à comunidades étnicas, o deslocamento induzido pela barragem pode provocar uma espiral de eventos que vão muito além da área submersa. Viana (2003, p.46) relembra o caso da população Chakma, deslocada pela barragem hidrelétrica de Chittagong Hill Tracts, em Bangladesh, que alagou 2/5 de suas áreas cultiváveis.

“Como consequência, 40.000 Chakmas foram deslocados para Índia e outros 20.000 para Arakan em Burma. A parte da população deslocada para Índia nunca conseguiu obter cidadania para si ou para seus filhos. O conflito instaurado entre a população Chakma budista e a população mulçumana de Bengali custou 10.000 vidas desde a finalização do projeto em 1962” (Viana, 2003, p. 46).

Conforme dito na introdução, este capítulo pretendeu apresentar a importância da energia hidrelétrica no contexto da demanda de energia elétrica no Brasil, explicando assim a aposta do Governo Federal na construção de hidrelétricas no país nos próximos anos, aposta que tende a ampliar a categoria dos migrantes deslocados por barragens. Este capítulo também pretendeu apresentar alguns pontos da legislação brasileira relacionados ao direito dos atingidos por projetos de desenvolvimento.

Cabe ressaltar, no entanto, a dificuldade de um consenso jurídico-legal de reparação estabelecido que sirva de base para toda e qualquer construção que afete populações. Tal conjunto de regras permanece em construção, refletindo assim na diferença dos tratamentos às populações afetadas, conforme é analisado no capítulo 3 a seguir.

CAPÍTULO III

Populações deslocadas pelas barragens: os casos das Hidrelétricas de Tucuruí e Itá

O capítulo 3 desta pesquisa objetiva analisar as consequências que hidrelétricas de Itá, na divisa dos Estados de Santa Catarina e Rio Grande do Sul e Tucuruí, no Pará, uma das maiores capacidade geradoras instaladas no Brasil hoje, causaram em termos de deslocamentos. Foram escolhidas estas hidrelétricas por serem casos que apresentam uma quantidade razoável de dados publicados que possam servir de fonte para esta pesquisa e também por serem grandes projetos que deslocaram quantidade considerável de pessoas – no caso de Itá foram gerados mais de 12 mil migrantes e em Tucuruí mais de 30 mil pessoas deslocadas.

Antes de analisamos os casos específicos eleitos, faz-se necessária uma visão geral sobre os atingidos por barragens, além de nomear os tipos de compensação que normalmente irão determinar a forma de deslocamento de tais pessoas e alguns dos fatores que envolvem a migração.

III.1 Atingidos por barragens: danos e perdas com a migração compulsória

O conceito de atingido da *World Commission on Dams* (WCD) refere-se tanto ao deslocado que sofreu deslocamento físico, como aquele que teve deslocado seu modo de vida ou foi privado dele, posicionando assim os atingidos não apenas como os alagados pelas barragens, mas também aqueles que estão a jusante do rio, que não têm direito à compensação e que perdem seus modos de vida e segurança alimentar em consequência do represamento do rio, e que, em função disso, também podem vir a migrar mais tarde.

“A ruptura da economia gera, como consequência, um aumento na migração, na dependência dos salários informais em áreas urbanas e empobrecimento das comunidades”. (Viana, 2003, p. 44).

Embora essa compreensão do conceito de atingido e deslocado por barragens esteja se ampliando na esfera conceitual e teórica do estudo e conquistando modificações nas políticas de reparação de danos, nossa pesquisa analisará apenas o universo de atingidos diretos que sofrem deslocamento causado pela construção do reservatório da barragem ou da instalação do projeto e da infraestrutura associada.

Conforme indicações do Banco Mundial (Cernea, 1988, p.35), um dos principais financiadores de grandes projetos de desenvolvimento que envolvem deslocamentos populacionais, o plano de reassentamento preparado pela empresa responsável pelo projeto

deve conter três etapas de ações. Na primeira, deve haver a preparação das pessoas afetadas para a transferência, o que inclui informar, consultar e envolver a comunidade. A seguir, se dá a transferência para o novo local de moradia e, por último, a integração dos deslocados dentro da nova comunidade.

No Brasil, o Relatório Final da Comissão Especial Atingidos por Barragens, constituída no âmbito do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) observa que a literatura e os agentes sociais envolvidos com a questão reconhecem que uma das principais mudanças sociais introduzidas pela barragem está no deslocamento compulsório e nos processos de diferentes ordens que este acarreta.

“Por outro lado, a reparação – reposição, indenização ou compensação - dos efeitos negativos destas mudanças constitui, até hoje, o principal desafio. Mesmo nos exemplos de maior sucesso, entre os quais, no Brasil, se poderia citar a UHE Salto Caxias¹⁹, a ruptura de trajetórias de vida e de laços sociais tecidos ao longo de décadas, o stress social e perdas culturais e simbólicas impõem custos enormes aos deslocados. Na maioria dos casos, entretanto, as perdas são ainda mais importantes. A literatura acadêmica e técnica, assim como os casos estudados por esta Comissão Especial, apontam para a degradação generalizada das condições materiais e imateriais da vida social, familiar e individual” (CDDPH, 2006, pp.32-33)

Como explica Vainer (1990, p.106), a natureza e lógica dos grandes projetos hidrelétricos não deixam dúvidas. Trata-se de explorar determinados recursos naturais e mobilizar certos territórios para atingir a finalidade específica da produção de eletricidade.

“Tudo que contrarie ou escape a este fim aparece como obstáculo e, no cronograma financeiro, aparece na rubrica de custos”.

Nesse sentido, a população atingida é considerada mero obstáculo ao projeto na forma de um custo econômico que deve ser “minimizado”(Viana, 2003, p. 35). Ou, ainda, Conforme Amorim e Jesus (2006, p.12), na maioria das vezes os atingidos têm sido tratados como meros empecilhos à “*selvageria da eletricidade*”. O sofrimento dos deslocados pelas barragens, conforme destaca Sônia Santos na tese Lamento e Dor (2007), na qual fez uma análise socio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção de barragens, ainda representa uma dimensão negligenciada tanto pela indústria barrageira quanto por pesquisadores dedicados à produção de conhecimento sobre as consequências sociais das barragens.

A perda das terras comunais, espaço comum dividido entre pessoas de uma mesma localidade, é um impacto frequentemente desconsiderado nos programas de reassentamento.

“Para muitos trabalhadores rurais, especialmente os mais pobres, a perda das áreas comunais representa uma das piores perdas, já que boa parte da subsistência dessas pessoas é adquirida nesses territórios. Relacionado à perda de terras comunais está o problema do endividamento – um dos efeitos mais graves de longo prazo. Como o reassentamento normalmente desestrutura redes sociais e padrões vigentes de economia de subsistência, ele tende a aumentar a dependência do mercado e do dinheiro, obrigando a população deslocada a se endividar ou a se assalariar, abandonando suas formas tradicionais de vida” (Viana, 2003, p. 40-41).

O reassentamento também pode causar de mortes e doenças. Evidências mostram que as taxas de mortalidade e morbidade aumentam muito depois do deslocamento, principalmente entre os mais jovens e os mais idosos.

“Idosos tradicionais e líderes de comunidades tradicionais são frequentemente marginalizados, pois se mostram impotentes de proteger o seu grupo da desapropriação. Às vezes, eles são substituídos por membros mais jovens da comunidade que têm uma educação formal e podem negociar de outra forma com os funcionários do governo. Líderes religiosos e protetores de locais sagrados que foram inundados podem perder o seu estatuto social, uma vez que tais cerimônias não podem mais ser realizadas” (McCully, 2004, p. 166).

Em um estudo realizado com a comunidade deslocada pela barragem Rengali, em Orissa, na Índia, antropólogos constataram sintomas de uma vasta ruptura social e cultural. McCully (2004, p. 167) afirma com base no estudo realizado por Behura et Nayakque (1993) famílias que antes gozaram de prestígio social uma vez deslocadas já não podiam ajudar outros membros da família ou da casta como faziam e passaram a depender de famílias não-deslocadas. As disputas relacionadas à divisão do dinheiro da indenização também causaram desconfiança e sofrimento. Os grandes núcleos familiares se dissolveram em pequenos núcleos já que a indenização era paga a famílias-núcleo. Relacionado à organização comunal, os grupos que coordenavam os temas políticos, econômicos e rituais também começaram a dissolver-se.

“O entusiasmo, a abundância e o esplendor das ocasiões festivas se perderam: festas tradicionais passaram a ser marcadas mais pela melancolia do que pelo júbilo” (Behura et Nayakque, 1993, p. 303 cit por McCully, 2004, p. 167).

Também o relapso das autoridades em relação às diferenças étnicas dos povos – línguas, rituais, deuses e costumes – pode produzir conflitos, disputas e tensões quando diferentes grupos são realocados no mesmo espaço. No caso de grupos étnicos, pequenas mudanças no design das casas ou no arranjo do assentamento podem causar tensões e até implicar na perda cultural das mesmas.

III.2 Possibilidades de deslocamento por barragem

Antes de analisarmos cada um dos casos eleitos, faz-se necessário elencar as possibilidades de deslocamento que normalmente são dadas aos atingidos pelo reservatório da barragem e os tipos de migração que a partir daí podem ocorrer. É importante considerar que as possibilidades de compensação descritas abaixo não são alternativas fixas que abrangem todos os casos de deslocamentos causados por barragem. Em função da lei brasileira não deixar especificadas as condições de reassentamento obrigatórias a todos os casos, conforme já analisado no capítulo 2, cada negociação envolvendo empreendedor e atingidos é que vai construindo a história das migrações forçadas por obras de barragem.

III.2.1 Deslocados não-reassentados

É importante notar que, mesmo entre as populações reconhecidas oficialmente como atingidas pelo projeto, nem todas recebem assistência para recomeçarem suas vidas em novas localidades.

“Algumas delas não são sequer indenizadas, nem recebem qualquer tipo de compensação” (Viana, 2003, p.106).

Conforme o relatório da WCD (2000, p.106), os reassentados na Índia variam entre menos de 10% dos fisicamente deslocados, no caso da barragem de Bargi, até 90% dos casos, considerando a barragem de Dhom. Além disso, o Banco de Dados da WCD tem registros de que muitas vezes este deslocamento envolve força e coersão, em alguns casos, até assassinato (WCD, 1988, pp. 102-103).³⁸

³⁸ Tradução da autora.

III.2.2 Deslocados reassentados

Conforme a WCD, (2000, p. 107)³⁹ compensação é entendida como um conjunto de medidas específicas destinadas a transformar em ganhos as perdas sofridas por pessoas atingidas pelas barragens. Toma geralmente a forma de um pagamento em dinheiro ou espécie, como terra, moradia e outros bens. No grupo dos deslocados que receberam algum tipo de compensação pela perda de suas terras, encontram-se os subgrupos abaixo.

III.2.2.1 Compensação em dinheiro

Também conhecido como autorreassentamento, pode ser feito no meio rural ou urbano. Neste caso, o atingido individualmente recebe um pagamento em dinheiro para que adquira uma nova casa após assinatura de um contrato com a empresa. Os valores são fixados caso a caso, conforme cálculo realizado pela empresa, podendo esse valor ser ou não discutido ou negociado com o atingido. No caso dos reassentados rurais, a carta de crédito pode ou não incluir um valor que seria destinado a compra de material de construção e insumos agrícolas. Este dinheiro será utilizado como convém a família que deverá escolher seu futuro lugar de residência. No Brasil, é comum haver uma defasagem entre o valor justo e o valor pago na indenização (Viana, 2003, p.38)

“O pagamento em dinheiro é, via de regra, comprovadamente inferior ao custo da terra e, portanto, insuficiente para restaurar o modo de vida das populações” (Viana, 2003, p.39).

Várias são as razões que se podem apontar essa defasagem, entre eles: o fato de o valor da terra ser normalmente estimado com base em levantamentos desatualizados, a inflação verificada no período entre o levantamento de terras e o pagamento das mesmas e a falta de recursos ou empenho das autoridades em pagar quantias adequadas.

“Experiências com o reassentamento de grandes populações tendem a mostrar que o pagamento de dinheiro sozinho é muitas vezes uma forma inadequada de lidar com os desalojados. Em alguns casos, a indenização tem sido usada para fins de compensação imediata, deixando o deslocado sem nada para substituir sua terra e modo de vida perdidos, diminuindo a chance de geração de renda e oportunidades. Quando apenas poucas pessoas estão envolvidas, a compensação em dinheiro pode ser adequada, mas, mesmo nesse caso, o empreendimento deve colaborar com esses deslocamentos no sentido de ajudar a encontrar

³⁹ Tradução da autora.

casas alternativas, empregos e oportunidades. A assistência no deslocamento é necessária” (Banco Mundial, 1988, pp. 26-27).⁴⁰

Conforme Leturcq (2007, p.7), que analisou migrações causadas por hidrelétricas instaladas em estados do Sul do Brasil, este sistema é privilegiado pelas empresas, porque permite uma grande margem de manobra na medida em que os responsáveis pela negociação tratam diretamente com as famílias e estas têm frequentemente tendência a subestimar o valor das indenizações.

III.2.2.2 Reassentamento individual rural

Neste caso, a família expulsa de suas terras ganha uma carta de crédito para instalar-se em outro meio rural. Ao invés do recebimento da indenização em dinheiro, a família recebe uma carta de crédito que deve ser usada para negociação de outra moradia. Dependendo de cada projeto, a carta pode ter valor fixo pré-determinado ou passar por uma negociação entre o atingido e a empresa. No caso da carta de crédito para reassentamento rural, ela pode incluir um valor para compra de material de construção e insumos agrícolas.

“Esta solução deveria ser acompanhada por técnicos e engenheiros, ajudando a família a se reinstalar. Na medida do possível, estas pessoas fazem frequentemente a escolha de permanecer próximo do seu antigo habitat” (Leturcq,2007, p.7).

III.2.2.3 Reassentamento individual urbano

Algumas famílias preferem, quando há essa oportunidade, receber uma carta de crédito urbana, que permita a compra de uma moradia na cidade. Também nesse caso, a família migrante deveria receber assistência para a instalação e para a busca de novos modos de vida e subsistência.

III.2.2.4 Reassentamento coletivo rural

Trata-se de reinstalar coletivamente as famílias expulsas todas em um mesmo meio rural. Assim como no caso do reassentamento rural individual, é bastante comum que as terras recebidas sejam de qualidade e quantidade inferior. Conforme a WCD (2000, p. 107):

“Locais de reassentamento são muitas vezes escolhidos sem levar em conta a disponibilidade de meios de subsistência, oportunidades ou as preferências das pessoas

⁴⁰ Tradução da autora.

*deslocadas, que têm sido forçadas a se reassentarem em área degradadas e escassas de recursos naturais, geralmente próximas à área do reservatório. Tais terras rapidamente perdem sua capacidade para suportar a população reassentada”.*⁴¹

III.2.2.5 Reassentamento coletivo urbano

Embora pouco comum, também pode ser oferecido o reassentamento para os atingidos pelo reservatório em uma vila urbana, em geral construída pelo empreendimento.

III.2.2.6 Reassentamento em terras remanescentes

Pouco comum assim como a alternativa de reassentamento coletivo urbano, essa forma de compensação ocorre quando é oferecida a possibilidade ao atingido de permanecer nas franjas da reserva de água, juntando assim seu pedaço de terra a outros de proprietários que optaram em sair. Dessa forma, algumas pessoas não precisam abandonar seu lugar de vida.

III.3 Tipos de migrações causadas por obras de barragem

O ponto de partida dos deslocamentos compulsórios por obras de barragem será sempre o mesmo: o local onde o reservatório e a infraestrutura da hidrelétrica serão instalados. Em termos de distância, as soluções para a transferência dos atingidos quase sempre irão priorizar a proximidade em relação ao antigo local de residência, ou seja, reinstalar as famílias o mais perto possível do lugar de construção da barragem.

*“Esta solução se justifica para evitar uma maior ruptura das relações sociais construídas ao longo do tempo. O espaço de vida de um indivíduo se constrói ao longo do tempo e se inscreve nas relações sociais e nas relações com o espaço, é essa a “estrutura sócio-espacial” descrita por Guy Di Méo. A proximidade da migração é, por conseguinte, privilegiada, mas não é necessariamente aplicada devido à escassez de terras livres ou colocadas à venda no campo brasileiro” (Leturcq, 2007, p. 11).*⁴²

Além disso, quanto maior a superfície impactada pelo reservatório mais complexa será a reinstalação dos atingidos, considerando os reassentamentos coletivos como forma

⁴¹ Tradução da autora

⁴² Tradução da autora

de compensação. As distâncias de reinstalação entre as famílias antes vizinhas flutuarão de acordo com as escolhas feitas por eles e as iniciativas adotadas pela empresa. Esta distância influenciará diversos aspectos importantes para a reconstrução da estrutura sócio-espaçial individual, como a adaptação ao novo meio e ou a integração à rede social existente.

“Di Méo explica que esta estrutura vai se recompor de forma quase similar, modificando segundo diferentes fatores variantes. Pode-se notar que quanto menores forem estes fatores variantes, mais fácil será ao indivíduo reconstruir esta estrutura. Assim, a forma dos reassentamentos coletivos permite aos atingidos reduzirem o número de mudanças na sua vida após a migração”(Leturcq, 2007, p.11).

As duas estruturas territoriais (urbano e rural) entram também em jogo nas migrações e nas opções eleitas pelos atingidos. A escolha da família pode envolver permanecer no meio rural ou romper o modo de vida indo se instalar no meio urbano, como uma nova oportunidade de refazer suas vidas. Esta escolha pode influenciar de maneira decisiva no futuro dos migrantes determinando modo de vida e atividade econômica. No entanto, conforme Leturcq (2009, p. 11), a marca identitária destas populações e o seu estilo de vida acabam por orientá-los, na maior parte das vezes, para as menores mudanças possíveis e, por conseguinte, para a escolha de permanecer no meio rural.

A seguir, analisaremos as migrações causadas pelas Hidrelétricas de Tucuruí e Itá e o contexto nas quais elas ocorreram.

III.4 Hidrelétrica de Tucuruí

Dentre os planos ambiciosos e polêmicos do Brasil para o desenvolvimento hidrelétrico destacam-se, também as barragens na Amazônia, como é o caso da Hidrelétrica (UHE) de Tucuruí, a que esta pesquisa se detém.

Os estudos iniciais do aproveitamento hidrelétrico do Rio Tocantins, no norte do Brasil, começaram por volta de 1957. O Governo Federal incentivou o projeto na década de 1960 com a finalidade de incrementar políticas para o desenvolvimento e integração da Amazônia, e para atender a indústria de alumínio gerada pelos jazigos de bauxita da região. Outro objetivo do Governo Federal era possibilitar a navegação naquele trecho do rio, originalmente cheio de corredeiras.

III.4.1 Dados gerais da obra

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí é considerada a maior usina totalmente brasileira em potência gerada apenas no Brasil e a primeira grande usina da Amazônia, com capacidade inicial de geração de 4.245 MW em suas 12 turbinas. A usina foi construída em duas etapas. A primeira se deu entre os anos de 1976 a 1992. A partir de 1998 começou a 2ª etapa que encerrou apenas em 2006 período no qual ocorreu a ampliação da hidrelétrica, com instalação de mais 12 máquinas que permitiram a expansão da potência em mais 4.125 MW a partir de abril de 2007. A capacidade atual da usina é de 8.370 MW.

Está localizada no município de Tucuruí, no Estado Pará, na região norte do Brasil (Fig. 13), a cerca de 300 quilômetros da capital do Estado, Belém. O projeto civil foi feito pelo Consórcio Projetista Engevix-Themag com estudos hidráulicos realizados no Laboratório de Hidráulica Saturnino de Brito por André Balança e Jorge Rios. A construção coube à Construtora Camargo Corrêa, e quebrou todos os recordes mundiais de terraplenagem, exigindo 50.223.188 m³ de escavações, 41.600.000 m³ de aterro, e 6.000.000 m³ de concreto. As turbinas e suas instalações foram projetadas na França pelo laboratório da Neytrec, na cidade de Grenoble. Seis turbinas foram construídas no Brasil e as outras seis na França. O reservatório está localizado na região central do Pará e a de força tem 4.000 megawatts (MW) de capacidade instalada na sua fase inicial (Tucuruí-I), ampliada para 8.000 MW em uma segunda fase (Tucuruí-II).

Figura 12-Localização hidrelétrica de Tucuruí



Fonte: ELETRONORTE, 2012

A Usina possui uma potência de 8.370 MW. Para gerar essa energia, conta com 12 unidades geradoras de 350 MW, 11 unidades geradoras de 375 MW e 2 unidades geradoras de 22,5 MW. O vertedouro da barragem é o maior do mundo, com uma extensão de 11 km.

III.4.2 Características da região

A bacia do rio Tocantins é formada pelos sistemas hidrográficos constituídos pelo Araguaia e Rios, Tocantins e seus afluentes. Destacam-se entre eles estão os rios Mortes e Itaciúma. Percorrendo cerca de 2.500 km, o rio Tocantins é formado pelos rios Almas e Maranhão, que surgem no Planalto de Goiás, a uma altitude de 1 000m no coração do Brasil. Seus principais afluentes, até sua confluência com o rio Araguaia são: Bagagem, Tocantinszinho, Paraná, Manoel Alves de Natividade, Sono, Manoel Alves Grande e Farinha, na margem direita, e Santa Tereza, na margem esquerda.

O extrativismo foi a principal atividade econômica das bacias do Tocantins-Araguaia. Borracha, diamantes e ouro são apenas alguns dos produtos naturais abundantes nessa região. As estradas abriram o acesso a esta região durante a segunda metade do século 20 e muitas cidades surgiram devido às ligações inter-regionais, com fácil acesso a áreas maiores para de agricultura e pastagem. Isso aconteceu em uma base ampla, sem orientações adequadas, o que resultou em uso indevido do solo. Desde 1960, a colocação da rodovia Belém-Brasília, a implementação de projetos de grande escala (Tucuruí e Carajás) e, mais recentemente, a criação de usinas de aço e eletro-metalúrgica, trouxeram um rápido processo de exploração florestal. A região também é caracterizada pelas vastas propriedades extensa criação de carne bovina em pastos. Os projetos de agroindústria também correram em paralelo na região, especialmente, o plantio de soja e arroz.

Como no resto da Amazônia, a exploração inicial do Médio e Baixo rio Tocantins foi intimamente ligada ao extrativismo. Em uma região sem qualquer infraestrutura rodoviária, isto produziu uma ocupação que seguiu seus cursos de água, resultando em um estilo de vida típico de comunidades ribeirinhas.

“O rio era o meio de transporte que integrava as atividades extrativistas com a economia regional e, ao mesmo tempo, fornecia alimento. Em paralelo, foram cultivadas culturas de subsistência, complementada pela caça. Durante a primeira metade da década de 1970, o extrativismo na região concentrou-se principalmente na castanha do Brasil,

utilizando a infraestrutura de comércio da borracha para a comercialização e estabelecendo relações de trabalho” (WCD, 2000a, p. 9)⁴³.

A agricultura de subsistência foi o mais comum meio de sobrevivência, caracterizado por um sistema de trabalho com base em pequenas propriedades familiares, com oferta trabalho remunerado extremamente raro. Culturas de rendimento só apareceram mais recentemente em torno de Marabá, incluindo o arroz, embora o trabalho pago ainda seja raro, mesmo para essa cultura. Foi a pecuária que introduziu o trabalho assalariado, e integrou os trabalhadores rurais com o mercado.

No entanto, a construção da rodovia Transamazônica⁴⁴ durante a década de 1970 foi a espinha dorsal para a principal unidade de assentamento dirigido no Brasil. Organizado pelo INCRA, o Projeto Integrado de Colonização (PIC) ofereceu 100 hectares de terra na Amazônia a famílias de todo o país.

“Localizado 350 km ao sul de Belém, perto da rodovia Belém-Brasília, nas margens do poderoso Rio Tocantins, a pequena cidade de Tucuruí era um nó perfeito, ligando a Amazônia ao Nordeste e Centro-Oeste do Brasil. O local começou a desenvolver uma posição estratégica em muitas redes sendo construído para impor maior controle econômico e político sobre o vasto território da Amazônia” (WCD, 2000a, p. 10).

III.4.3 Histórico da barragem e movimento social

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída em duas etapas: 1ª etapa de 1976 a 1992, e a 2ª etapa de 1998 a 2006.

A primeira fase da implantação UHE Tucuruí ocorreu entre 1974 e 1985, durante a ditadura militar no Brasil, numa época em que havia relativamente pouca preocupação com questões ambientais bem como pouca atenção aos direitos civis. O projeto inicial previa desmatamento total da região a ser alagada, mas no fim apenas 140 km² dos 2.850 km² foram limpos, com perda de 2,5 milhões de m³ de madeira potencialmente comercializável ou aproveitável nos projetos necessários à comunidade da região.

⁴³ Tradução da autora.

⁴⁴ A Transamazônica, ou Rodovia Transamazônica (BR-230), foi construída no decorrer do período militar no Brasil, no governo de Emílio Garrastazu Médici, entre os anos de 1969 e 1974. A rodovia percorre 4 mil km e atravessa os Estados da Paraíba, Piauí, Maranhão, Pará e Amazonas. O objetivo foi interligar as regiões, especialmente a região Norte, com o restante do Brasil, e povoar aquela área desabitada. A polêmica rodovia até hoje não foi pavimentada, o que a torna intransitável entre outubro e março, período de chuvas no Norte.

A UHE de Tucuruí foi inaugurada em 22 de novembro de 1984. Ela é administrada pela companhia estatal ELETRONORTE (Companhia Elétrica no Norte do Brasil) que é uma sociedade anônima de economia mista e subsidiária das Centrais Elétricas Brasileiras S.A. (ELETROBRÁS), concessionária de serviço público de energia elétrica. (ELETRONORTE, 2012).

O custo da fase I da barragem foi US\$ 7,5 bilhões (dólar de 1986), incluindo US\$ 2 bilhões (23%) de juros do financiamento. As linhas de transmissão e subestações custaram outros US\$ 1,3 bilhões. Os custos de manutenção e operação médios (1995 a 1998) foram US\$ 13,8 milhões por ano. A produção entre 1995-99 foi em média 22,4 Terawatt/hora (TWh) por ano, a um custo unitário médio entre US\$ 34 e US\$ 58 por Megawatt-hora (MWh). Em comparação, a tarifa média nacional nesse período era US\$ 70 por MWh. Entretanto, os benefícios econômicos regionais e nacionais esperados da usina nesse período foram perdidos por conta de tarifas muito reduzidas (US\$ 24/MWh, em 1998) oferecidas às grandes indústrias, especialmente de alumínio (japonesas, canadenses e norte-americanas), por compromissos assumidos no início do projeto. Outro agravante foi a decisão do governo de usar cimento nacional a um preço elevado, para beneficiar os produtores nacionais, em vez de importar cimento mais barato da Colômbia (WCD, 2000).

Em 1998, a Fase 2 estava prevista para custar US\$ 1,35 bilhões e a finalização das eclusas US\$ 340 milhões, e um custo de US\$ 20/MWh. O início da segunda fase do projeto, em 1999, transcorreu sem uma Avaliação de Impacto Ambiental (AIA). A ELETRONORTE afirmou que a Fase II não exigia uma AIA, pois era a continuação de um projeto aprovado antes da definição de normas Estudo de Impacto Ambiental (EIA) no Brasil. As comunidades locais, preocupadas com a possibilidade de uma repetição dos impactos sociais e ambientais ocorridos na Fase I do projeto, em discordância à posição da ELETRONORTE, pediram uma Avaliação de Impacto Ambiental completa. Ainda conforme o relatório da *World Commission on Dams*, tanto na fase I como na fase II, a ELETRONORTE não respeitou o Código de Águas, que estipula que usinas hidrelétricas não devem impingir situações adversas que afetem a alimentação e as necessidades das comunidades ribeirinhas, a saúde pública, a migração pendular, a conservação e a livre circulação dos peixes, entre outros. Conforme o relatório da CDDP (2000, P. 90):

“Tucuruí não foi objeto de avaliação prévia de impacto ambiental e licenciamento ambiental, não exigível legalmente à época de sua construção. A regularização ambiental do

empreendimento foi conduzida pela Secretaria de Ciência e Tecnologia e Meio Ambiente - SECTAM do Pará. Na ocasião, a SECTAM dispensou a ELETRONORTE da elaboração de EIA/RIMA. De acordo com as informações levantadas, os seguintes estudos foram elaborados para a regularização ambiental de Tucuruí: Plano de Ações Ambientais (1999), Estudo Ambiental Associado à Elevação do Nível D'água do Reservatório até a Cota 74 (2001), Estudos Socioambientais de Jusante (2006). Em relação às eclusas de Tucuruí, o licenciamento ambiental coube também à SECTAM, em processo distinto do licenciamento ambiental da hidrelétrica de Tucuruí."

A UHE de Tucuruí continua sendo fonte de debates, pelo fato de o lago da hidrelétrica ter inundado uma área de 3.007 km², atingindo vários povoados, como também pelo fato de que a maior parcela dos benefícios da energia que gera vão para empresas de alumínio, além de oferecer poucas oportunidades de emprego.

Segundo Goodland (1986), o Banco Mundial foi sondado recusou a concessão de financiamento para a construção da hidrelétrica de Tucuruí. Em 1991, uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Assembleia Legislativa do Estado do Pará investigou os problemas causados pela barragem e apoiou a extensa lista de reclamações.

Conforme Fearnside (2002, p. 2), os impactos da Hidrelétrica Tucuruí foram analisados, também, pelo Tribunal Internacional das Águas na sua sessão de 1991 em Amsterdã (*Internacional Water Tribunal*, 1991) que condenou o governo brasileiro pelos problemas sociais e ambientais que o empreendimento impingiu à região. Apesar de o Tribunal ter apenas autoridade moral, a condenação teve repercussão mundial.

O projeto e a construção da Hidrelétrica de Tucuruí precederam a organização e a formação do Crab, que viria a dar origem ao MAB; ambos são movimentos responsáveis pela evolução na negociação dos atingidos com as empresas do setor. No entanto, ocorreram lutas e reivindicações entre os atingidos, que em Tucuruí se autodenominam expropriados. A luta dos expropriados atravessou os 20 anos da construção da barragem. O Movimento dos Expropriados de Tucuruí começou em setembro de 1982.

"Fizeram acampamentos reivindicatórios, procuraram autoridades em Brasília sem respostas definitivas. Um expropriado informou que enviou 75 denúncias ao Ministério Público Federal e Ministério da Justiça. Em 2004, ocorreu o último grande acampamento de reivindicação. Ficaram mais de um ano, acampados, "debaixo do plástico, sob sol e chuva", na área residencial da ELETRONORTE. Pressionada, a empresa aprovou então, o Programa

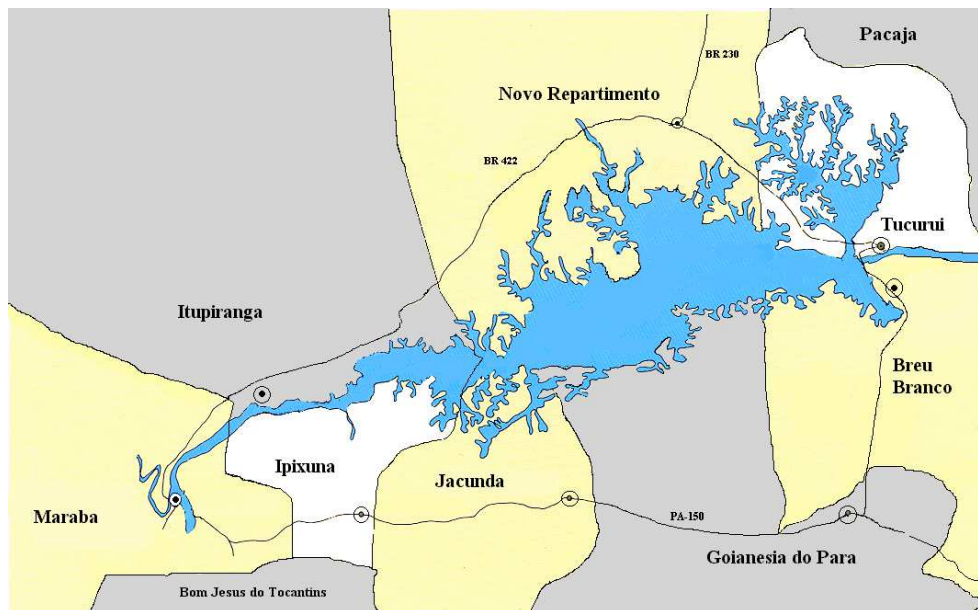
Social para os Expropriados da UHE Tucuruí - PROSET, no valor de R\$ 39.900.000,00, com prazo de execução de 20 meses” (CCDH, 2000, p. 45).

O PROSET foi um projeto voltado para mitigação e compensação dos expropriados da primeira etapa da construção de Tucuruí.

III.4.4 Populações atingidas

A população dos atingidos diretamente pela barragem é integrada por fazendeiros agricultores, como os grandes proprietários do vale de Caraipé; populações de pescadores; pecuaristas e agricultores das margens. Entre os atingidos, está parte da área dos indígenas Parakanã. Indiretamente, toda a população a jusante foi atingida, além da tribo Gavião da Montanha e dos índios Assurini. (Fearnside, 2002). O barramento do rio Tocantins formou um reservatório, hoje com 3.007 km², que inundou áreas nos municípios de Breu Branco, Goianésia do Pará, Itupiranga, Jacundá, Nova Ipixuna, Novo Repartimento e Tucuruí.

Figura 13-Municípios atingidos pela barragem de Tucuruí



Fonte: WCD, 2000a

Na jusante da barragem ainda foram afetadas os municípios de Cametá, Baião, Igarapé-Miri, Mocajuba e Limoeiro do Ajuru.

A WCD elegeu oito hidrelétricas no mundo para abordar em seu relatório. Tucuruí foi uma das escolhidas justamente, entre outros motivos, pelo impacto sobre as populações

indígenas e minorias étnicas e as consequências sociais, ambientais e econômicas de forma geral. Na figura 14, consta o perfil de deslocados de grandes barragens construídas no mundo, incluindo os atingidos pela obra de Tucuruí conforme o levantamento publicado no relatório Dams and Development (2000).

Figura 14-Perfil dos deslocados por grandes hidrelétricas no mundo

Barragem	Período de construção	País	Pessoas deslocadas	Perfil das pessoas deslocadas	Outros afetados
Glomma e Laagen	1945-1970	Noruega	Sem deslocados		Nenhum documento no estudo de caso
Grand Coulee	1934-1975	EUA	5.000 – 6.000 pessoas	1.300 a 2.000 das tribos Colville e Spokane, não compensados até a década de 1990. Os restantes são colonos.	Milhares de membros dos grupos da Primeira Nações (tribos Colville, Spokane, Nez Perce e Canadian) localizadas em todo o percurso do rio devido à pesca de inundação e o bloqueio do salmão.
Kariba	1955-1959	Zimbabue	57.000 pessoas	Fazendeiros de subsistência de Tonga, minorias étnicas do Zimbabue. A maioria foi reassentadas em áreas repletas de recursos.	Milhares de morantes a jusante do rio perderam o modo de vida de plantio nas várzeas e moradores do entorno do lago sofreram com o aumento da esquistossomose.
Tarbela	1968-1976	Paquistão	96.000 pessoas	Composto por 93% fazendeiros; 5% artesões ou trabalhadores semiquilificados; 2% de barqueiros.	Pastores, população sem terra, pescadores, barqueiros, artesãos e tecelões que sofreram com a perda das terras alagadas (várzeas), florestas e do pastoreio.
Gariiep e Vanderkloof	1963 ao final dos anos 1970	África do Sul	1.380 pessoas: 40 famílias de fazendeiros brancos e 180 famílias de trabalhadores rurais negros	A maioria dos fazendeiros sentiram-se compensados de modo justo. Os trabalhadores negros não foram considerados aptos a uma compensação e acabaram mudando-se para outras fazendas ou para áreas urbanas.	Fazendeiros que vivem à margem do rio, onde um milhão de ovelhas sofreram pelas picadas de mosquitos levando a perdas dos rebanhos.
Aslantas	1975-1985	Turquia	1.000 famílias	A maioria imigrantes de países do leste europeu; compostas de pequenos e médios proprietários de terras e de famílias sem terra.	Nenhum documentado em estudo de caso embora se afirme que os usuários da floresta foram prejudicados.
Tucuruí	1975-1985	Brasil	25 a 35.000 pessoas mais populações indígenas	Fazendeiros de subsistência, pescadores, pastores e agricultores dos bancos dos rios (126 das 2.247 demandas ainda não foram assentadas).	100.000 mil pessoas (fazendeiros de subsistência, pescadores, pastores, agricultores dos bancos dos rios e outras comunidades dependentes dos recursos naturais) afetadas pela redução da qualidade da água, perda do cultivo às margens do rio e a diminuição da população de peixes.
Pak Mun	1991-1994	Tailândia	1.700 famílias	Famílias rurais dependentes da renda do cultivo de arroz e pesca; a compensação em dinheiro foi falha em oferecer a recuperação do modo de vida.	Mais de 6.000 famílias de fazendeiros e pescadores sofreram a perda do modo de vida com a redução da pesca.

Fonte: Modificado de WCD, 2000. Traduzido pela autora desta pesquisa.

Segundo o relatório do Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH), de 2007:

“A formação do reservatório de Tucuruí provocou o deslocamento físico de milhares de pessoas. Os números não são consensuais, mas estima-se que mais de 5.000 famílias foram deslocadas pelo lago de Tucuruí. De acordo com a ELETRONORTE, em 1978, Tucuruí já tinha provocado o deslocamento de 1.750 famílias (9.500 pessoas) alcançadas pela cota

+35m da barragem; em 1982, já eram 3.152 famílias (15.635 pessoas) alcançadas pela cota +72 m. Ao final de 1984, a ELETRONORTE relocou mais 1.676 famílias, que ocupavam terras já anteriormente desocupadas. Entre estas famílias encontravam-se imigrantes e pessoas que retornaram às suas terras após a primeira desocupação. Em 1992, a indicação era de 4.625 famílias. Para a 2ª Etapa de Tucuruí (1998-2006), o “Estudo Ambiental Associado à Elevação do Nível D'água do Reservatório até a Cota 74” registrou um número preliminar de cerca de 1.000 famílias atingidas, moradores das ilhas e das margens do lago da barragem” (CDDPH, 2007, p. 90). A Figura 14 apresenta uma tabela com o perfil das populações deslocadas por hidrelétricas em nível mundial.

No entanto, acredita-se que a população atingida pela barragem tenha sido subestimada pela ELETRONORTE e que possa o número possa ser maior que 40 mil pessoas (Pinheiro, 2007, p. 46). Conforme a figura 14, que mostra os números levantados pela WCD, o número de deslocados pela Hidrelétrica de Tucuruí seria algo entre 25 e 35 mil pessoas, sem contabilizar a população indígena. O alcance dos prejuízos vai além, pois como consequência da construção da UHE, a economia das vilas a jusante foi destruída, criando, entre e a população de baixo rio Tocantins uma oposição quase unânime à ELETRONORTE. O presente estudo, porém, detém-se a analisar os atingidos diretamente pela barragem. Sobre as discussões relacionadas ao número exato de atingidos, Fearnside (2002, p. 3-4) compara:

“Estimativas preliminares indicaram que 9.500 pessoas em 13 povoados seriam deslocadas (ELETRONORTE, s/d [1979]; ver também Monosowski, 1990, p. 39). As deficiências dos estudos feitos antes do enchimento do reservatório têm sido revisadas por Mougeot (1987, 1990) e Teixeira (1996, p. 198-200). Estimativas feitas após o enchimento indicam 3.350 famílias (17.319 pessoas) (Monosowski, 1990, p. 32). Estimativas oficiais do número de pessoas subseqüentemente aumentaram até 23.871 pessoas (World Rivers Review, 1991, p. 12; dos Santos & do Nascimento, 1995; Teixeira, 1996, p. 198, baseado em Brasil, ELETROBRÁS, 1987). A ELETRONORTE (1984, citado por Magalhães, 1990, p. 106) também calculou que 32.871 pessoas foram deslocadas, além da população indígena. Em 1985, um ano após o fechamento da barragem, 1.500 famílias continuaram sem assentamento (Comissão Interministerial, 1985, citado por Teixeira, 1996, p. 225). Até fevereiro de 1988, 2.539 famílias rurais e 1.433 famílias urbanas tinham sido relocadas (Brasil, ELETRONORTE, 1989a, p. 437)”.

Conforme o IPPUR-RJ, a Hidrelétrica de Tucuruí teria atingido 32 mil moradores (IPPUR, 2012).

Quanto ao impacto ambiental, avalia-se que houve perda de biodiversidade com a formação do lago, principalmente de espécies de peixes que migravam ao longo do rio, como os adaptados às corredeiras, característica do Rio Tocantins. Sabe-se que em Tucuruí não foi construída nenhuma escada para peixes, que são sistemas construídos para a transposição de peixes a fim de diminuir os efeitos negativos dos barramentos sobre os migradores ou de piracema. A escada para peixes é uma precaução que hoje é considerada essencial para barragens em ambientes. Calcula-se que, em consequência, a pesca a jusante diminuiu de 1000 para 500 toneladas por ano. Segundo Goldemberg (2000):

“Existem 45.000 barragens no mundo (Goldemberg, 2000, Ref. [21]) e 13.000 STP’s⁴⁵, ou seja, aproximadamente 30% destes empreendimentos possuem algum tipo de sistema para a transposição de peixes(...). No Brasil há cerca de 60 sistemas para STP’s tipo escada (a maioria nos açudes nordestinos, nos rios não perenes), ou seja, 1,4% do número oficial de barragens(...) o que é uma quantidade ínfima para a proporção dos nossos recursos hídricos, dimensão, importância e variedade da nossa ictiofauna”.

Com relação às terras indígenas, lembra-se que a Constituição Brasileira reconheceu ao índio o direito às terras originalmente ocupadas, como fator primordial com relação ao respeito aos povos indígenas brasileiros e a sua preservação enquanto minorias culturais. A UHE de Tucuruí ao implantar o seu projeto considerou a população e os silvícolas como um problema ambiental, sem respeitar a Constituição, que determina que os índios devem ser consultados e que tais projetos deversão ser guiados com consentimento livre, prévio e esclarecido dessas populações. Nos últimos 30 anos, os Parakanã foram expostos a vários desafios da sociedade nacional, como a construção da hidrelétrica de Tucuruí que os deslocou pelo alagamento de parte de suas terras. Com isso, conflitos se seguiram e os Parakanã migraram para as costas rio Xingu em busca de terras menos ocupadas e devastadas do que aquelas do Tocantins.

A questão dos deslocamentos em Tucuruí volta a ser questionada quando, em 2003-2004, quando novos deslocamentos precisaram ser feitos devido ao aumento da cota de inundação (de 72m para 74m) novamente sem o Relatório de Impacto Ambiental. Na altura, o Movimento de Expropriados de Tucuruí estima que, aproximadamente, 4.000 famílias

⁴⁵ Sistema para a Transposição de Peixes.

seriam atingidas, com inunda o total ou parcial de suas terras, com o aumento da cota. A questão sobre os atingidos voltou   mesa, pois cinco municípios sofreriam alagamento novamente: Tucuuru , Novo Repartimento, Breu Branco, Jacundá, Nova Ipixuna e Itupiranga (Santos, 2007, p. 73).

III.4.4.1 Povos indígenas atingidos

O impacto sobre povos indígenas   um dos aspectos mais polêmicos de Tucuuru . Tucuuru  inundou parte de tr s áreas indígenas (Parakanã, Pucurui e Montanha), e as suas linhas de transmissão cortaram quatro outras áreas (Mãe Maria, Trocar , Krikati e Cana Brava) (Comissão Pr - ndio de São Paulo, 1991, p. 64). Além disso, a mudança do percurso da rodovia Transamazônica para acompanhar a margem ocidental do reservatório cortou a  rea Indígena Parakanã, que foi truncada para ocupar apenas um lado da rodovia. A terra entre a rodovia e o reservatório foi usada para uma área de reassentamento (Gleba Parakanã), assim negando   tribo acesso ao reservatório. A invasão da reserva por caçadores não indígenas foi facilitada por esta localiza o. A  rea Indígena Trocar , onde vivem os  ndios Aurini do Tocantins, fica 24 km a jusante da barragem e, portanto, sofreu os efeitos da polui o da água e da perda de recursos pesqueiros que afetam todos os residentes a jusante de Tucuuru .

Conforme Fearnside (1999, p. 7), da área submersa por Tucuuru , 36% pertenciam aos  ndios Parakanã, tribo mais atingida pela constru o. Entre 1971 e 1977, a tribo foi deslocada cinco vezes pela FUNAI. Em 1978, portanto três anos após o início da constru o, um programa de assistência chamado "Projeto Parakanã" foi montado pela FUNAI e ELETRONORTE para efetuar a transferência da tribo para fora da área de inunda o, mas o programa foi abandonado em 1979. A primeira parte da tribo mudou-se em 1981, deslocando-se por iniciativa própria em vez de esperar a assistência governamental. Em 1982 o restante da tribo Parakanã foi transferido de helicóptero até a aldeia nova (Marudjewara), construída pela ELETRONORTE. A malária e outras doenças contribuíram para um aumento da mortalidade na tribo após a mudança.

“O grande aumento da popula o humana na área resultante da hidrelétrica, junto com a presença contínua de uma gama ampla de vetores de malária,   uma fórmula certa para impactos severos dessa doença, sobre a saúde” (Fearnside, 1999, p.8).

Na próxima subse o, será abordado um pouco sobre a história dos  ndios Parakanã.

III.4.3.2 Os índios Parakanã

Os índios Parakanã teriam sido avistados pela primeira vez em 1910 no rio Pacajá, acima da cidade de Portel, no Estado do Pará, e posteriormente identificados como os índios que, na década de 1920, surgiam entre a cidade de Alcobaça e o baixo curso do rio Pucuruí, também no norte do país (Povos Indígenas do Brasil, 2012).

Os índios Parakanã são da família linguística Tupi-Guarani, habitantes tradicionais do interflúvio Pacajá-Tocantins. São tipicamente índios de terra firme, não canoieiros. São exímios caçadores de mamíferos terrestres, e pescadores ocasionais. A sua agricultura é pouco diversificada, praticavam a horticultura de coivara⁴⁶, cultivam basicamente a mandioca amarga.

O primeiro impacto que os indígenas Parakanã sofreram no seu habitat foi na década de 1920, com a construção da Estrada de Ferro do Tocantins. Naquela época, em torno de 1928, foi instalado pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI) o Posto de Pacificação do Tocantins, no quilômetro 67 da ferrovia, a fim de administrar os conflitos entre os trabalhadores da estrada férrea e os indígenas, com vistas à ‘pacificação’ das tribos. Apesar da nova realidade com a presença dos trabalhadores da ferrovia e da estrutura montada pela empresa construtora, os Parakanã continuaram a sua opção por autonomia, como os seus antepassados.

A seguir, os indígenas atravessaram épocas relativas ao boom da borracha, da castanha, além do projeto de ligação ferroviária entre Tucuruí e Marabá, no mesmo Estado. Outra fase que se confrontaram foi a da construção de estradas na Amazônia o que trouxe um impacto definitivo sobre as terras indígenas. Além disso, houve consequências provenientes do contato com o branco que os expuseram a doenças típicas de início do contato, como gripes e doenças respiratórias; foram acometidos, também, de doenças como blenorragia, poliomielite e hepatite. (Magalhães, 1982, pp. 56-58; Soares et al., 1994, p. 129). Essa série de enfermidades levou-os uma queda demográfica em torno de 35% ficando

⁴⁶ A generalidade dos grupos tribais da floresta tropical especializou-se na horticultura de raízes ou agricultura de coivara, (ramos secos que ficam nas terras depois de roçadas), caracterizada pelo cultivo através de mudas e não por sementeira (Revista “Cabral, o Viajante do Rei” - 4ª Edição).Disponível em www.cabral.art.br, consult. em 28.agost.2012.

a população dos Parakanã em torno de 220 indivíduos, em 1992. (Povos Indígenas do Brasil, 2012). Gradativamente a população foi se recuperando e sete anos após somariam 300 índios.

Os Parakanã formavam dois grupos tribais, o Oriental e o Ocidental, que se originaram de uma cisão ocorrida no final do século XIX. Os orientais foram reduzidos à administração estatal em 1971, durante a construção da Transamazônica e os grupos ocidentais foram contatados em diversos episódios e localidades entre 1976 e 1984.

Os Orientais e os Ocidentais vivem em duas áreas indígenas diferentes, a primeira área, denominada Terra Indígena (TI) Parakanã, localiza-se na bacia do Tocantins, nos municípios de Repartimento, Jacundá e Itupiranga, no Pará. Com uma extensão de 351 mil hectares, a Terra Indígena encontra-se demarcada e com sua situação jurídica regularizada. Desde 1980, recebe a assistência do "Programa Parakanã", fruto de um convênio entre a FUNAI e a ELETRONORTE. Sua população era de cerca de 600 pessoas em 2004, distribuída em cinco aldeamentos diferentes, dos quais três pertencem aos Parakanã Orientais (Paranatinga, Paranowa'ona e Ita'yngo'a) e dois aos Ocidentais (Maroxewara e Inaxy'anga).

A segunda área, denominada TI Apyterewa, localiza-se na bacia do Xingu, nos municípios de Altamira e São Félix do Xingu, também no Pará. Com 981 mil hectares, a área foi declarada de posse permanente dos Parakanã em 1992, porém uma portaria do Ministério da Justiça a revogou, e a terra identificada pela FUNAI foi reduzida, de seu tamanho original, para 773 mil hectares. Uma nova portaria do Ministério da Justiça foi assinada em 21/09/2004. Mas a área encontra-se, hoje, bastante invadida por madeireiros, fazendeiros, colonos e garimpeiros. Assistida pela Administração Regional de Altamira (FUNAI), contava em fins de 2003 com uma população de 314 pessoas, segundo a Funasa, vivendo em duas aldeias (Apyterewa e Xingu). Todos os seus habitantes são oriundos do bloco ocidental e foram contatados entre 1983 e 1984.

Os Ocidentais expandiram os períodos de suas andanças pelo interior da floresta, abandonaram progressivamente a horticultura, intensificaram a atividade guerreira e os contatos com a população regional. Já os Orientais, que se mantiveram coesos até o contato definitivo em 1971, adotaram um padrão mais sedentário, mais retraído em relação ao exterior, com uma postura mais defensiva do que ofensiva, e certo grau de centralização política.

O contato dos silvícolas com a população regional teve consequências desastrosas para os Parakanã, causando uma intensa depopulação. Considerando todos os recursos financeiros que o governo brasileiro dispunha para a construção da Transamazônica, faltou um planejamento apropriado para a integração ou a 'pacificação' do grupo. A FUNAI, recém-criada, continuara não apenas com mesmos funcionários, mas também com os métodos do extinto Serviço de Proteção ao Índio (SPI), baseados na experiência histórica de interação de missionários e colonos com indígenas desde a conquista. A mortandade pós-contato era considerada, simplesmente, um acontecimento inevitável.

Somando-se ao impacto social e ambiental, consequências da implantação da hidrelétrica, as grandes madeireiras, avançando de sul a norte, perpetraram investimentos de larga escala alcançando áreas até então inatingíveis na região. O elevado preço do mogno no mercado internacional as levava à exploração dessas áreas. Segundo dados da FUNAI e Cedi (1993), a partir da década de 80, grandes empresas, como a Exportadora Perachi e a Madeireiro Araguaia (MAGINCO), construíram uma estrada, presentemente conhecida como 'Morada do Sol', para isso, abriram cerca de cem quilômetros de matas desde Tucumã até o divisor de águas Xingu-Bacajá, chegando a invadir as terras indígenas da região. Um estudo preliminar realizado em 1992 aferiu os estragos causados, avaliando terem sido abertas cerca de mil quilômetros de estradas secundárias dentro das áreas indígenas Apyterewa, Araweté e Trincheira-Bacajá, com o desmatamento de quase nove mil hectares de floresta primária e retirada anual de sessenta mil metros cúbicos de toras de mogno (FUNAI; Cedi 1993 p. 15-17).

Em 1996, para liberar outro tipo de exploração -atividades extrativistas- alguns índios começaram a negociar com garimpeiros instalados no igarapé São José, limite sul da TI Apyterewa. Os silvícolas recebiam algumas gramas de ouro, algum dinheiro e 'rancho' (arroz, feijão, farinha, óleo etc.). No final daquele ano, iniciaram entendimentos com madeireiros de São Félix do Xingu para liberar a exploração na parte da reserva ainda não atingida, pondo fim à resistência de quase uma década.

No início dos anos 1960, os Parakanã Ocidentais haviam abandonado por completo a horticultura, vivendo exclusivamente de caça e coleta, e de eventuais roubos de produtos de roças alheias. Com a 'pacificação', a horticultura foi reintroduzida pelos funcionários da FUNAI, com consequências importantes sobre a mobilidade e dieta do grupo. Essa reintrodução se deu na forma de grandes roças coletivas, abertas pelos índios sob a direção

do chefe do Posto, com o auxílio de motosserras e machados de metal. Nas roças, passaram a cultivar, também coletivamente, mandioca, milho, banana, arroz e feijão (cará, macaxeira e batata-doce são plantados separadamente pelas famílias nucleares). Todo o trabalho coletivo ficou ao encargo dos homens: brocar, derrubar, coivarar, queimar, plantar, capinar e colher.

A principal fonte proteica da alimentação dos Parakanã provinha da caça de mamíferos e répteis. Os mamíferos como a anta, o queixada, o caititu e duas espécies de jaboti (*G. carbonaria* e *G. denticulata*) constituem as caças preferidas dos Parakanã.

Segundo dados da Fundação Nacional do Índio (FUNAI/Altamira, 2010) a população dos Parakanã é, atualmente, de 1.266 índios.

III.4.5 Conflitos sociais e o processo de negociação

A inundação de vários povoados obrigou a ELETRONORTE a construir dois povoados com infraestrutura urbana: Novo Repartimento, na porção sudoeste, e Breu Branco, a leste, emancipados posteriormente do Município de Tucuruí em 31 de dezembro de 1992.

Enquanto parte da população dos atingidos diretamente, incluindo grandes proprietários do vale de Caraipé e as tribos indígenas Parakanã, foi parcialmente indenizada e contemplada com investimentos em infraestrutura, a tribo Gavião da Montanha e toda a população a jusante, incluindo os índios Assurini, não recebeu indenização alguma (Fearnside, 2002).

Foi com o advento da obra da hidrelétrica que se fez a reforma agrária às margens do lago da hidrelétrica, onde foram construídas estradas vicinais e assentados centenas de pequenos agricultores. As populações residentes ao longo das margens do reservatório apresentaram à ELETRONORTE uma série de reivindicações com relação aos locais alternativos de reassentamento. Devido às dificuldades de acordo, parte da população permaneceu acampada durante dois anos na entrada da sede da empresa.

Para construir o Complexo Hidrelétrico de Tucuruí, o Decreto n.º 78.659, de 11 de novembro de 1976 declarou uma área de utilidade pública para fins de desapropriação, que consiste de um polígono que envolve parte dos municípios de Bagre, Itupiranga, Jacundá, Marabá, São Domingos do Capim e Tucuruí, no Pará. Em 1979, a ELETRONORTE assinou um acordo com o INCRA para analisar a indenização a pagar sobre as terras e benfeitorias a

serem afetados pela formação de o reservatório de Tucuruí, bem como para a reinstalação comunidades locais.

“O processo de decisão foi tratado exclusivamente pelo INCRA com as comunidades afetadas, forçando a população a aceitar o deslocamento compulsório e compensação arbitrária” (WCD, 2000a, p. 13).⁴⁷

Esse fato desencadeou conflitos latentes e confrontos entre a ELETRONORTE e o grupo afetado, incluindo as comunidades ribeirinhas, assentados da Transamazônica, e moradores urbanos das cidades de Jacundá e Repartimento.

Conforme a avaliação da WCD no relatório *Tucuruí Hydropower Complex Brazil* (2000), os critérios para a avaliação de ativos para indenização levaram em consideração apenas aspectos materiais, deixando de incluir o valor do trabalho investido na terra, bem como valores simbólicos, ou seja, a lógica cultural, e as condições sociais e históricas das comunidades locais.

Quem não aceitou estes critérios de remuneração, ou as áreas a que foram alocados para reassentamento, foi estimulado a assinar uma renúncia. O processo de reassentamento ocorreu tarde e de uma forma muito limitada, com pouca ou nenhuma consideração aos padrões de sobrevivência das famílias.

“Esta negligência foi evidente quando as comunidades ribeirinhas foram reassentadas no interior e quando as comunidades extrativistas foram assentadas em terras que exigem a agricultura” (WCD, 2000a, p. 11).

Do ponto de vista da ELETRONORTE, os deslocamentos e reassentamentos foram cuidadosamente pensados e coerentes com as condições regionais. Ainda conforme a empresa, eles foram implementados em parceria com outras organizações locais e agências governamentais, de maneira que minimizassem os efeitos traumáticos sobre as comunidades reassentadas, ao mesmo tempo mantendo as condições para a agricultura e a pecuária de produção, bem como a inserção de pessoas expropriados no mesmo contexto rural onde viviam anteriormente. A avaliação final da ELETRONORTE é que os procedimentos adotados foram devidamente realizados, em comparação com as práticas do setor de energia.

Segundo Fearnside (2002), a ELETRONORTE originalmente não incluiu estudo dos impactos sociais na sua avaliação da barragem (Brasil, ELETRONORTE, 1974). Em 1977, dois

⁴⁷ Tradução da autora.

meses após o início da construção, um consultor, Robert Goodland, foi contratado para uma "avaliação ambiental". Ele fez sua avaliação baseada em apenas um mês (julho de 1977) de visita de campo (Goodland, 1978, p. 1). No relatório, Goodland assinala (p. 39) que de um a dois terços das famílias deslocadas não teriam nenhum direito à compensação por falta de títulos de terra ou equivalente aceitável.

III.4.5 Reparação

Para os atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí não foram concedidas alternativas de compensação. Conforme Santos (2007, p. 197), ao final de 1978, diante da urgência de desocupar a área que possivelmente seria atingida com o desvio do rio prevista para o ano seguinte, a ELETRONORTE começou a realizar o levantamento de benfeitorias para proceder às primeiras indenizações e, no início de 1979, contratou uma empresa de engenharia, a Construções e Topografia Basevi Ltda., para realizar o que ficou conhecido como “Estudo das condições sócio-econômicas da área de influência do reservatório de Tucuruí”. Um diagnóstico que balizou o projeto sobre o que fazer com a população que habitava nos povoados. Ou seja, simultaneamente, fazia-se o diagnóstico e o levantamento de benfeitorias para efeito de indenização.

O levantamento era classificado de acordo com o tipo de indenização – rural ou urbana. E a unidade de referência era, então, o processo de indenização: processo urbano/processo rural.

“Nenhuma das planilhas de avaliação de benfeitorias era do conhecimento do indenizado. A planilha de indenização rural, por sua vez, não contemplava as culturas temporárias – que correspondia a 93,4% da produção agrícola da área (PRODIAT, 1984, apud MAGALHÃES, 1988). A desapropriação das ocupações rurais sob o regime de posse abrangia somente a indenização financeira dos trabalhos agrícolas implantados e as benfeitorias edificadas, inexistindo, pois, qualquer menção à terra ocupada ou a qualquer política prévia de relocação para a população que não detivesse o título de propriedade. Estava decidido também que não seria feita a delimitação topográfica para o perímetro do reservatório, trabalhando a empresa com restituições aerofotogramétricas que se revelariam de baixa precisão. Até então, trabalhava-se com um cronograma que previa o desvio do rio para 1979 e a conclusão da obra em 1981. A conclusão que foi prorrogada por três anos consecutivos, até setembro de 1984” (Santos, 2007, p. 198).

“Sem conhecer ou sem reconhecer, efetivamente, o número de pessoas que seria transferida, a ELETRONORTE iniciou o pagamento das indenizações da cota+27, que era a cota prevista de alagamento, e a estendeu até a cota +35, por medida de segurança” (Santos, 2007, p. 198).

A ELETROSUL firmou um convênio com a Secretaria de Planejamento do Estado do Pará, em 1978, para a construção de infraestrutura para instalação de um "núcleo urbano", no km-82 da Rodovia PA-150, para onde seria transferida a sede do município de Jacundá e agrupar-se-ia a "população urbana da cota+35".

“Para estas pessoas foram construídas 80 casas. Para a população rural, celebrou convênio com o Instituto de Terras do Estado do Pará (ITERPA), em 1979, para a implantação de um "loteamento rural", às margens da Rodovia PA-263, à época em construção – o Loteamento Rural Rio Moju. Para este, usou-se do artifício de reduzir pela metade o tamanho do lote usualmente demarcado pelo INCRA – 100 ha – para expandir a capacidade do loteamento” (Santos, 2007, p. 198).

Dentre os procedimentos de incentivo à desocupação da área, a ELETRONORTE acrescentava ao pagamento das indenizações de benfeitorias uma “ajuda pecuniária”, mediante a assinatura de um “Termo de Desistência”, conforme consta na Anexo B, ao final desta pesquisa.

O programa de reassentamento para os deslocados da área inundada suscitou grandes problemas sociais. A ELETRONORTE (1984, citado por Magalhães, 1990, p. 106) calculou que 32.871 pessoas foram deslocadas, além da população indígena. Em 1985, um ano após a finalização da barragem, 1.500 famílias continuavam sem assentamento (Comissão Interministerial, 1985, cita por Teixeira, 1996, p. 225). Até fevereiro de 1988, 2.539 famílias rurais e 1.433 famílias urbanas tinham sido relocadas (ELETRONORTE, 1989a, p. 437).

Os números relativos às indenizações e/ou aos reassentamento dos atingidos continuava sendo fonte de discussões.

O Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH) recebeu a denúncia de violações de direitos humanos apresentada pelo Ministério Público Federal – MPF, relatando as graves implicações ambientais, sociais e para os povos indígenas da construção da barragem no rio Tocantins. Em visita a Tucuruí, a Comissão Especial do CDDPH obteve informações através de relatos e depoimentos dos atingidos. As conclusões levantadas pela

comissão após levantamento e visita ao local, encontram-se listadas na íntegra ao final desta síntese como anexo A.

Entre as principais questões percebidas a partir dos relatos dos atingidos, da visão da ELETRONORTE e dos documentos analisados, constam:

1) Os deslocados (atingidos de montante de Tucuruí) pela formação do lago de Tucuruí, na 1ª etapa, especificamente os de Jacundá, Breu Branco e Tucuruí asseguram que houve reparação não equivalente ou falta de reparação pelo dano causado - é generalizada entre os atingidos diretamente a insatisfação em relação às formas de reparo levadas a termo pela ELETRONORTE. Os relatos são diversos. Expropriados foram deslocados de suas casas e receberam kit-casa como indenização. Muitos relataram que receberam terrenos muito menores em relação aos que tinham. Outros receberam lotes sem água. Segundo os expropriados, as indenizações recebidas em dinheiro não compensaram o que tinham antes. Os expropriados alegam que foram proibidos de trabalhar a terra durante cinco anos e não foram indenizados pelos “tempos parados”.

2) Com base nos relatos dos desapropriados observou-se que a desinformação era a regra.

“No documentário Expropriados, um expropriado do Breu Branco afirma que ninguém tinha orientação, e que ele não entendia o que era barragem: “ Barragem pra mim era uma ilusão...” Os expropriados de Tucuruí só tiveram acesso aos seus processos na ELETRONORTE no ano 2000, a partir de mobilização e assessoria do Movimento dos Atingidos por Barragem – MAB”(CDDPH, 2007, p. 92).

Registram também que as informações nos processos não correspondiam à realidade do processo indenizatório. Consta no relatório da comissão que um expropriado de Jacundá, por exemplo, afirmou ter recebido uma indenização no valor de Cr\$ 1.815,00 e ajuda de roça no valor de Cr\$ 1.700,00; entretanto, descobriu que consta no processo da ELETRONORTE que ele teria recebido o valor de Cr\$8.000.000,00. Muitos assinaram documentos em branco.

3) Grave passivo social da hidrelétrica. Conforme os expropriados, o impacto da barragem nunca acabou e ainda existe uma dívida da ELETRONORTE em relação aos atingidos.

“Em Breu Branco, um participante da audiência pública afirmou que “as pessoas passaram a vida e não conseguiram se firmar” (CDDPH, 2007, p. 92).

Devido a um erro no mapa topográfico da área a ser inundada, 3.700 pessoas reassentadas pela ELETRONORTE tiveram que ser realocadas para novas áreas quando os seus primeiros locais de reassentamento foram inundados pelo reservatório (Fearnside, 2002, p. 4).

Um dos graves problemas na atuação da ELETRONORTE em lidar com a população deslocada foi a companhia limitou a sua assistência, na maioria dos casos, ao pagamento em espécie na maioria dos casos. Ainda conforme Fearnside, o resultado social foi que a maioria da população deslocada foi reduzida à indigência. Os valores de indenização eram pequenos, e o pagamento foi sujeito a demoras repetidas o que, no contexto de econômico brasileiro da época, no qual a correção monetária era inadequada para a inflação, implicou em perdas substanciais de valor.

Uma das consequências da hidrelétrica foi a rápida expansão urbana. As cidades de Jacundá, Novo Repartimento, Goianésia do Pará, Breu Branco e Tucuruí particularmente reflectem claramente a erupção de um problema urbano que em nenhum momento, está sob o controle das autoridades municipais, ou dirigidas por qualquer planejamento oficial. Agências estatais e outros líderes são claramente incapazes de lidar com o crescimento desordenado desses centros urbanos (WCD, 2000a, p. 87).

III.5 O caso da Hidrelétrica de Itá

O presente subcapítulo tem como objetivo analisar o processo de deslocamento da população atingida pela construção da barragem por meio do estudo de caso da Usina Hidrelétrica de Itá. Para tanto, foi realizada pesquisa bibliográfica em documentos produzidos pelas empresas envolvidas na obra, trabalhos acadêmicos, livros e textos produzidos pelo movimento social fortalecido a partir do conflito em Itá.

O caso da Usina Hidrelétrica de Itá é bastante significativo e rico sob dois aspectos: os deslocamentos foram condicionados pelas regras de um acordo histórico entre o CRAB e a ELETROSUL, conforme veremos a seguir, e também pelo fato de a barragem ter alagado não apenas áreas rurais ocupados por pequenos agricultores e pescadores, como ocorre na maioria dos casos, mas também toda a sede do município de Itá, que precisou se relocada ou reconstruída em outro local chamado informalmente de “nova cidade” ou “nova Itá”.

III.5.1. Dados gerais da obra

A Usina Hidrelétrica de Itá fica no rio Uruguai, na divisa dos estados de Santa Catarina (SC) e Rio Grande do Sul (RS). Está localizada na divisa de dois municípios: Itá (SC) e Aratiba (RS) e situa-se no curso principal do rio, especificamente na curva em forma de ferradura chamada Volta do Uvá. Do lado de fora da ferradura é território catarinense e do lado de dentro, terras gaúchas (RS). No interior da volta fica a usina propriamente dita, que é simbolizada pela casa de força com os geradores de energia elétrica movidos pela força das águas.

A barragem atinge onze municípios de ambos os estados. São quatro municípios atingidos no Rio Grande do Sul: Aratiba, Severiano de Almeida Mariano Moro e Marcelino Ramos, e sete no estado de Santa Catarina: Itá, Concórdia, Piratuba, Peritiba, Alto Bela Vista, Ipira e Arabutã.

Conforme o Plano Diretor *Reservatório da UHE Itá e seu entorno* (ELETROSUL, 2001), o volume total e a área do reservatório tem, respectivamente, 5,1 bilhão de m³ e 142 km², dos quais 103 km² compreendem a área de terra inundada. O empreendimento é composto por uma barragem principal do tipo enrocamento com face de concreto, cuja altura máxima é 125 metros e 880 metros de comprimento além de três barragens auxiliares. A potência total da usina é 1.450 MW, com energia assegurada de 668 MW. A UHE de Itá é considerada de grande porte. Conforme estimativas do MAB, o custo total da usina foi de R\$ 2 bilhões, sendo que o governo brasileiro subsidiou, através do Banco Nacional de Desenvolvimento, R\$ 750 milhões.

A empresa responsável pelo empreendimento foi, no primeiro momento, a ELETROSUL, subsidiária da ELETROBRÁS. A partir de 1995, quando foi formado o Consórcio Itá, uma parceria entre o setor público e o privado, a obra passou a ser gerida pela GERASUL (parte da ELETROSUL detentora do parque gerador da empresa) e pelas empresas privadas ganhadoras da licitação, Companhia Siderúrgica Nacional - CSN, Companhia de Cimento Itambé e Odebrecht Química S.A. Em 1998, com a privatização da GERASUL, a usina passa totalmente para a esfera do setor privado. No mesmo ano, a parte da Odebrecht no consórcio é vendida para a Tractebel, empresa com capital belga. Sua nova razão social passa a ser Tractebel Energia S/A.

O Estudo de Impacto Ambiental (EIA) da UHE Itá, parte integrante da Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) foi desenvolvido pelo Consórcio Nacional de Engenheiros

Consultores (CNEC) em 1989 e desenvolveu-se nas seguintes etapas, conforme o Consórcio Itá (site oficial, 2012)⁴⁸:

“1. Diagnóstico ambiental da área de influência do projeto: completa descrição e análise dos recursos ambientais e suas interações, tal como existem, de modo a caracterizar a situação ambiental da área, antes da implantação do projeto, considerando:

1.1. Meio físico

O subsolo, as águas, o ar e o clima, destacando os recursos minerais, a topografia, os tipos e aptidões do solo, os corpos de água, o regime hidrológico, as correntes marinhas, as correntes atmosféricas.

1.2. Meio biológico

Os ecossistemas naturais - a fauna e a flora - destacando as espécies indicadoras da qualidade ambiental, de valor científico e econômico, raras e ameaçadas de extinção e as áreas de preservação permanente.

1.3. Meio socioeconômico

O uso e ocupação do solo, os usos da água e a socioeconomia, destacando os sítios e monumentos arqueológicos, históricos e culturais da comunidade, as relações de dependência entre a sociedade local, os recursos ambientais e o potencial de utilização desses recursos.

2. Descrição do projeto e suas alternativas.

3. Etapas de planejamento, construção, operação.

4. Delimitação e diagnóstico ambiental da área de influência: definir os limites da área geográfica a ser direta ou indiretamente afetada pelos impactos, denominada área de influência do projeto, considerando, em todos os casos, a bacia hidrográfica na qual se localiza.

5. Identificação, medição e valorização dos impactos: identificar a magnitude e interpretação da importância dos prováveis impactos relevantes, discriminando os impactos positivos e negativos (benéficos e adversos), diretos e indiretos, imediatos e a médios e longos prazos, temporários e permanentes, seu grau de reversibilidade, suas propriedades cumulativas e sinérgicas, distribuição de ônus e benefícios sociais.

6. Comparação das alternativas e a previsão da situação ambiental futura.

⁴⁸ Conteúdo disponível em www.consorcioita.com.br. [Consult. 8 Set. 2012]

7. Identificação das medidas mitigadoras: aquelas capazes de diminuir o impacto negativo sendo, portanto, importante que tenham caráter preventivo e ocorram na fase de planejamento da atividade.

8. Programa de monitoramento dos impactos.

9. Preparações do Relatório de Impacto Ambiental (RIMA)”.

O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), espécie de resumo em linguagem mais acessível, reúne os resultados dos estudos técnicos e científicos de avaliação de impacto ambiental e deve esclarecer os elementos da proposta em estudo, de modo que possam ser divulgados e apreciados pelos grupos sociais interessados e por todas as instituições envolvidas na decisão. Relatório este foi elaborado pelo Consórcio Nacional de Engenheiros Consultores (CNEC) e apresentado para apreciação da comunidade em 1990.

O relatório refletiu as seguintes conclusões do estudo de impacto ambiental, ainda conforme o Consórcio Itá (site oficial, 2012):

“1. Objetivos e justificativas do projeto.

2. A descrição do projeto e suas alternativas tecnológicas e locacionais, especificando para cada um deles, nas fases de construção e operação a área de influência, as matérias primas e mão-de-obra, as fontes de energia, os processos e técnicas operacionais, os prováveis efluentes, emissões, resíduos de energia, os empregos diretos e indiretos a serem gerados.

3. A síntese dos resultados dos estudos de diagnósticos ambiental da área de influência do projeto.

4. A descrição dos prováveis impactos ambientais da implantação e operação da atividade, considerando o projeto, suas alternativas, os horizontes de tempo de incidência dos impactos e indicando os métodos, técnicas e critérios adotados para sua identificação, quantificação e interpretação.

5. A caracterização da qualidade ambiental futura da área de influência, comparando-as.

6. Diferentes situações da adoção dos projetos e suas alternativas, bem como a hipótese de sua não realização.

7. A descrição do efeito esperado das medidas mitigadoras previstas em relação aos impactos negativos, mencionando aqueles que não puderem ser evitados, e o grau de alteração esperado.

8. O programa de acompanhamento e monitoramento dos impactos.

9. Recomendação quanto à alternativa mais favorável (conclusões)”

III.5.2 Características da região

O rio Uruguai, onde foi construída a barragem, apresenta-se como elemento estruturador da paisagem regional, ao longo de seu percurso de leste para oeste, marcado por curvas sinuosas e leito encaixado entre morros com encostas abruptas e algumas raras várzeas e meia encostas. O rio Uruguai forma-se pela junção dos rios Canoas e Pelotas, na divisa entre os estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Seu curso, com 2.200km² de extensão, é dividido em três partes: Alto Rio Uruguai, caracterizado por um forte gradiente topográfico o que propicia alto potencial de geração hidrelétrica; médio rio Uruguai, onde faz fronteira com o Uruguai e irriga uma região de economia baseada em suinocultura e agricultura de soja e milho; e Médio Baixo rio Uruguai, que se desdobra pela Campanha Gaúcha, com aproveitamento de suas águas para irrigação da rizicultura.

A região do Alto Uruguai, onde está localizada a barragem, foi colonizada nos anos 1920 por descendentes de imigrantes italianos, alemães e poloneses, em sua maioria oriundos das "colônias velhas" do Rio Grande do Sul. No Brasil, são também autodenominado colonos.⁴⁹

Estes descendentes carregam uma forte marca deste passado colonial: os laços de parentesco e vizinhança definem as relações sociais, as relações de produção e as relações espaciais (ELETROSUL, 2001, p. 13). Para acelerar a ocupação, o governo catarinense repassou a empresas imensas áreas de terra. O intuito era atrair colonos descendentes de italianos e alemães que haviam ocupado a Serra Gaúcha (região de Caxias do Sul) a partir de 1870, que já não encontravam espaço para expandir suas terras no Rio Grande do Sul. Por volta de 1920, restavam apenas as terras próximas ao rio Uruguai e, principalmente, as terras catarinenses. Apenas na região Oeste de Santa Catarina, estima-se que, entre 1920 e

⁴⁹ Trata-se da denominação dos descendentes de europeus que migraram para o Sul do Brasil a partir do século XIX, também caracterizados pela condição de produtores rurais familiares. *“Por colono, entende-se, de acordo com Seyferth (1993), aquele camponês do sul do Brasil que aciona uma origem distinta, segundo a autora a categorização jurídica de colono estrangeiro foi adotada como identidade de grupo. Fala-se, desta forma, de colonos italianos, alemães, poloneses, russos, entre outros. No processo migratório de italianos para o estado de São Paulo, por exemplo, o colono e a figura do colonato se configurarão historicamente de forma diversa. No Rio Grande do sul, os colonos, em grande parte, convertem-se em proprietários de pequenos lotes e se mantêm com o trabalho familiar na terra”* (Santos e Zanini, 2010, p. 5)

1940, tenham ingressado mais de 76 mil migrantes, movimento que representou um dos maiores fluxos internos do país. Nesta época, foram fundadas centenas de comunidades, entre elas Itá e Concórdia.

O povoamento da área para a exploração agrícola se fez à base do lote colonial, origem da pequena propriedade, característica básica da região até os dias atuais. Esses lotes, com área variável entre 24 e 29 hectares, organizados lado a lado, constituem as "linhas" ou comunidades, como são chamadas. O ponto onde se concentram os equipamentos de uso público e comunitário; como igreja, clube, escola e comércio; constitui o núcleo rural, provedor das suas primeiras necessidades e promovedor de todos os encontros e de todas as trocas que dinamizam a vida da população. A rede de núcleos é polarizada pelas sedes municipais e, estas, pelos pólos regionais que, neste caso específico, são as cidades de Concórdia, em Santa Catarina, e Erechim, no Rio Grande do Sul.

Além da exploração agrícola, a exploração das florestas ricas em espécies nobres, como o cedro e a canela, também marcou o desenvolvimento da região. No rio Uruguaí, as toras eram conduzidas em gigantescas balsas.

“No início, a madeira era conduzida até a Argentina em grandes balsas de troncos. A partir de 1940 grandes madeireiras foram instaladas na área e praticamente exauriram os recursos naturais existentes. Só foram poupados os remanescentes de difícil acesso e, conseqüentemente, pouco retorno financeiro” (Eletrosul, 2001, p. 13).

Também na década de 1940 surgiram as primeiras indústrias de transformação de carne suína em Santa Catarina, que se consolidaram como conglomerados expressivos no mercado nacional de alimentos. Desenvolvendo o sistema de integração com o produtor, essas agroindústrias dinamizaram a economia da área, promovendo um aumento da produção e da produtividade da suinocultura e da avicultura.

III.5.3 Histórico da barragem e do movimento social

A barragem de Itá começou entre os anos de 1966 e 1969 através de um levantamento dos recursos energéticos dos estados do Sul, encomendado pelo Comitê dos Estudos Energéticos da Região Sul (ENERSUL) à empresa norte-americana Canambra Engineering Consultants. Desta forma, o comitê monta um programa de construção de usinas hidrelétricas. Com base neste estudo, dez anos depois é elaborado um inventário

prevendo 22 usinas em toda a bacia. Itá figura entre as prioritárias. Entre 1979 e 1981 são realizados estudos de viabilidade que, mais tarde, entre 1984 e 1985, precisam ser revisados devido a mudanças na bacia causadas por enchentes. Nessa época começam as providências com relação à realocação da cidade de Itá, cuja sede seria totalmente alagada pelo reservatório. Em 1981, formou-se a Comissão de Relocação, formado por representantes da sociedade. Junto com representantes dos dois Estados envolvidos, da SUDESUL⁵⁰ e de técnicos da empresa, a comissão participou do Grupo Operacional para Relocação de Itá (GORI), elaborando o Plano de Mudança. Quando começaram os estudos, em 1981, a cidade Itá possuía 940 moradores, distribuídos em 200 famílias (GERASUL, 2000, p. 64).

Ainda em 1979, quando a ELETROBRÁS publica o inventário da Bacia do Rio Uruguai, começa a se espalhar a notícia sobre as futuras barragens.

“Em dezembro de 1979, representantes da Comissão Pastoral da Terra, líderes de sindicatos de trabalhadores rurais e agricultores realizam uma reunião em Chapecó (SC) para discutir as futuras barragens de Itá e Machadinho. Dessa reunião surge a Comissão de Barragens” (Viana, 2003, pp.102-103).

Em 1980, depois de um encontro para discutir a questão da construção das barragens colocando diversas objeções aos projetos, a Comissão decide ampliar sua organização com a criação de Comissões Locais. É neste momento que a Comissão passa a se chamar Comissão Regional de Atingidos por Barragens (CRAB). A partir da criação da CRAB inúmeras reuniões e encontros foram realizados para tentar impedir a construção das usinas de Itá e Machadinho, ambas na Bacia do Rio Uruguai. Antes disso, durante a construção das barragens de Tucuruí (PA) no Norte do país, conforme será visto mais adiante, Itaipu (binacional com Paraguai) no sul e de Sobradinho e Itaparica, no Nordeste, os atingidos já tinham feito o mesmo movimento de resistência, que envolvia lutas por indenização e a formação de organizações locais e regionais de resistência.

“Eram as chamadas Comissões de Atingidos, CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens) na região Sul, CAHTU (Comissão dos Atingidos pela Hidrelétrica de Tucuruí), CRABI (Comissão Regional dos Atingidos do Rio Iguaçu)” (Movimento dos Atingidos por Barragens, 2012)⁵¹.

⁵⁰ Órgão de desenvolvimento do MINTER (Ministério do Interior)

⁵¹ Disponível em www.mabnacional.org.br

Na linha do tempo da Hidrelétrica de Itá, outro fato importante se deu em 1984, quando se realizou o II Encontro Estadual sobre a Implantação de Barragens na Bacia do Rio Uruguai, na qual foi pedido o fechamento da ELETROSUL e a substituição das usinas hidrelétricas por termoelétricas. Nesse encontro os representantes dos governadores do Rio Grande do Sul e de Santa Catarina apoiaram a suspensão das obras. Mas não havia um consenso em relação à construção da barragem.

“O ano de 1984 termina com a aglutinação de forças sociais com posições divergentes da Comissão Regional de Barragens” (Sigaud, 1989, p.96, cit por Viana, 2003, p. 105).

O projeto da barragem de Itá gerou conflito entre colonos e empresa e entre os próprios atingidos da área rural. Os moradores da área urbana foram em sua maioria favoráveis ao projeto. Extraoficialmente, o processo de negociação para reassentamento dos atingidos da área rural começou a partir de 1985 e 1986. Mas foi somente em outubro de 1987 que o processo de negociação se institucionalizaria, a partir da assinatura do acordo entre a CRAB e a ELETROSUL, homologado pelo Ministério de Minas e Energia. A seguir, no subitem III.4.5, os termos do acordo são detalhados.

Em 1989, com o projeto básico da construção da hidrelétrica, já aprovado pelo Departamento de Água e Energia Elétrica, o Brasil decreta moratória e o financiamento acordado com o Banco Mundial para a construção da usina é suspenso. Em 1993, a publicação de dois decretos federais autoriza a parceria entre estatais e iniciativa privada para a finalização de hidrelétricas que estavam paradas. Assim, empresas privadas passam a ter direito de explorar economicamente a energia gerada. Em seguida, é lançado o edital de licitação para a escolha do consórcio que se associará à ELETROSUL. Em dezembro de 1994 o nome do grupo vencedor é divulgado: a Associação de Auto – Produtores Independentes, formada pela Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), PPH, Poliolefinas (ambas pertencentes à Odebrecht Química) e Cia de Cimento Itambé, sai vitoriosa.

Em janeiro de 1995 o resultado da licitação é homologado. O Consórcio Itá é formado por uma sociedade entre Eletrosul e Itasa. Esta por sua vez, é formada pelas empresas da Associação de Auto – Produtores Independentes. A Itasa será a responsável pelas obras civis e de montagem da Usina, orçadas em cerca de US\$ 700 milhões. Com financiamento do Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDES) e recursos próprios, a Itasa contrata um grupo de empresas, o Conita (formado por CBPO, Tenenge, Engevix, ABB, Bardella, Ansaldo

Coensa, Alstom e Voith), para realizar a obra. Um recurso judicial movido pelo grupo perdedor acaba atrasando novamente o início da obra, mas em março de 1996, as máquinas começam o lançamento de material rochoso no leito do rio Uruguai para a construção de uma ensecadeira⁵². Em 1997, a casa de força começa a ser concretada. Um mês e meio depois inicia-se a montagem dos equipamentos eletromecânicos. Em 24 de setembro o rio Uruguai é desviado através de cinco túneis escavados em rochas.

No ano seguinte, em 1998, a GERASUL, estatal constituída a partir da cisão da ELETROSUL, é privatizada. O comprador é o grupo belga Tractebel.

Em 1999, com a licença para operação já expedida pelo IBAMA⁵³, o último túnel de desvio do rio é lacrado e começa o enchimento do reservatório antes do previsto, que seria na virada do ano 2000. O enchimento antecipado da área de 141 km² surpreende a população, que não havia sido avisada.

Em 2000, a GERASUL adquire a fatia que a Odebrecht possuía na Itasa e passa a controlar 70 % da usina. Em 8 de julho, a primeira das cinco unidades geradoras entra na chamada geração comercial. Em 2001 a obra é concluída e o funcionamento pleno da Usina Hidrelétrica Itá é iniciado (Consórcio Itá, 2012).

III.5.6 Populações e equipamentos atingidos

O reservatório alagou terras de aproximadamente 6.600 hectares. Estima-se que o número total de famílias atingidas que sofreram migração em função da implementação do reservatório da barragem e da implementação de sua estrutura gire em torno de 4.000⁵⁴. Dentre essas, 200 famílias que viviam na cidade de Itá foram relocados na “nova Itá”, situada quatro quilômetros da cidade inundada.

Conforme o Plano Diretor do Reservatório da UHE Itá e seu Entorno (2001), nos onze municípios que tiveram suas terras atingidas pelo empreendimento, foram afetados de forma total ou parcial duas sedes municipais (Itá e Marcelino Ramos), quatro sedes distritais,

⁵² Ensecadeira é uma pequena barragem provisória que permite executar atividades de construção civil no leito do rio, sem que isso interrompa o fluxo das águas.

⁵³ Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis, autarquia federal vinculado ao Ministério do Meio Ambiente

⁵⁴ Conforme já alertou Viana (2003, p. 99) há divergência entre os números de atingidos apresentados pela Eletrosul e aqueles levantados pelo movimento. Tal número varia até mesmo nos próprios documentos das empresas responsáveis pela obra.

32 núcleos rurais, 15 equipamentos isolados (escolas, cemitérios, etc.), 3563 propriedades e extensa rede de infraestrutura viária, elétrica e telefônica. Segundo Dall Agnol (2006) 94 comunidades foram alagadas. Durante a formação do reservatório da UHE foram alagadas 33 escolas, além de:

“1 hospital, 1 posto de saúde, 1 consultório odontológico, 30 igrejas, 25 cemitérios, 34 salões comunitários, 24 campos de futebol, 10 quadras poliesportivas e 3 conjuntos de lazer. Isso para não falar de 360 km de estradas, 32 pontes, 5 pontos de balsa, 260 km de linha de distribuição de energia, 12 núcleos com postos de telefonia e a ligação ferroviária entre Santa Catarina e Rio Grande do Sul” (Observa Barragem, 2012)⁵⁵

Conforme o livro *Memória de Uma Usina* (Gerasul, 200, p.71), ao todo, foram adquiridas pela empresa, total ou parcialmente, 2.733 propriedades (sem contabilizar as propriedades alagadas na sede de Itá), entre as que foram atingidas em parte, totalmente submersas e aquelas onde as áreas remanescentes secas eram muito pequenas para manter a atividade econômica da família.

Dos 6.600 hectares alagados, 72% representavam áreas rurais. Cerca de 1200 unidades produtivas foram afetadas, extinguindo, com isso, pelo menos 800 postos de trabalho (Nór, 2001, p. 55).

“A formação do lago alaga terras produtivas onde muitas propriedades atingidas não terão condições de manter o tipo de exploração agropecuária predominante na região. Com elas, 1900 postos de trabalho no setor agropecuário que, somados aos demais postos referentes às atividades comerciais, industriais e de serviços, totalizam aproximadamente 2400 postos de trabalho renunciados” (Plano Diretor, 2001, p.15).

Na figura 15, os números divulgados pela Gerasul no que diz respeito ao impacto do lago. Nos campos Famílias, Comunidades Atingidas e Famílias Reassentadas é importante observar que os números não incluem a população da sede da Itá que foi relocada na cidade nova contruída pela empresa. Também é interessante observar que o número Famílias Atingidas varia. Nesta tabela, publicada pela Gerasul em livro de 2000, seriam 3.585 famílias. Já na figura 16, mais adiante, publicada no subitem III.5.5, constam que foram 4.139 famílias remanejadas do meio rural.

⁵⁵ <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/19/ita>. [Consult. 10 set. 2012]

Figura 15- Impacto do lago*

Famílias atingidas	3.585
Propriedades atingidas	3.219
Famílias reassentadas	872
Sede municipal relocadas	1
Núcleos rurais relocados	36
Edificações isoladas refeitas	15
Estradas relocadas	566 km
Pontes relocadas	1.326 m
Ferrovias relocadas	15,5 km

*não estão contabilizadas as famílias moradoras da sede de Itá

Fonte: Gerasul, 2010

III.5.5 Conflitos sociais e o processo de negociação

A Usina Hidrelétrica de Itá caracteriza-se por ter sido umas das primeiras no Brasil a ter a participação efetiva de um movimento organizado, reivindicando melhores indenizações.

O MAB (Movimento dos atingidos por Barragens), na altura ainda CRAB (Comissão Regional dos Atingidos por Barragens), conseguiu grandes melhorias no processo indenizatório (Kölln; Silva, 2010, p. 3).

Conforme citado no item III.5.3, desde o final dos anos 1970, já havia uma mobilização popular na região organizada pela CRAB, que se posicionava contra a construção deste e de outros empreendimentos divulgados na época.

Em maio de 1981, uma comissão de nove prefeitos do Alto Uruguai se reúne com representantes da ELETROSUL para discussão dos processos sociais existentes e daqueles que seriam gerados pela obra. Em resposta a tais questionamentos, a empresa emite o documento “Política Geral de Desapropriação”, onde expõe alguns pontos que iriam nortear o processo de reparação da população atingida.

“Neste documento resumidamente é dito que: as terras situadas dentro da cota do reservatório serão adquiridas pela empresa desde que exista documento comprobatório de propriedade; a empresa estabelecerá convênio com o Governo dos Estados (RS e SC) e o INCRA para resolver a situação de posseiros; ao expropriado será dada a opção de incorporar-se ou não ao plano de reassentamento; o levantamento das benfeitorias e culturas será feito em presença do proprietário e os valores serão apurados segundo tabela

da ELETROSUL; a negociação sobre valores não poderá exceder o que foi aprovado na avaliação; as indenizações serão pagas de acordo com as conveniências da empresa; uma vez paga a indenização a empresa considerará o imóvel livre; em caso de divergência e esgotadas as possibilidades de indenizações, a ELETROBRÁS recorrerá à Justiça para desapropriar o imóvel; quando os imóveis tiverem sido liberados se procederá ao enchimento do reservatório, a população devendo ser avisada com seis meses de antecedência” (Sigaud, 1986, p. 75).

No documento, não foram especificados os locais de reassentamento, constando apenas que poderiam ser locais onde existiam projetos de colonização.

Em junho de 1984, a CRAB, juntamente com a Regional Sindical do Alto Uruguai e a CPT/RS, promove uma manifestação de protesto na cidade de Erechim (RS). Logo após a manifestação, um grupo de dirigentes sindicais e membros das Comissões de Barragens vão ao Rio de Janeiro com o intuito de entregar ao presidente da ELETROBRÁS uma carta contendo as principais reivindicações e justificativas do movimento contra a construção das barragens, mas não é recebido. Em outubro de 1984, durante um encontro dos agricultores e delegações com a ELETROSUL, os primeiros reafirmam sua vontade de permanecer na terra e condenam unanimemente a construção da barragem.

Tal mobilização, apoiada pelas igrejas Católica e Evangélica, somado ao momento de abertura pós-ditadura pelo qual passava o país, teve papel preponderante na postura assumida pela ELETROSUL, que se abriu para novas formas de negociação e diálogo.

“Desta forma após um período de negociação e amadurecimento de ambas as partes surgiu o acordo entre a CRAB e a ELETROSUL, homologado pelo Ministério de Minas e Energia em outubro de 1987. Este documento denominado "Documento de Acordo entre ELETROSUL e CRAB em relação às Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho" dá base para a discussão e elaboração do "Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamentos Rurais de Populações Atingidas pelas Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho", que se torna referência para todas as ações de remanejamento populacional na área atingida” (Plano Diretor, p. 17).

As alternativas que constam nas *Diretrizes e Critérios para remanejamento da população atingida pela UHE Machadinho*, foram ajustados pelas Centrais Elétricas do Sul do Brasil e CRAB, em 29 de outubro de 1987.

Portanto, o acordo conquistado pelo CRAB, um marco no processo de negociação do movimento que, reunido com outras comissões regionais, e vindo a se tornar o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), foi assinado antes mesmo de passar a vigorar a atual Legislação Ambiental, em 1988, conforme estudado no item II. 4, do capítulo 2.

“No caso da barragem de Itá no Brasil, uma luta constante da comunidade local para o reassentamento adequada resultou em negociação conjunta para repartição de benefícios, o reassentamento como uma comunidade, e a implementação consultivo do programa. O acordo entre as pessoas afetadas e o Eletrosul resultou em uma gestão comunitária do programa de reassentamento” (2000, p. 110).

A cidade de Itá, por ser a sede municipal mais próxima da barragem e por ser a única a ser totalmente atingida, foi o local que primeiro recebeu os estudos que visavam sua relocação para um sítio distante quatro quilômetros.

“Os moradores da área urbana do município de Itá foram, em sua maioria, favoráveis à obra. Nenhum documento da ELETROSUL ou da CRAB mencionou resistência significativa por parte da população urbana” (Viana, 2003, p. 106).

Em relação às populações rurais, mesmo com a assinatura de um acordo histórico entre CRAB e ELETROSUL, houve resistência, manifestações e alguns conflitos sociais. Em outubro de 1999, o MAB, já firmado como um dos principais movimentos sociais brasileiros, iniciou ocupação no canteiro de obras da UHE Itá que contou com a presença de mais de 900 atingidos. O MAB exigia o cumprimento de compromissos indenizatórios assumidos pela concessionária, na época a GERASUL, com as famílias atingidas. Depois de quatro dias acampados, o que impediu a continuidade das obras que naquela altura contavam com o trabalho de 2,5 mil operários, os agricultores entraram em acordo com a concessionária. Entre outros termos do acordo, constava:

“A Gerasul concordou em liberar num prazo de 90 dias R\$ 1,48 milhão para as 74 famílias atingidas pela barragem no município de Catuípe” (Ferreira, 1999, p. 35).

O assentamento de Catuípe, no Rio Grande do Sul, não chega a constar em algumas das publicações oficiais da Gerasul como um dos locais de reassentamento, mas o local recebeu 74 famílias atingidas pela barragem de Itá.

Mais uma ocupação, essa em junho de 2008, reuniu cerca de 300 trabalhadores rurais que ocuparam as instalações da UHE Itá, na divisa dos estados do Rio Grande do Sul e

Santa Catarina, sob coordenação da Via Campesina, mobilização social ligada ao Movimento dos Trabalhadores sem Terra (MST) e ao MAB.

“A ação faz parte da jornada nacional de lutas da Via Campesina contra o modelo energético e econômico e contra as transnacionais. No dia seguinte, os manifestantes organizaram uma caminhada e um ato público no município de Aratiba (RS). Várias barreiras policiais impediram os trabalhadores de participarem da atividade. No município de Itá (SC), a polícia catarinense barrou a saída de um ônibus de manifestantes. Já no município de Aratiba (RS), a polícia trancou a passagem dos ônibus que vieram de outras regiões. O ato público tem por objetivo cobrar da Tractebel/Suez uma promessa feita ainda durante a construção da obra: o asfaltamento das estradas entre os municípios no entorno do lago. O ato faz parte da campanha contra os altos preços da energia” (Observa Barragem, 2012).⁵⁶

Outras manifestações incluíram manifestações e passeatas em Erechim, Porto Alegre e Rio de Janeiro para liberação de crédito para os agricultores atingidos continuarem produzindo.

A ameaça recorrente de invadir a hidrelétrica prejudicando seu funcionamento foi inúmeras vezes utilizada como estratégia para negociação de aspectos do acordo que o MAB julgava não cumpridos ou insuficiente. Nos anexos C e D constam matérias publicadas em jornais da época e que narram as ameaças de ocupação à usina como forma de pressão.

“Pode-se dizer que as conquistas obtidas pelo MAB em casos como a UHE Itá se deram, em grande parte, pela quantidade de atingidos que o movimento representava, o que garantia, de certa forma, seu poder de pressão e barganha” (Rocha, 2010, p. 397).

III.5.5 Formas de reparação

Depois de aprovados o plano de mudança da cidade de Itá e plano diretor pela Câmara de Vereadores e administração municipal em 1984, acelerou-se o processo de implantação da nova cidade. Para os moradores da sede alagada, cerca de 200 famílias conforme levantamento feito pela empresa em 1981 (Gerasul, 2000, p. 64) foram oferecidas três possibilidades: indenização, pagamento aos proprietários para providenciar projeto e construção por conta própria e, por fim, permuta da casa na “cidade velha” pela casa na “cidade nova”, cujos projetos e execução seriam providenciados pela empresa. *“Mais de*

⁵⁶ Disponível em <http://www.observabarragem.ippur.ufrj.br/barragens/19/ita>. [Consult. 08 Set. 2012]

95% da população optou pela terceira modalidade. A distribuição dos lotes para os moradores foi definida no plano de mudança, estabelecendo-se o Ponto mais Central (PMC) na cidade velha e a partir dele a ordem de escolhas” (Geral, 2000, pp. 64-65).

Em relação aos atingidos do meio rural, mais de 3,5 mil famílias, valeu o acordo entre a Comissão Regional de Atingidos pelas Barragens (CRAB) e as Centrais Elétricas do Sul do Brasil (ELETROSUL), no qual foi elaborada uma “política de reassentamento” construída por um grupo executivo, composto de cinco representantes das Cooperativas Agrícolas do Alto Uruguai, cinco da ELETROSUL e seis da CRAB. Nos termos do acordo (ELETROSUL/CRAB, 1987) são indicadas três alternativas para reparação dos produtores rurais, como compensação e solução para seu deslocamento das terras a serem atingidas: indenização financeira pelas terras e benfeitorias, troca de terra por terra e reassentamento coletivo (Reis, 2001, p. 120). No acordo firmado, constam detalhes como os itens da infraestrutura a serem instalados pela empresa a fim de servir os reassentados na nova morada e os cálculos para definir as dimensões e as formas de pagamentos dos lotes. De forma geral, o remanejamento feito na zona urbana foi tratado de forma conjunta, enquanto os atingidos rurais negociaram de forma individual com a empresa.

Figura 16-Remanejamento da população rural

Tabela Atendimento por modalidade de remanejamentos			
Modalidade	Estado	Área (ha)	Nº de Famílias
Indenização	RS/SC	14.768,00	3260
Carta de crédito	RS/SC	6.215,36	438
Áreas remanescentes	RS/SC	473,22	72
Reassentamentos Rurais			
Campo Erê	SC	1.108,29	50
Campos Novos	SC	911,00	28
Chopinzinho	PR	1.845,00	74
Honório Serpa	PR	807,83	38
Marmeleiro	PR	840,61	32
Mangueirinha	PR	2.252,00	81
Chiapetta	RS	1.200,00	66
TOTAL		30.421,31	4.139

Fonte: Centro de Distribuição Ambiental, Consórcio Itá, 2012

“Sobre a variável do zoneamento rural ou urbano, o caso da UHE Itá é exemplar, pois enquanto os atingidos rurais foram tratados individualmente, o núcleo urbano foi relocado

de forma conjunta, embora possa ocorrer da relocação de comunidades rurais também de forma conjunta” (Rocha, 2010, p. 390). A figura 16 mostra o número de pessoas atingidas divididas por formas de remanejamento.

III.5.5.1 Reassentamento rural

A opção dos atingidos de optarem por reassentamentos rurais coletivos representou a possibilidade de agricultores e trabalhadores rurais garantirem as condições para sua reprodução enquanto grupo social e a reorganização de seus territórios, mitigando assim o impacto sofrido com a migração a que foram obrigados a submeterem-se.

“O reassentamento é uma forma de indenização conquistada pela primeira vez pelos atingidos da Usina Hidroelétrica de Itá e Machadinho, passando a ser uma prática de indenização em outros locais onde são construídas as usinas” (Radaelli, 2010, p.30).

Dentre as 4.139 famílias atingidas e que moravam no meio rural (Consórcio Itá, 2012) 369 famílias (sem contabilizar Catuípe, 74 famílias) optaram pelos reassentamentos rurais coletivos.

Os principais público-alvo dos reassentados foram os trabalhadores rurais sem terra, incluindo os chamados posseiros (sem documento formal de propriedade da terra), e os pequenos proprietários, cuja propriedade fosse inferior ou igual a 75 hectares de terra.

“Segundo o documento “Diretrizes e Critérios para Planos e Projetos de Reassentamentos Rurais de Populações Atingidas pelas Usinas Hidrelétricas de Itá e Machadinho”, o público alvo considerado seria: todos os trabalhadores rurais atingidos, entendendo-se como tal; os que tenham suas funções inviabilizadas economicamente, pelas barragens de Itá e Machadinho, definidos como tal: proprietários (com área até 75 ha), posseiros, filhos de agricultores (caracterizadamente sem terra e com idade mínima de 16 anos), pequenos arrendatários, parceiros, assalariados rurais e trabalhadores volantes que, comprovadamente vivem e trabalham em área de terra a ser atingida pelo reservatório e, devidamente registrados no cadastro sócio-econômico”. (Viana, 2003, pp. 112-113)

Conforme os documentos da GERASUL, foram implantados reassentamentos em sete áreas: Magueirinha (Paraná), Chopinzinho (Paraná), Marmeleiro (PR), Horório Serpa (PR), Campo Erê (Santa Catarina), Campos Novos (SC) e Chiapetta (Rio Grande do Sul). No

entanto, existiu mais um reassentamento em local de reassentamento, em Catuípe, no Rio Grande do Sul.

“Foram oito os reassentamentos coletivos implantados com atingidos pela barragem de Itá, nos quais foram reassentadas 444 famílias: 1- Marmeleiro/PR (32 famílias); 2- Campo Erê/SC (50 famílias); 3- Mangueirinha/PR (82 famílias); 4- Chopinzinho/PR (74 famílias); 5- Honório Serpa/PR (38 famílias); 6- Chiapetta/RS (66 famílias); 7- Campos Novos/SC (28 famílias) e; 8- Catuípe/RS (74 famílias)” (Kolln et Silva, 2010, p. 6).

O segundo está relacionado ao reassentamento de Catuípe, último a ser conquistado pelo movimento. Inicialmente, esse projeto não constava dos planos da então GERASUL. A área que hoje pertence a esse reassentamento estava destinada a um reassentamento de atingidos pela barragem de Machadinho. Através de muita mobilização e negociação a área foi repassada aos atingidos pela barragem de Itá, assim como a liberação de recursos para a construção das casas e equipamentos comunitários. A verba repassada, contudo, foi bem menor do que a destinada aos outros projetos. Por isso, ainda hoje, alguns equipamentos comunitários não foram concluídos. Além disso, a atual empresa responsável pela usina não reconhece o reassentamento. Nas palavras de uma atingida reassentada em Catuípe:

“Até o reassentamento de Catuípe, que a gente tá morando, foi o último da barragem de Itá. Eles não queriam reconhecer. (...). Porque a empresa não quer reconhecer, não quer dar a escritura de terra, porque se ela reconhece nós como atingido, ela é obrigada a dar toda a infraestrutura para a comunidade: centro comunitário, Igreja, escola para as crianças estudar. Porque as crianças não podem ficar sem escola, né. Se ela dar a escritura, ela vai se obrigar a reconhecer nós como atingido, que até hoje não reconheceu. E dar essa infraestrutura. E além disso, os nove meses de manutenção alimentação que a gente não teve. Que nós foi no duro mesmo, sofrido, né. E a empresa quer largar o documento da terra para o governo do estado. Mas, isso é uma forma de lavar as mãos: eu não tenho nada a ver com esse povo” (A., agricultora atingida pela barragem de Itá, 2003, cit por Viana, 2003, p.117).

As áreas de terra destinadas para o reassentamento foram selecionadas pela empresa juntamente com uma equipe de técnicos da CRAB. Era avaliada, principalmente, a viabilidade da área para a produção. Os primeiros reassentamentos construídos localizaram-se nos municípios de Marmeleiro-PR e Campo Erê-SC e Mangueirinha-PR” (Radaelli, 2010, pp.32-33).

O município paranaense de Mangueirinha recebeu reassentamentos não apenas desta hidrelétrica, mas também das UHEs Salto Segredo e Itá. *“Isto posto, é preciso verificar qual a situação das famílias reassentadas em relação à estrutura deste município, pois, neste sentido, tanto as famílias reassentadas quanto a população local podem ser considerados atingidos, já que o aumento significativo da população sem a devida adequação dos serviços do referido município pode refletir na qualidade destes (como, por exemplo, educação, segurança, saúde e transporte públicos). Recentes manifestações de lideranças de reassentamentos, tanto no município de Mangueirinha como no município vizinho de Palmas, apontam para este problema.”* (Rocha, 2010, p. 398).

Os reassentados receberam a estrutura mínima em suas propriedades, como casa, galpão, estrebaria e chiqueiro. Também foram construídos espaços de convivência social com igreja, centro comunitário, cancha de bocha e campo de futebol. O sistema de infraestrutura também incluiu abastecimento de água, fornecimento de luz, estradas, saúde e educação. Além disso, os reassentados recebem uma verba de manutenção por nove meses (Radaelli, 2010, p. 32). Conter a evasão rural foi uma das diretrizes contidas na política de reassentamento da ELETROSUL.

O tamanho do lote de cada família variou entre 17 e 59 hectares dependendo da força de trabalho⁵⁷ existente na unidade familiar. O somatório da força de trabalho de cada unidade familiar deveria ser no mínimo igual a 1,8 para que a mesma tivesse direito ao reassentamento. Na figura 18, é possível observar a tabela utilizada pela ELETROSUL e que relaciona idade e sexo com a força de trabalho correspondente.

Figura 17- Força de trabalho dos agricultores atingidos pela UHE de Itá

Faixa etária	Idade	Sexo	F.T
1	5 a 10 anos	ambos	0,25
2	11 a 15 anos	ambos	0,60
3	16 a 60 anos	masculino	1,00
		feminino	0,80
4	60 anos ou mais	masculino	0,50
		feminino	0,25

Fonte: ELETROSUL, 1987

⁵⁷ Peso dado a cada trabalhador rural para a execução de tarefas vinculadas às atividades agropecuárias, baseado em parâmetros de idade, sexo e faixa etária.

Também foi concedida uma verba de manutenção que funcionou como apoio à família reassentada até a comercialização da primeira safra, por um período de até um ano. Sobre a forma de pagamento dos lotes, assim ficou determinado:

“Os beneficiários deveriam assumir a dívida pela terra e benfeitorias. Esta dívida deveria ser amortizada em um prazo máximo de 20 anos, com 3 de carência e com parcelas de amortização proporcionais (variando de 20% a 45%) à renda monetária líquida da unidade familiar. (Caso a família fosse proprietária de imóvel atingido, o valor deste seria deduzido do montante da dívida)” (Viana, 2003, p. 115).

“Migrar, pois, pode não só significar a perda da terra, mas a perda de seu modo de vida e de sua identidade. Migrar para outra terra pode significar a perda de sua história de vida construída naquela terra onde uma árvore, uma simples cerca de arame, uma pastagem, marcam eventos importantes vividos por estes camponeses”. (Scherer-Warre, 2001, p.32, cit. por Radaelli, 2010, p.61).

É interessante também observar que o reassentamento de Marmeleiro (PR), primeiro a ser implementado, teve toda a infraestrutura básica e as edificações residenciais construídas pela ELETROSUL; já no reassentamento de Mangueirinha (PR), terceiro da cronologia, as edificações residenciais, bem como os galpões foram construídos pelos próprios reassentados em sistema de mutirão com recursos repassados pela empresa.

III.5.5.2 Indenização

As primeiras indenizações concedidas às 3260 famílias que optaram por essa forma de compensação pela perda de seus terrenos e casas começaram em 1988. De acordo com o estabelecido no acordo, foi realizada uma pesquisa de preços baseada nos valores praticados no mercado averiguados por uma comissão formada por representantes da empresa e população atingidas.

“Tiveram direito à indenização os proprietários total ou parcialmente atingidos. No caso dos proprietários parcialmente atingidos, aqueles que tiveram sua propriedade inviabilizada economicamente foram indenizados totalmente e as áreas remanescentes foram reorganizadas para compor a área de preservação permanente e/ou compor novos lotes para as famílias que ficaram na região. As propriedades que foram parcialmente

atingidas, mas que não se tornaram economicamente inviáveis só foram indenizadas pela parte atingida.” (Viana, 2003, p. 111)

As pesquisas de preço foram feitas de forma coletiva, mas as negociações foram feitas individualmente. Quando o valor era acordado, a ELETROSUL tinha um prazo máximo de 30 dias para efetuar o pagamento em dinheiro em parcela única. O valor contemplava além dos bens patrimoniais, um acréscimo de 4% do seu valor para cobertura das despesas legais para aquisição dos novos bens.

Conforme entrevistas com atingidos realizadas por Viana (2003), um dos pontos levantados pelos entrevistados foi que, apesar do valor da indenização paga ter sido justa, como a indenização da ELETROSUL foi paga bem antes do alagamento do reservatório e, nesse período, as famílias continuaram morando nas suas terras, o dinheiro começou a ser gasto em outras coisas, como a compra de automóvel e a melhoria dos móveis.

“Agora teve outros indenizados que também conseguiram se colocar bem. Agora, teve aqueles que...uma demora, por exemplo, da indenização pra vim a água do lago, pra encher o lago, aí teve gente que ficou oito, nove anos com o dinheiro. Aí o que que aconteceu: muitas pessoas que acharam que o dinheiro não acabava mais, ele acabou comprando um fusca velho, uma Brasília, né. Gastar pra cá, pra lá. Melhoria talvez nuns móveis, que talvez é uma coisa supérflua, né, que não teria muito sentido, né. Aí chegou no momento que veio a água, teve muitas famílias que não tinha mais opção, não tinha mais dinheiro. Aí tu vai fazer o quê? É comprar, ter que sair e se habituar a morar aonde que deu. Então, aconteceu muito disso. Infelizmente, apesar de toda instrução, de todo trabalho que foi feito, aconteceu muito disso. Isso é bastante ruim, né. Parece que o trabalho que esse pessoal, a empresa, o sindicato, o MAB, todo esse pessoal envolvido, pra muitas pessoas não pegou, né. Não serviu” (R.G., atingido, indenizado, 2003 cit por Viana, 2003, p. 130)

III.5.5.3 Carta de crédito

Foram reassentadas 438 famílias por meio de carta de crédito, modalidade também conhecida como reassentamento individual ou autorreassentamento. Esta modalidade teria surgido pela primeira vez como forma de indenização em Itá, em 1995, no final do processo de remanejamento populacional e consistiu em conceder uma carta de crédito de valor estipulado em função de critérios específicos e afiançada pela ELETROSUL para que a família

atingida pudesse adquirir propriedade rural ou urbana a sua escolha na região abrangida pela UHE Itá, sujeita à avaliação e aprovação da empresa.

“Seu público-alvo era basicamente o mesmo do reassentamento rural coletivo, isto é, incluiu os não- proprietários. A participação da empresa na negociação de compra e venda da terra se deu somente na análise da propriedade, que teria que ser um lote economicamente viável e no seu pagamento. A procura e escolha do terreno ficaram a critério da família”. [(Viana, 2003, p.119).

Nos casos em que o imóvel possuía edificações em condições inferiores às necessidades do titular seria repassado a ele o valor da diferença. A exemplo da opção de reassentamento rural coletivo, o pagamento de eventual saldo devedor foi estipulado em prazo de 20 anos, com prazo máximo de carência de três anos. As parcelas anuais das parcelas corresponderiam a 20% da renda monetária líquida da produção do lote em valor convertido em sacas de milho.

Conforme um entrevistado da pesquisa publicada por Radaelli (2010, p. 62), fez o seguinte relato sobre a relação entre força de trabalho por núcleo familiar e pagamento por carta de crédito.

“Segundo o entrevistado 5, “ 3 força de trabalho sua carta de crédito era de R\$ 40 mil, 5 forças de trabalho seu direito era de R\$110 mil e o máximo a carta de crédito atinge R\$122 mil reais”.

Nesta modalidade, o atingido é responsável em administrar o recurso para estabelecer-se em outro local. Desta forma, para a empresa implica em um custo menor quando comparado ao gasto para o reassentamento rural coletivo principalmente porque, ao contrário do reassentamento rural coletivo, a empresa não se responsabilizou pela construção de acessos, rede de energia elétrica e assistência técnica.

Conforme a pesquisa feita por Viana (2003, p. 138) junto a atingidos que optaram por essa modalidade de reparação foi que a vida melhorou depois da mudança.

“A justificativa principal, senão a única, foi o fato de terem conseguido a propriedade da terra. Isso porque todas as famílias entrevistadas e a maioria dos que receberam carta de crédito eram não-proprietários (arrendatários, meeiros, parceiros, agregados, etc). Assim, a conquista da propriedade da terra aparece como um grande indicativo de melhora para essas famílias” (Viana, 2003, p. 138)

III.5.5.4 Terras remanescentes

Uma vez que os critérios para o reassentamento rural estavam intimamente ligados à força de trabalho de cada núcleo familiar, premissa que poderia excluir parte da população foi prevista uma alternativa para atender grupos especiais. No programa de remanejamento da UHE Itá, 72 famílias foram reassentadas em área remanescentes.

As diretrizes básicas para este tipo de reassentamento foram reunidas no documento “Critérios para um Programa de Ocupação das Áreas Remanescentes do Reservatório da Usina Hidrelétrica de Itá”. A alternativa consistiu na reorganização fundiária de lotes remanescentes em propriedades adquiridas pela ELETROSUL junto a atingidos pela barragem, mas que de forma isolada seriam economicamente inviáveis para os seus antigos proprietários. As áreas remanescentes nas franjas da barragem não seriam inundadas nem fazem parte da área de preservação permanente ao redor do reservatório.

O público alvo prioritário dessa modalidade foi constituído pelas famílias ou indivíduos com características extraordinárias – pessoas idosas, sozinhas, portadores de deficiência física e mental e unidades com força de trabalho inferior a 1,8.

“Também foram considerados beneficiários: os proprietários de lotes rurais cujas áreas atingidas fossem adquiridas pela ELETROSUL e que desejassem recompor o tamanho original dos mesmos adquirindo áreas remanescentes equivalentes às que vendessem à empresa; os proprietários de lotes rurais que não desejassem vendê-los à empresa, mas permutá-los; não-proprietários reassentáveis em projetos rurais que não optassem por esta alternativa” (Viana, 2003, pp. 117-118).

Foram estipulados três tipos de lotes: lotes de permuta (pertencentes à ELETROSUL, disponíveis para a permuta por lotes atingidos ou parte deles); lotes especiais (menores que os convencionais e destinados às pessoas ou unidades familiares classificadas como casos especiais) e os lotes convencionais (com áreas equivalentes às forças de trabalho dos seus pretendentes). Quanto à infraestrutura, o documento base previa que os lotes deveriam ter acesso viário, energia elétrica e equipamentos comunitários de lazer. No caso de um destes itens não estar disponível, a responsabilidade da edificação seria da ELETROSUL. A infraestrutura dos lotes ficou a cargo dos ocupantes, exceto nos lotes especiais, nos quais as famílias ocupantes também receberam assistência social.

“As formas de pagamento estipuladas foram: a) nos casos especiais; quando o beneficiário fosse proprietário de terras e benfeitorias, estas deveriam ser indenizadas a

título de remoção, sendo o montante abatido do valor do lote; se o beneficiário fosse um não-proprietário, seria avaliada sua capacidade de pagamento e definida a forma de pagamento; b) quando o beneficiário fosse proprietário que, ao invés da indenização optasse pela permuta, o valor de sua propriedade seria usado como pagamento do novo lote; c) no caso de não-proprietários reassentáveis em projetos rurais coletivos, o pagamento seria efetuado da mesma forma que a prevista para aqueles projetos. Nessa modalidade, não estava prevista assistência técnica agrícola, mas, apenas assistência social para as pessoas consideradas como “casos especiais”. (Viana, 2003, p. 118).

III.5.5.5 Relocação da cidade de Itá

Quando começaram os estudos para a relocação da sede de Itá, em 1981, a cidade de Itá possuía cerca de mil moradores, distribuídos em 200 famílias (Centro de Divulgação Ambiental⁵⁸, 2012). Nessa altura, a atividade agropecuária (soja, milho, avicultura, suinocultura) era a principal atividade econômica do município, exercida em propriedades pequenas, de 25 hectares em média e vinculada a grandes frigoríficos exportadores existentes na região. A cidade velha estava implantada em um vale e sua sede estava localizada no centro geométrico do município. A renda “per capita” era considerada baixa (US\$ 1.250 por ano), existindo poucas fontes de emprego: administração municipal, comércio e pequena indústria (CDA, 2012).

Para os estudos voltados para a relocação de Itá foi constituída uma equipe multidisciplinar que definiu as diretrizes para a relocação, após a realização de pesquisas na velha cidade e na região. A nova Itá começou a ser construída em 1983 e recebeu os primeiros moradores a partir de 1987. O trabalho inicial feito pelos técnicos que avaliaram que os moradores teriam dificuldade em gerir a construção das residências. Por isso, três opções foram oferecidas à população: indenização, pagamento aos proprietários para providenciar o projeto e construção das casas por conta própria ou, por fim, a permuta da casa da “cidade velha” pela casa na cidade nova. Neste caso, projeto e construção seriam providenciados pela empresa com o acompanhamento dos proprietários. Conforme a GERASUL (2000, p. 64) mais de 95% da população optou pela terceira modalidade.

⁵⁸ O Centro de Divulgação Ambiental da Usina Hidrelétrica Itá (CDA), mantido pelo Consórcio Itá, foi criado com a finalidade de divulgar e disponibilizar as informações referentes aos estudos socioambientais, bem como informações técnicas dos processos construtivos e operacionais da UHE Itá.

“A responsabilidade executiva e financeira pela relocação da cidade foi assumida pela empresa com o acompanhamento da Administração Municipal e da Comissão de Representantes da População. Dessa forma, foram relocadas cerca de 190 edificações, sendo 10 públicas, 11 de interesse público, 25 comerciais e/ou industriais e aproximadamente 150 residenciais, além de outras 114 casas para famílias de baixa renda, que não existiam na cidade velha, totalizando mais de 41.000 m² de área construída” (CDA, 2012).

Os primeiros prédios foram executados através de administração direta da ELETROSUL, com mão de obra cedida por terceiros. Com a necessidade de acelerar o trabalho, as edificações passaram a ser construídas por empreiteiras, preferencialmente da região, contratadas pela ELETROSUL. Nesse momento, as edificações foram permutadas através do sistema de “relocação patrocinada”. Nesse sistema, a ELETROSUL se encarregava da construção até a entrega das chaves ao proprietário. De acordo com a ELETROSUL (1992, p.26), por causa da crescente crise brasileira, que acarretou falta de recursos e falência de muitas empreiteiras, a empresa passou a adotar o sistema de “auto-relocação”, no qual o proprietário se encarregava da construção de sua edificação, recebendo as parcelas em conformidade com o andamento da obra. Esta modalidade se mostrou muito interessante para a empresa, dado que houve uma “sensível diminuição de custos e uma maior agilidade decorrente da eliminação da excessiva burocracia (...)”. No final da década de 1980, a redução no aporte dos recursos federais implicou na diminuição do ritmo das obras. Com isso, durante cerca de três anos, entre 1988 e 1991, aconteceu a coexistência de duas cidades.

A relocação da nova cidade estava prevista para ficar totalmente concluída em julho de 1993, mas sua inauguração se deu somente em 1996. No primeiro dia do ano de 1994 foi rezada a última missa na Paróquia de São Pedro, a igreja que depois da inundação do reservatório ficaria com as torres para fora da água, mantidas assim por desejo da comunidade, como uma espécie de símbolo da cidade que ali existiu.

A estrutura urbana da cidade construída   linear, com um eixo viário que atravessa a cidade e canaliza os fluxos mais intensos de veículos e pedestres. No centro geométrico localiza-se a praça central e os principais equipamentos comunitários (Prefeitura, ginásio coberto, igreja, salão paroquial, galeria comercial). Como resultado das diretrizes acima mencionadas, a infraestrutura da cidade foi projetada para uma popula o de aproximadamente 2.500 habitantes.

O marco inaugural, localizado na Praça Central, utiliza elementos simbólicos para reforçar a identidade da nova cidade: a pedra, Itá em Guarani, (idioma dos primeiros habitantes da região) contém internamente um pergaminho com o nome de todos os moradores da cidade em 1983 e é sustentada por duas toras de canela sassafrás, árvore nativa da região.

III.5.5.7 Programas socio-ambientais

Quanto às medidas mitigatórias e compensatórias dos impactos sociais e ambientais/ecológicos, foram elaborados 23 programas de manejo, controle, monitoramento, entre outros, conforma o Consórcio Itá (2012). Antes mesmo da elaboração do EIA-RIMA, em 1987, já ocorriam alguns projetos, como, por exemplo, o da relocação da cidade de Itá, iniciado em 1981. Atualmente, alguns dos projetos abaixo já foram finalizados, enquanto outros são permanentes. São eles:

- 01 - Observação das Condições Climatológicas
- 02 - Observação das Condições Hidrossedimentológicas
- 03 - Monitorização e Controle Estabilidade dos Taludes Marginais
- 04 - Acompanhamento das Condições Sismológicas
- 05 - Monitorização das Condições do Aquífero Basáltico
- 06 - Controle de Degradação e Recomposição das Áreas da Obra
- 7.1 - Desmatamento
- 7.2 - Demolição, Desinfecção e Desinfestação
- 8.1 - Rede de Monitoramento das Condições Limnológicas
- 8.2 - Acompanhamento e Controle de Macrófitas Aquáticas
- 8.3 - Controle e Melhoria da Qualidade da Água
- 9.1 - Formação da Faixa de Vegetação Ciliar e Proteção das Áreas Críticas
- 9.2 - Implantação de Unidade de Conservação
- 9.4 - Conservação e Resgate da Fauna
- 9.5 - Monitoramento e Manejo da Ictiofauna
- 9.6 - Salvamento e Aproveitamento Científico da Flora
- 10 - Salvamento do Patrimônio Arqueológico
- 11 - Preservação do Patrimônio Histórico, Cultural e Paisagístico
- 12.1 - Reorganização das Áreas Remanescentes
- 13.1 - Relocação de Núcleos de Apoio a População
- 13.2 - Relocação da Cidade de Itá
- 14 - Monitorização do Remanejamento da População
- 15 - Fomento as Atividades Agropecuárias
- 16 - Conservação do Solo e Saneamento Rural
- 17 - Recomposição e Melhoria dos Sistemas de Infraestrutura

- 18 - Recomposição e Adequação do Sistema de Saúde
- 19 - Recomposição e Melhoria dos Serviços de Educação
- 20 - Apoio aos Municípios
- 21 - Centro de Apoio ao Migrante
- 21.2 - Formação de Mão-de-Obra
- 22 - Usos Múltiplos do Reservatório
- 23.1 - Centro de Divulgação Ambiental
- 23.2 - Centro de Divulgação Ambiental
- 23.3 - Atividades Práticas de Educação Ambiental

III.6 Resumo da análise das Hidrelétricas de Tucuruí e Itá

Para retomar as duas análises de forma resumida, a tabela abaixo reúne as principais características relacionadas às migrações causadas pelas Hidrelétricas de Tucuruí e Itá.

Figura 18-Tabela-resumo do estudo das hidrelétricas de Tucuruí e Itá

	HIDRELÉTRICA	
	Tucuruí (PA)	Itá (SC)
Potencial	8.000 MW	1.450 MW
Localização	Rio Tocantins, Pará	Rio Uruguai, Santa Catarina e Rio Grande do Sul
Tamanho do reservatório	3.000 km ²	142 km ²
Número de deslocados	25-30 mil mais a população indígena	4 mil
Características dos atingidos	Indígenas, pescadores, ribeirinhos e fazendeiros.	Colonos e ribeirinhos
Compensação oferecida	Indenização em espécie e reassentamento rural	Indenização, carta de crédito, área remanescente e reassentamento rural
Quantidade de deslocados compensados	Indefinido	100%

Considerações finais

Conforme colocado na Introdução, o objetivo desta pesquisa foi entender o impacto das hidrelétricas construídas no Brasil. O enfoque não foi o contexto de impacto ambiental, mais comumente analisado no meio acadêmico, mas sim o impacto que a construção das barragens tem sobre as populações.

No mundo, estima-se que 80 milhões de pessoas já tenham sido atingidas pela construção de barragens. No Brasil, a estimativa é de um milhão de brasileiros expulsos de suas terras pelo mesmo motivo nos últimos 40 anos. Nas duas hidrelétricas analisadas neste estudo, a soma dos deslocados atinge, pelo menos, 40 mil pessoas. Os deslocamentos compulsórios impactam moradores das franjas dos rios, comunidades ribeirinhas e minorias étnicas, que precisam reconstruir seus modos de vida e vínculos sociais devido à implementação dos reservatórios necessários ao represamento da água.

Para a construção da Hidrelétrica de Tucuruí, no estado do Pará, foram deslocadas de 25 a 30 mil pessoas, sem contabilizar a população indígena. A área dos índios Parakanã, a tribo mais atingida pela construção da hidrelétrica, ficou submersa pela usina numa equivalência de 36%. O impacto com o deslocamento forçado e o contato com a população regional levou as tribos a uma intensa depopulação, pois foram acometidos por uma série de enfermidades o que os levou a uma queda demográfica em torno de 35%. O prejuízo foi a uma perda imensurável de uma cultura. Um passo em direção ao desenvolvimento econômico e um retrocesso com relação ao respeito aos povos indígenas brasileiros e a sua preservação enquanto minorias culturais e étnicas.

Em função do contexto da época em que foi construída a primeira hidrelétrica da Amazônia, caracterizado pela ausência de legislação ambiental, que só viria a entrar em vigor em 1981, cinco anos depois do início da obra da barragem, o projeto não contou com o Estudo de Impacto de Ambiental e Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Tais documentos, necessários à aprovação de projetos deste porte e onde deve conter todo o impacto causado pela obra, além das medidas mitigatórias previstas, se tornariam obrigação apenas com a vigência da lei. Também pelo fato de a Usina Hidrelétrica de Tucuruí ter sido iniciada em 1976 durante a ditadura militar, período em que, como se sabe, o acesso à informação foi severamente afetado, poucas informações sobre o impacto causado pelo empreendimento foram amplamente divulgadas. Também pelos mesmos motivos (falta de

documentos credíveis da época) o número de deslocados pela hidrelétrica não é consensual, assim como as informações exatas sobre as formas de compensação empregadas para cada um dos deslocados também não estejam aqui publicadas. A obtenção de documentos oficiais da ELETRONORTE não foi possível, ainda que a empresa tenha sido contactada diretamente inúmeras vezes.

Conforme a bibliografia a que se teve acesso, os atingidos pela barragem de Tucuruí não tiveram possibilidade de escolha na forma de compensação. Dessa forma, boa parte deles acabou por receber a indenização em dinheiro como forma de compensação pela perda de suas terras. Indenização esta que, na maior parte dos casos, não supria o dano causado e era considerada abaixo do valor justo compensatório, sem reparar de forma justa nem danos materiais, como a terra e as benfeitorias que nela tinham feito, nem perda do modo de vida. No caso das tribos indígenas, que têm uma relação profunda e determinante com a terra onde vivem, a organização territorial que dela dispõem e o modo de vida que assumem, a migração forçada para outro terreno representou uma forte ruptura. Sabemos, ainda, que boa parte dos atingidos pela barragem no rio Tocantins não foram compensados e que a informação sobre a necessidade da migração e as formas de reassentamento não foram claras e nem o processo foi participativo. Constituiu-se, portanto, um processo injusto que não respeitou os direitos humanos das pessoas que moravam próximas ao rio e que, na maioria dos casos, retiravam dele sua subsistência.

Quanto ao movimento social de resistência, em Tucuruí ele ainda não era organizado como viria a tornar-se mais tarde, graças à abertura política e democrática ampliada pós-campanha das diretas- já no Brasil. Mas ocorreram inúmeras manifestações e reivindicações em nome da compensação justa. Em uma delas, um grupo de expropriados permaneceu acampado na entrada da sede da ELETRONORTE, em Brasília, em busca de negociação. A luta dos expropriados começou em 1982 e conquistou importantes avanços, como a criação do Programa Social para os Expropriados da UHE de Tucuruí, que garantia a liberação de recursos voltados para mitigação e compensação, ainda que restritos e insuficientes. Os deslocamentos provocaram, de forma geral, o empobrecimento da população e trouxeram ameaças à saúde das populações envolvidas. Um dos exemplos foi o aumento da malária.

Já a construção da Usina Hidrelétrica de Itá, que deslocou cerca de 4 mil pessoas, se dá em um contexto de abertura política, cenário que possibilitou uma resistência social organizada e mobilizada por meio do CRAB, um dos principais embriões do que mais tarde

viria a tornar-se o MAB, um dos mais atuantes movimento sociais brasileiros. Itá é considerado pelo movimento e pelos atingidos um marco divisor do processo de reparação. Graças aos movimentos sociais, um acordo foi assinado entre a ELETROSUL e o MAB garantindo o direito das populações na escolha da forma de compensação que mais lhe conviesse. As opções oferecidas foram: indenização em dinheiro, reassentamento rural coletivo, terra por terra (reassentamento rural individual) e, para alguns grupos, foi oferecida ainda a possibilidade de permanência nas franjas do lago da barragem. Nesse contexto, destaca-se, ainda, a necessidade de relocação completa da sede do município de Itá, que foi completamente alagado.

Também, graças às negociações com a empresa, o direito dos posseiros (sem documento legal sobre a terra) e dos trabalhadores sem-terra foi respeitado. Tais grupos foram compensados, ainda que sem escolha que não o reassentamento rural. Já com referência à Hidrelétrica de Tucuruí, ambos os grupos (posseiros e sem-terras) não tiveram suas terras compensadas.

Conforme a pesquisa permite concluir, a construção de hidrelétricas no Brasil gera importantes deslocamentos populacionais, que influenciam o modo de vida tanto dos deslocados quanto daqueles atingidos indiretamente.

A discussão acerca dos direitos do atingidos excede a lógica do direito à indenização material, condição indispensável no processo, mas também na defesa de seus patrimônios morais ou incorpóreos lesados pelas construções de hidrelétricas. No Brasil, as exigências para avaliação de impactos de hidrelétricas e de outros projetos de desenvolvimento são vagas com respeito aos impactos sociais. De forma geral, as empresas tendem a considerar as populações atingidas como meros obstáculos para a construção do projeto. Assim, o cálculo das pessoas a serem reassentadas entra na mesma conta dos valores de custo da construção, sem que se mensure os impactos sociais. Neste sentido, o primeiro ponto a ser destacado é a desestruturação das relações sociais que este movimento migratório traz. O modo de vida dos produtores rurais, suas raízes históricas, que se propagam também pela permanência em um mesmo local, constituem um bem incorpóreo que não é levado em conta no momento da compensação. A migração imposta afeta direta e indiretamente a saúde, a segurança, o bem-estar da população atingindo suas atividades sociais e econômicas.

O exemplo da Barragem de Tucuruí mostra claramente a priorização da energia no processo de tomada de decisões e do desprezo pelas implicações sociais deste tipo de investimento. Se, por um lado, a lógica das empresas segue a busca pela maximização dos lucros e minimização dos prejuízos, por outro lado, o Estado deveria ter como foco central prioritário o futuro das populações envolvidas no processo de deslocamento por meio da exigência de condições dignas referentes aos destinos dessas populações deslocadas já durante a época de firmar contratos com as empresas.

“Na medida que o “social” não interfere na tomada de decisões, ele só pode vir a se constituir em “problema”, para o qual deverá ser buscada uma solução qualquer e a qualquer preço, dentro do cronograma apertado das obras civis. E é exatamente porque o “social” ocupa essa posição subordinada que as soluções encontradas são sempre desfavoráveis à população” (Sigaud, 1988, p. 104).

Desta forma, avaliamos que a política de desenvolvimento econômico, incluída aí a política energética vigente, fere, por meio das desapropriações, o direito dos atingidos, contribuindo para o seu empobrecimento e para sua diáspora.

No caso da Usina de Itá, a participação dos atingidos no processo de escolha e da realocação da cidade de Itá parece ter sido significativa no sentido do reconhecimento dos direitos dos atingidos. Por outro lado, a falta de participação e a insuficiência de informação divulgada às comunidades atingidas pela Usina de Tucuruí contribuíram negativamente no processo de compensação, corroborando para que o processo de desapropriação e compensação feita pela ELETRONORTE nos municípios atingidos tenha sido marcado pelo caráter de violação dos direitos humanos.

As dificuldades enfrentadas durante a pesquisa não possibilitaram uma análise mais aprofundada das formas de deslocamento, principalmente no caso das migrações causadas pela Hidrelétrica de Tucuruí. A falta de informações específicas, a insuficiências de dados publicados e a falta de coerência nos números contidos em diferentes trabalhos não permitiram uma comparação aprofundada entre os dois *cases* analisados. Embora contatados no sentido de envio de informações e documentos oficiais, os setores de Comunicação e de Projeto Eletromecânico de Hidrelétricas (EEGH) da ELETRONORTE alegaram não contar com as informações acerca das condições de deslocamento para enviar. Já em relação ao acesso à informação referente às circunstâncias que cercaram as migrações causadas pela Usina Hidrelétrica de Itá, este foi facilitado pelo número de dados

publicados, seja em relatórios de instituições oficiais, seja em livros, teses e artigos, quanto em levantamentos e bibliografia oficial, disponibilizada via email e correio e através do Centro de Divulgação Ambiental (CDA), órgão ligado ao Consórcio Itá, empresa proprietária da UHE Itá.

Em relação planos atuais, levando em consideração a política de desenvolvimento econômico, incluída aí a política energética vigente e, mais especificamente, o Plano Estratégico de Recursos Hídricos dos Afluentes da margem direita do Rio Amazonas, na qual estão previstas 23 novas hidrelétricas apenas na região da Amazônia, este grupo social (o atingido) deve crescer em número e os deslocamentos compulsórios devem ser cada vez mais utilizados como forma de garantir a construção dos reservatórios das barragens.

Considerando este cenário e levando em conta a lacuna existente na literatura sobre os impactos sociais das barragens, uma investigação mais aprofundada merece ser feita, incluindo o acompanhamento da situação atual dos deslocados e, se possível, cruzando informações sobre a capacidade de readaptação com a forma de compensação oferecida e mensurando o impacto da migração no modo de vida dos deslocados. Ouvir pessoas que sofreram o deslocamento compulsório, no sentido de construir um cenário que possa avaliar, em médio prazo, os impactos causados pela migração.

Algumas pesquisas ainda sugerem que os migrantes por obras de desenvolvimento podem empreender novas migrações, estas voluntárias, dos locais de reassentamento para outros locais. Também valeria estudar as movimentações que se desdobram a partir deste primeiro deslocamento causado pela hidrelétrica, como afetou as redes sociais destas famílias e de que maneira modificou o seu modo de vida. Com relação às minorias étnicas, como é o caso dos índios, também se encontra uma importante lacuna. Necessário se faz um trabalho que dê conta do que o deslocamento significa para essas populações, levando em conta as características de organização social das tribos.

Bibliografia

ANEEL, Operação Capacidade Brasil. Banco de Informação e de Geração, conteúdo online. Disponível em: <http://www.aneel.gov.br/aplicacoes/capacidadebrasil>. [Consult. 5 Maio 2011].

Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) – disponível em: http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par2_cap3.pdf [Consult. 20 Jul.2012]

_____ (2000b) *Dams and development*. London and Sterling, VA: Earthscan Publications.

Amorim, F; Jesus, A, 2006. *Impactos Socioambientais da construção da UHE – Estreito na comunidade de Palmatuba em Babaçulândia – TO*. Geoambiente On-line, v. 7, 14-33.

Assis, A, 1997. Indenização do dano moral. Rio de Janeiro: Revista Jurídica, n.236, p. 5.

Arendt, H, 1978. *O declínio do Estado-nação e o fim dos direitos do homem em O sistema totalitário*. Lisboa: Dom Quixote.

Aurélio, DP, 2009. *Representação Política – Textos Clássicos*. Lisboa: Horizonte.

Bloemer, NMS; Reis, MJ (org.), 2001. *Hidrelétricas e Populações Locais*. Florianópolis: Cidade Futura: Ed. da UFSC.

Boniface, P, 2009. *Atlas das Relações Internacionais*. Lisboa: Plátano Editoria.

Castells, MA, 2011. *Sociedade em Rede*, volume I. São Paulo: Paz e Terra.

Colito, MC, *A construção de usinas hidrelétricas e os impactos sobre a população e o espaço – comunidades rurais ameaçadas pela U.H. de Jataizinho - Rio Tibagi /Pr*. Serviço Social em Revista, Londrina. V. 2, Número 2, Jan./Jun. 2000

Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana (CDDPH),

Davis, MA, 2009. *Política dos Muitos* (org. Dias e Neves), Lisboa: Tinta da China.

Department of Economic and Social Affairs, United Nations Secretariat, 2006. *International Migration and Economic Development*. J. Edward Taylor. Turin, Italy, 28-30 June 2006. Turin: Population Division.

Dias, BP; Neves, J, 2010. *A Política dos Muitos*. Lisboa: Tinta da China.

Eco, H, 2002. *Como se Faz uma Tese*. São Paulo: Perspectiva.

ELETRONORTE. Energia hidráulica. Fontes renováveis. 51-61. Disponível em: http://www.aneel.gov.br/arquivos/pdf/atlas_par2_cap3.pdf [Consult. 13 Jul.2012]

ELETROSUL, s.d. *Aproveitamento Hidrelétrico de Itá: política de inserção regional*. Florianópolis. 1v.

_____, 1994. *Crerios para um Programa de Ocupaçaõ das Áreas Remanescentes o Reservatõrio da Usina Hidrelétrica de Itá*. Florianópolis.

ELETROSUL; CRAB, 1987. *Documento de Acordo entre Centrais Elétricas do Sul do Brasil S.A. Eletrosul – e a Comissão Regional de Atingidos por barragens – CRAB*, em relaçaõ às Usinas Hidrelétricas de Ita e Machadinho. Florianópolis.

EPE, Empresa de Energia Elétrica. *Avaliaçaõ Ambiental Integrada Bacia do Rio Jari*, disponível online: www.epe.gov.br. [Consult. 2 Maio 2011].

Farias, W; Melo, I. 2011. *Avaliaçaõ de Impactos Ambientais das Barragens: oportunidades para a atuaçaõ dos Tribunais de Contas*. Disponível em: http://www.ibraop.org.br/site/media/sinaop/11_sinaop/avaliacaoimpactos.pdf. [Consult. 18 Maio 2011].

Fontenelle, A. et al. *Incertezas, ameaças e medidas preventivas nas fases de vida de uma barragem*. In: XIV Seminário Nacional de Grandes Barragens, Anais, Fortaleza – Ce. Disponível em: <http://portal.cogerh.com.br/publicacoes/seguranca-de-barragens/privados/incertezas-ameacas-e-medidas-preventivas-nas-fases-de-vida-de-uma-barragem>. [Consult. 21 Mar.2012].

Fundação Nacional do Índio – FUNAI, Cedi, 1993. *Avaliaçaõ de danos causados pela exploraçaõ madeireira nas áreas indígenas Araweté/Igarapé Ipixuna, Apyterewa e Trincheira Bacajá (Pará)* São Paulo: Instituto Sócio Ambiental.

GERASUL. *Plano Diretor: Reservatõrio da UHE Itá e seu entorno*. Itá: ECSA, 2001

Giddens, A, 2000. *O Mundo na era da Globalizaçaõ*. Lisboa: Editorial Presença.

Green, D, 2009. *Da Pobreza do Poder*, Oxfam, São Paulo: Cortez Editora.

Green, D, 2009. *Da Pobreza do Poder, como cidadãos ativos e estados efetivos podem mudar o mundo*. São Paulo: Cortez Editora.

Grostein, MD, 2001. *Metrõpole e expansãõ urbana, a persistência de processos insustentáveis*. São Paulo: São Paulo em perspectiva Ltd.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br> [Consult. 28 Jul.2012].

Leturcq, G, 2007. *A diversidade dos atingidos por barragem no Brasil*. II Encontro Brasileiro Ciências Sociais e Barragens e I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas. Sessão Temática 4: Experiências de reassentamento, Salvador: Universidade Federal da Bahia.

_____, G, 2010. *Migrations forcées dans le Sud du Brésil: les atingidos*. Tese de doutorado de Geografia. Universidade do Maine.

Lei do Plano Diretor de Desenvolvimento Municipal de Itá, 2008. Dispõe sobre normas relativas ao Plano Diretor do Município de Itá, Estado de Santa Catarina - Lei Do Plano Diretor - e dá outras providências. (Lei Complementar Nº. 045, de 11 de Dezembro de 2008), Estado de Santa Catarina - Município de Itá.

McCully, P, 2001. *Ríos Silenciados: Ecología y Política de las Grandes Represas*. London: Zed Books. Editado e traduzido por PROTEGER, Argentina, 2004.

Martins SL; Tamada, K, 2000. *Sistemas para a Transposição de Peixes*. Boletim Técnico da Escola Politécnica da USP Departamento de Engenharia Hidráulica e Sanitária. Disponível em: <http://www.fcth.br/public/cursos/phd5706/transpeixes.pdf> [Consult. 6 Jul. 2012].

Martins, MLR, 2004. *Globalização, Informalidade e Regulação em Cidades Latino-Americanas*. In: Seminário Colombo-Brasileiro Legalidad Ilegalidad en la producción de la ciudad, 2004. Medellín, 25-26 Nov. 2004.

Massey, D, 2009. *Pelo Espaço, uma nova política da especialidade*. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil.

Menezes, LM, 2001. Movimentos e Políticas Migratórias em Perspectiva Histórica: um balanço do século XX. In: *Migrações Internas, Contribuições para Políticas*. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento. Brasília.

Mezzadra, S, 2005. *Derecho de Fuga, Migraciones, ciudadanía y globalización*. Madrid: Traficantes de Sueños.

Movimento dos Atingidos por Barragens; International Rivers Network, 2000. O grito das águas: populações atingidas por barragens respondem à Comissão Mundial de Barragens. Dossiê. São Paulo: Berkeley.

Pinheiro, MFB, 2007. *Problemas sociais e institucionais na implantação de hidrelétricas: seleção de casos recentes no Brasil e casos relevantes em outros países*. Campinas.

Póvoa Neto, H, 1999. Migrações Internas e mobilidade do trabalho no Brasil atual. Novos desafios para a análise. In: Comissão de População e Meio Ambiente da União Geográfica Urbana (UGI), 1999. *Seminário Internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo, 19 a 25 de abril de 1999. São Paulo: Associação Editorial Humanitas.

PRICE WATER HOUSE COOPERS, UK Economic Outlook November 2009. Disponível em: <https://www.ukmediacentre.pwc.com/imagelibrary/downloadMedia.ashx?MediaDetailsID=1562>. [Consult. 26 Mar.2011].

Radaelli, IM, 2010. A trajetória do reassentamento Itá I, Mangueirinha-PR. Dissertação de Mestrado. Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul. UNIJUÍ. Ijuí.

Reis, MJ. *O Movimento dos Atingidos por Barragens: atores, estratégias de luta e conquistas*. II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia, 25 a 27 de abril de 2007, UFSC, Florianópolis, Brasil. Disponível em: http://www.sociologia.ufsc.br/npsms/maria_jose_reis.pdf [Consult. 10 Maio 2011].

Ribeiro, D, 1995. *O Povo Brasileiro: a formação e o sentido do Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras.

Rocha, HJ, 2010. *A Condição de Atingido por Barragem*. Bolsista. Universidade Estadual de Campinas. Anais do III Seminário Nacional e I Seminário Internacional Movimentos Sociais Participação e Democracia 11 a 13 de agosto de 2010, UFSC, Florianópolis, Brasil Núcleo de Pesquisa em Movimentos Sociais _ NPMS.

Povos Indígenas do Brasil- PIB- 2004. Parakanã. Disponível em: <http://pib.socioambiental.org/pt/povo/parakana/69> [Consult. 4 Jul.2012].

Rothman, FD, 2005. *Mobilização, resistência e participação das comunidades atingidas por barragens: o Projeto de Assessoria e o Movimento dos Atingidos por Barragens em Minas Gerais, Brasil*. In: Encuentro por una nueva cultura del agua en América Latina, Fortaleza.

Salim, CA, 1992. *Migração: o fato e a controvérsia teórica*. In: VIII Encontro Nacional de Estudos Populacionais. Anais. São Paulo: ABEP. v.3, p.119-144.

Santos, BS (org.), 2001. *Globalização: fatalidade ou utopia*. Porto: Edições Afrontamento.

Santos, MO; Zanini, MCC, 2010. *As memórias da Imigração no Rio Grande do Sul*. MNEME – REVISTA DE HUMANIDADES, 11 (27). Publicação do Departamento de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Centro de Ensino Superior do Seridó – Campus de Caicó. Semestral ISSN -1518-3394.

Santos, S, 2001. *A geração hídrica de electricidade no Sul do Brasil e seus impactos sociais*. Revista Etnográfica, Vol. VII (1).

Santos, BS (org), 2001. *Globalização: fatalidade ou utopia*. Porto: Afrontamento, 2001:31.

Santos, SM, 2007. *Lamento e Dor: uma análise sócio-antropológica do deslocamento compulsório provocado pela construção da barragem*. Tese de Doutorado. Belém: Universidade Federal do Pará.

Sigaud, L, 1986. *Efeitos Sociais de Grandes Projetos Hidrelétricos*, Comunicação nº 9 –Museu Nacional/UFRJ.

Silva, AM, 2001. *Mulheres em Movimento: luta e resistência contra barragens*. Dissertação de Mestrado em Sociologia. Coimbra. Disponível em: <https://estudogeral.sib.uc.pt/bitstream/10316/9706/1/Disserta%C3%A7%C3%A3o%20Alexandra%20Martins%20Silva.pdf> [Consult. 12 Maio 2012].

Silva, EA, 2010. Transformações Sócio-Espaciais e a Problemática Ambiental no Brasil: o caso das hidrelétricas. *Caminhos de Geografia*, 8.

Singer, P, 2004. *Um Só Mundo: A Ética da Globalização*. São Paulo: Martins Fontes.

UNITED NATIONS. *The Challenge of Slums - Global Report on Human Settlements 2003*, UN Habitat. Disponível em: <http://www.unhabitat.org/pmss/listItemDetails.aspx?> [Consult. 6 Jun.2012].

Vainer, CB, 1990. Araújo, FGB. *Revista Travessia*, n. 6, jan.abr.

Vainer, CB, 1999. Migração e Mobilidade na crise contemporânea da modernização, 1999. In: Comissão de População e Meio Ambiente da União Geográfica Urbana (UGI). *Seminário Internacional Migração: nação, lugar e dinâmicas territoriais*. São Paulo, 19 a 25 de abril de 1999. São Paulo: Associação Editorial Humanita.

Vainer, CB, 2000. Deslocados, Reassentados, Clandestinos, Exilados, Refugiados, Indocumentados. As novas categorias de uma sociologia dos deslocamentos compulsórios e das restrições migratórias. In: *Migrações Internas, Contribuições para Políticas*. Comissão Nacional de População e Desenvolvimento, Brasília, 2001.

Vainer, CB. 2007. *Recursos Hidráulicos: questões sociais e ambientais*. Estudos Avançados 21.

Viana, RM, 2003. *Grandes barragens, impactos e reparações: um estudo de caso sobre a barragem de Itá*. Dissertação de Mestrado. Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional. Rio de Janeiro.

WORLD COMMISSION ON DAMS (WCD). 2000. Dams and Development: A New Framework. London: Earthscan Publications Ltd, X, VA. Disponível em: http://www.unep.org/dams/WCD/report/WCD_DAMS%20report.pdf [Consult. 12 Maio 2012].

WCD, 2000. Tucuruí Hydropower Complex Brazil. Prepared for the World Commission on Dams (WCD) by La Rovere, EL; Mendes, FE. Cape Town World Commission on Dams.

WORLD COMMISSION ON DAMS (2000a). *Barragens e desenvolvimento. Um sumário*. London: Earthscan Publications, 28p.

WORLD ECONOMIC FORUM, *Global Risks 2011*, Genebra, 12 de Janeiro de 2011, [on-line], Disponível em <http://www.weforum.org/reports>. [Consult. 06 Jun.2012].

WORLD ECONOMIC FORUM. *Latin America Risks, A Global Risk*. Network Briefing, Genebra, 12 de Janeiro de 2011, [on-line], Disponível em: <https://members.weforum.org/pdf/grn/LatinAmericaRisk.pdf> [Consult.13 Jan.2012].

Zamberlam, J. 2004. *O Processo Migratório no Brasil e os Desafios da Mobilidade Humana na Globalização*. Porto Alegre: Palotti.

ANEXOS

ANEXO A – CONCLUSÕES DA ANÁLISE DA COMISSÃO SOBRE OS IMPACTOS DE TUCURUÍ



Conselho de Defesa dos Direitos da Pessoa Humana

Comissão Especial

“Atingidos por Barragens”

Resoluções nºs 26/06, 31/06, 01/07, 02/07, 05/07

Brasília/DF

Em visita a Tucuruí, a Comissão Especial do CDDPH obteve informações através de relatos e depoimentos dos atingidos. Os documentos apresentados à Comissão Especial durante e após a visita) pelos atingidos, pela ELETRONORTE e Ministério Público Federal encontram-se listados como referências ao final desta síntese e seguem como anexo do relatório principal.

V. Conclusões

Considerando os depoimentos dos atingidos, as demais informações levantadas e os marcos referenciais dos direitos humanos, conclui-se que na implementação da barragem de Tucuruí foram violados os seguintes direitos humanos:

Direito à informação e à participação, na medida em que não se proporcionou às populações o conhecimento efetivo e prévio do projeto da barragem e suas consequências, particularmente durante o regime militar. Já durante o período democrático, a dispensa de EIA/RIMA para a regularização da barragem restringiu a possibilidade de acesso à informação e participação da população. Destaca-se ainda que os expropriados de montante não tiveram acesso aos seus processos na Eletronorte antes do ano 2000;

Direito ao trabalho e a um padrão digno de vida, na medida em que a supressão das condições ambientais preexistentes inviabilizou as condições de trabalho, caso dos pescadores de jusante que tiveram que abandonar a atividade pesqueira em função da redução dos estoques de peixes, caso dos agricultores que foram reassentados em terras não-produtivas, caso dos comerciantes transformados em colonos. Em outros casos ocorreu a eliminação das condições de exercício de qualificações profissionais sem uma adequada requalificação dos trabalhadores ou reposição daquelas condições;

Direito à moradia adequada, na medida em que os reassentamentos das populações de montante não asseguraram a reposição equivalente “casa por casa”, nas situações em que foram entregues “kit-casa” (quem tinha casa, recebeu apenas material para construção da casa), ou não consideraram a dimensão da moradia nos seus aspectos de lugar de bem-estar, segurança e equilíbrio, o que transcende a concepção da casa como estrutura física; além disso, as populações de jusante abandonaram suas casas, onde a habitação ficou inviabilizada pelas condições ambientais estabelecidas pela barragem;

Direito a um ambiente saudável e à saúde, na medida em que a hidrelétrica se implantou sem a prévia realização de estudos de impactos ambientais, o que repercutiu e ainda repercute em graves danos para as populações que dependiam do seu meio ambiente original para a sobrevivência; e na medida em que à montante da barragem, ocorreu o comprometimento do sistema de atendimento em saúde, com a incidência de epidemias e pragas como a praga de mosquitos e a epidemia de malária. No caso dos índios Asuriní, as transformações regionais promovidas pela hidrelétrica contribuíram para a evolução da sua vulnerabilidade o que, em matéria de saúde, repercutiu no aumento da incidência de doenças como subnutrição e alcoolismo;

Direito às práticas e aos modos de vida tradicionais, assim como ao acesso e preservação de bens culturais, materiais e imateriais, na medida em que a construção de Tucuruí contribuiu para a perda dos conhecimentos e costumes tradicionais. Da mesma forma, no caso dos índios Asuriní, em que se verifica a progressiva perda cultural;

Direito à alimentação, na medida em que ocorreu o comprometimento da dieta alimentar a jusante de Tucuruí, com a redução da agricultura de várzea e dos estoques pesqueiros, em particular do mapará, fonte protéica essencial, peixe servido cotidianamente com farinha e açai;

Direito dos povos indígenas e tradicionais à posse permanente e usufruto exclusivo da terra, na medida em que os índios Gavião da Montanha tiveram suas terras inundadas pelo lago de Tucuruí e ainda não foram devidamente ressarcidos pela perda do seu território;

Direito à melhoria contínua das condições de vida, em particular nos casos em que os reassentamentos não corresponderam, em termos quantitativos e/ou qualitativos, à terra anteriormente possuída, seja pelo fato de que eram lotes menores do que os anteriores, seja pelo fato de que a terra recebida (onde faltava água, por exemplo) não favorecia o plantio das espécies tradicionalmente cultivadas;

Direito de acesso à justiça e à razoável duração do processo judicial, na medida em que os Gavião da Montanha tiveram que esperar por 17 anos por uma decisão judicial acerca de suas demandas;

Direito à dignidade da pessoa humana, na medida em que, no seu conjunto, as violações de direitos humanos ocorridas na implementação de Tucuruí, comprometeram a reestruturação da vida individual e coletiva, com graves impactos sobre a identidade, a estima e as perspectivas de futuro.

ANEXO C – MATÉRIA JORNAL ZERO HORA SOBRE AMEAÇA DE INVASÃO À USINA

ZERO HORA

PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2000

CAMPO & LAVOURA

37

ERECHIM

Agricultores ameaçam invadir Usina de Itá

Atingidos por barragens reclamam créditos

MARIELISE FERREIRA
Correspondente Erechim

Os agricultores atingidos pela construção das usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho se reúnem amanhã, em Erechim. O objetivo é definir a possibilidade de uma nova ocupação da Usina Hidrelétrica Itá, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina.

A proposta foi aprovada pelos atingidos em assembleia, caso o governo e as empresas envolvidas na construção das usinas não liberem o crédito solicitado. Os agricultores reivindicam ao governo federal a abertura de linhas de crédito de R\$ 30 mil para cada família que continue morando nos municípios atingidos, independentemente de terem suas áreas inundadas pelo lago da barragem. São cerca de 2,5 mil famílias habitadas e receber o crédito, conforme os critérios estabelecidos pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB).

Recursos seriam investidos nas propriedades rurais

Os agricultores pedem que, do valor emprestado, 50% sejam subsideados pelo governo e os outros 50% sejam pagos pela Gerusul e pela Maesa, empresas responsáveis pela construção das duas usinas. Conforme a proposta, eles seriam três anos de carência e 10 anos de prazo para pagar o valor, com juros de 3% ao ano. O dinheiro, con-

forme Marco Triebel, um dos coordenadores do movimento dos atingidos, seria utilizado para investir nas propriedades, em reforma das casas e benfeitorias, na compra de animais e de equipamentos.

Com o crédito, voltaremos a gerar desenvolvimento para a região – garante Triebel.

Os agricultores ainda querem que o pagamento seja antecipado para que os recursos possam financiar a safra de verão.

Reivindicação foi levada a ministérios, em Brasília

Na semana passada, integrantes do movimento estiveram em Brasília, levando a reivindicação aos ministérios da Fazenda, de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário e à Câmara de Deputados. Para pressionar o governo a liberar os recursos, o MAB ameaça invadir o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Itá e impedir a geração de energia, marcada para começar em junho.

É uma situação de desespero. Para continuar na terra, vamos invadir a usina – ameaça Triebel.

Segundo o líder do MAB, o governo federal teria prometido estudar o pedido. Amanhã, os líderes do movimento que representam os municípios atingidos pelas barragens se reúnem no Seminário de Fátima, em Erechim, para definir um cronograma de mobilizações, inclusive decidir a possibilidade de ocupação do canteiro de obras da Usina.

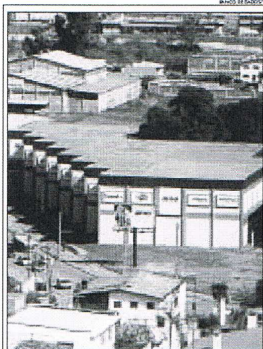
CONTRAPONTO

Que diz Roberto Quadros, diretor de implantação de hidrelétricas da Gerusul:

"Num acordo judicial feito durante a última invasão ao canteiro de obras, nos propomos a ajudar o MAB a buscar o crédito. Mas embarcamos na questão de compensação, porque isso não diz respeito à área do setor elétrico, mas ao setor agrícola. Não firmamos compromisso algum em dar esse dinheiro, que é um valor respeitável e pago, já que indiretamente centenas de milhares de pessoas podem se considerar atingidas pela obra. Essa ameaça de invasão vai nos levar mais uma vez a pedir o interdito proibitório para garantir a segurança e continuidade das obras."

esse dinheiro, que é um valor respeitável e pago, já que indiretamente centenas de milhares de pessoas podem se considerar atingidas pela obra. Essa ameaça de invasão vai nos levar mais uma vez a pedir o interdito proibitório para garantir a segurança e continuidade das obras."

INFORMAÇÕES PARA A SEÇÃO PELO RIO GRANDE PODEM SER ENVIADAS PARA O FAX (51) 218-4799 OU PARA O e-mail: peleorigrande@zerohora.com.br



Caxias vai ganhar novo centro comercial

Entrará em funcionamento nos próximos meses o Centro Comercial Arno Salgado, localizado no bairro Salgado Filho, em Caxias do Sul. O empreendimento que exigirá um investimento de cerca de R\$ 300 mil, terá de 10 a 15 lojas. O Super Cesa e a Lojas Arno serão ancoras. Os demais espaços vão ser ocupados por farmácia, floricultura, lancheria, videolocadora, lojas de confecções, entre outros. O diretor de Marketing da Lojas Arno, Gelson Ziberva, destaca que a ideia é proporcionar opções de compra aos moradores da zona sul da cidade.

– Há uma carência de alternativas nessa região – observa. Ele acredita que, com a construção da Perimetral Sul, o fluxo de pessoas aumenta ainda mais no local. O prédio, atualmente ocupado pela Arno, será totalmente reformado. O espaço terá duas frentes e uma área de estacionamento para 200 veículos, aproximadamente. O empreendimento terá 3 mil metros de área construída.

Pelo Rio Grande

BAGÉ

Um desfile de cavalarietas pelas principais avenidas da cidade abre hoje, às 10h, as provas campeãs e artísticas da 21ª Semana Criativa Internacional de Bagé. Na chegada ao Parque Visconde de Ribeiro Magalhães, haverá hasteamento de bandeiras e os competidores receberão uma bênção ecumênica. As provas de dressage, equitação e ginástica ocorrem à tarde. À noite, Elton Saldanha e Hugo Carriotto se apresentam no pavilhão Sílvia de Silva Tavares. Os ingressos custam R\$ 2.

SÃO MARCOS

A prefeitura renovou o convênio com a Associação Riograndense de Empreendimentos de Assistência Técnica e Extensão Rural (Emaer), e passa a contribuir com R\$ 1.617,54 para a manutenção de técnicos agrícolas no município. Conforme o prefeito Adair Casarotto, a Emaer é de grande importância para os produtores rurais, ajudando no progresso das culturas de alho e de uva.

Informe Rural

Serão definidos na próxima semana os critérios de lista de crédito criada pelo Barrial para comercialização do arroz. O benefício foi anunciado ontem pelo presidente do Instituto Rio Grandense do Arroz (Irgar), Carlos Cardozo, e será destinado especialmente a pequenas produtoras.

Uma reunião na Comissão de Agricultura da Assembleia decidiu ontem auxiliar as bancadas gaúchas e catarinenses em Brasília pela aprovação do projeto de lei da deputada Lúcia Chizzinatti (PT-SC), que regulamenta a importação de produtos agropecuários.

O ministro da Agricultura, Marcos Vinícius Frattini de Moraes, anunciou ontem o lançamento, pela primeira vez, de contratos de opção para 700 mil toneladas de trigo. O valor será de R\$ 215 por tonelada. O primeiro lote, ainda em abril, será primeiro de abertura de R\$ 18,15 por tonelada.

Começa hoje, em Santa Maria, uma série de encontros promovidos pela Organização das Cooperativas do Estado (Ocege) e o Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Estado (Sescoop). Outras cinco reuniões serão realizadas até o dia 20, discutindo temas como reestruturação de cooperativas gaúchas, Espaço e mobilização do setor. As metas definidas serão apresentadas na assembleia geral da Ocege, dia 25.

É grande a participação dos gaúchos na Expoagro 2000, em Campo Grande (MS). Hoje, às 20h, exemplares de oito cabanos do Estado e da Agropescaça Café no Bolo, do agrônomo de Ivoti Carlos Maes, e Fátima, serão ofertados no Leilão Devem MS. A oferta inclui 30 touros, 20 fêmeas e 20 anêtores devon.

CANAL RURAL

Arrepios do canal 23 de NET

730min – Notícias – Sujeitos irregulares em assembleia rural. A infra está sendo investigada por parlamentares da bancada ruralista.

IB – Saúde – As causas e o tratamento da doença de Chagas.

21h – Pánel Rural – Roberto Rodrigues apresenta as técnicas para o melhoramento genético de gado e a mecanização agrícola com autômatas no acrílico.

Empresa Publicação: Zero Hora
Data de Publicação: 06/04/2000
Edi/Caderno Publicação: Zero Hora
Página Publicação: 37
Nica Id: 4791193
Texto da Página:

ZERO HORA PORTO ALEGRE, QUINTA-FEIRA, 6 DE ABRIL DE 2000 37 CAMPO & LAVOURA ERECHIM INFORMAÇÕES PARA A SEÇÃO PELO RIO GRANDE PODEM SER ENVIADAS PARA O FAX (51) 218-4799 OU PARA O e-mail: peleorigrande@zerohora.com.br

Os agricultores ameaçam invadir Usina de Itá Atingidos por barragens reclamam créditos MARIELISE FERREIRA Correspondente Erechim Os agricultores atingidos pela construção das usinas hidrelétricas de Itá e Machadinho se reúnem amanhã, em Erechim. O objetivo é definir a possibilidade de uma nova ocupação da Usina Hidrelétrica Itá, na divisa do Rio Grande do Sul com Santa Catarina. A proposta foi aprovada pelos atingidos em assembleia, caso o governo e as empresas envolvidas na construção das usinas não liberem o crédito solicitado. Os agricultores reivindicam ao governo federal a abertura de linhas de crédito de R\$ 30 mil para cada família que continue morando nos municípios atingidos, independentemente de terem suas áreas inundadas pelo lago da barragem. São cerca de 2,5 mil famílias habitadas e receber o crédito, conforme os critérios estabelecidos pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB). Recursos seriam investidos nas propriedades rurais Os agricultores pedem que, do valor emprestado, 50% sejam subsideados pelo governo e os outros 50% sejam pagos pela Gerusul e pela Maesa, empresas responsáveis pela construção das duas usinas. Conforme a proposta, eles seriam três anos de carência e 10 anos de prazo para pagar o valor, com juros de 3% ao ano. O dinheiro, conforme Marco Triebel, um dos coordenadores do movimento dos atingidos, seria utilizado para investir nas propriedades, em reforma das casas e benfeitorias, na compra de animais e de equipamentos. Com o crédito, voltaremos a gerar desenvolvimento para a região – garante Triebel. Os agricultores ainda querem que o pagamento seja antecipado para que os recursos possam financiar a safra de verão. Reivindicação foi levada a ministérios, em Brasília Na semana passada, integrantes do movimento estiveram em Brasília, levando a reivindicação aos ministérios da Fazenda, de Minas e Energia, do Desenvolvimento Agrário e à Câmara de Deputados. Para pressionar o governo a liberar os recursos, o MAB ameaça invadir o canteiro de obras da Usina Hidrelétrica Itá e impedir a geração de energia, marcada para começar em junho. É uma situação de desespero. Para continuar na terra, vamos invadir a usina – ameaça Triebel. Segundo o líder do MAB, o governo federal teria prometido estudar o pedido. Amanhã, os líderes do movimento que representam os municípios atingidos pelas barragens se reúnem no Seminário de Fátima, em Erechim, para definir um cronograma de mobilizações, inclusive decidir a possibilidade de ocupação do canteiro de obras da Usina. Mas embarcamos na questão da compensação, porque isso não diz respeito à área do setor elétrico, mas ao setor agrícola. Não firmamos compromisso algum em dar esse dinheiro, que é um valor respeitável e pago, já que indiretamente centenas de milhares de pessoas podem se considerar atingidas pela obra. Essa ameaça de invasão vai nos levar mais uma vez a pedir o interdito proibitório para garantir a segurança e continuidade das obras. Caxias vai ganhar novo centro comercial Entrará em funcionamento nos próximos meses o Centro Comercial Arno Palavro, localizado no bairro Salgado Filho, em Caxias do Sul. O empreendimento que exigirá um investimento de cerca de R\$ 300 mil, terá de 10 a 15 lojas. O Super Cesa e a Lojas Arno serão ancoras. Os demais espaços vão ser ocupados por farmácia, floricultura, lancheria, videolocadora, lojas de confecções, entre outros. O diretor de Marketing da Lojas Arno, Gelson Palavro, destaca que a ideia é proporcionar opções de compra aos moradores da zona sul da cidade. – Há uma carência de alternativas nessa região – observa. Ele acredita que, com a construção da Perimetral Sul, o fluxo de pessoas aumenta ainda mais no local. O prédio, atualmente ocupado pela Arno, será totalmente reformado. O espaço terá duas frentes e uma área de estacionamento para 200 veículos, aproximadamente. O empreendimento terá 3 mil metros de área construída. BANCO DE DADOS/ ZH BAGÉ Um desfile de cavalarietas pelas principais avenidas da cidade abre hoje, às 10h, as provas campeãs e artísticas da 21ª Semana Criativa Internacional de Bagé. Na chegada ao Parque Visconde de Ribeiro Magalhães, haverá hasteamento de bandeiras e os competidores receberão uma bênção ecumênica.

ANEXO D – MATÉRIA JORNAL ZERO HORA SOBRE INVASÃO NA USINA DE ITÁ

ZERO HORA 35

GERAL

QUESTÃO AGRÁRIA

Invasores deixam área da Usina de Itá

Gerusul reassume o controle do canteiro de obras invadido na madrugada de segunda-feira

CLAUDIO MEDAGLIA JR.

Os agricultores que invadiram o canteiro de obras da usina hidrelétrica em Itá, na divisa entre o Rio Grande do Sul e Santa Catarina, deixaram a área ontem.

Na próxima quarta-feira, em Chapéu (SC), um encontro entre os manifestantes e a Gerusul, responsável pela obra, dará continuidade às negociações sobre a pauta de reivindicações dos atingidos pela barragem.

As 14h, três logo os manifestantes deixaram o canteiro de obras da hidrelétrica invadida na madrugada da última segunda-feira, abandonando a Gerusul, acompanhados pelo juiz Mauro Gonçalves e por três oficiais de Justiça, permaneceram a área para verificar eventuais danos causados durante a invasão. Visitaram a Casa de Força, apoiada na quarta-feira, e a Trindade d'Água, por onde foram captada a matéria-prima do Rio Uruguai para fazer gerar as usinas geradoras de energia da obra.

— Levaremos pelo menos três dias para acessar os materiais. Serão necessários 10 dias para devolver o acesso e o material acumulado operando (2,2 mil) à obra —, prometeu o diretor de implantação de projetos da Gerusul, Roberto Quadros.

Empresa ainda não sabe se trabalho pode ser retomado próximo ao cronograma. O dirigente disse que ainda não é possível avaliar os prejuízos com o atraso no cronograma da obra.

Duas equipes, uma responsável pela obra civil e outra pela eletromecânica, fazem desde ontem um rastreamento minucioso das condições da usina para verificar se houve danos aos equipamentos.

— Aparentemente, tivemos somente alguns vidros quebrados e portas arrombadas — disse Quadros.

Os integrantes do Movimento dos Barragões (MAB) começaram a desarmar as barracas erguidas no pátio da usina ainda antes da invasão, realizada às 9h30min.

Era o sinal de cansaço e de que a abertura das negociações com a empresa chegou aos manifestantes.

A audiência realizada no fórum de Erechim, na quinta-feira, entre o MAB e a empresa, mediada pelo juiz Mauro Caum Gonçalves, não resolveu o impasse.

A solução só foi aparecer depois de novas tratativas por telefone, que se estenderam até a 1h de ontem.

MARIELEISE FERREIRA Um buziço e uma massa campal foram feitos ontem no bloqueto da RS-324, entre Três Palmeiras e Ronda Alta, onde colono e índios protestam pela demora na indenização e na demarcação de áreas indígenas.

Dois agricultores estão há três dias em greve de fome, e os manifestantes prometem não deixar o local até obterem resposta positiva sobre a liberação dos R\$ 3 milhões que faltam para indenizar as benfiteiras.

O protesto que começou na terça-feira obteve avanços.

Um acordo foi feito com o governo do Estado para reassentamento de 65 famílias em duas áreas, além do cadastramento imediato das outras famílias.

Também conseguiram que o governo oferecesse a opção por indenização em dinheiro ou reassentamento.

A Funai vetou os processos de 127 propriedades com inventários já feitos, admitindo que todas têm benfiteiras, e que podem ser indenizadas.

O administrador regional da Funai, Clóvis Alvares, disse que a verba para indenização não depende do órgão, mas dos ministérios do Orçamento e da Justiça.

A Funai garante aos agricultores que não precisarão sair das terras antes da colheita.

Apesar disso, os produtores reclamam que os índios não estão permitindo que eles plantem na área.

A greve de fome iniciada por dois colonos na quinta-feira deve ser reforçada por outros oito na segunda.

Ontem, mais colono aderiram ao bloqueto, impedindo que caminhões e outros veículos passem pelo local.

ALTO URUGUAI Rodovia continua bloqueada. Veja como ficou o acordo que pôs fim ao impasse: O ACORDO A Gerusul concordou em liberar num prazo de 90 dias R\$ 1,48 milhão para as 74 famílias atingidas pela barragem no município de Catuípe.

A empresa também irá renovar os convênios de assistência técnica, agrícola e social com os agricultores cujas terras foram afetadas pela usina.

Os atingidos fizeram ontem mesmo o cadastramento dos problemas com três equipes da Gerusul que foram ao acompanhamento.

Os reassentados passaram a receber o equivalente a 50 sacos de milho por ano, durante 20 anos, para um fundo comum que irá financiar empreendimentos dos grupos.

Antes, o dinheiro era pago à Gerusul.

A PENDÊNCIA Os agricultores insistem em receber indenização por uma área de até cem metros da nova margem do Rio Uruguai.

Algum que terá suas licenças de utilização de pesticidas, aviários, atômicos e outras fontes de renda consideradas causadoras de média e grande poluição suspensas pelos órgãos ambientais.



Historial: diáscora de empresa visitou os diários para verificar eventuais danos à obra

CONFIRMA

Veja como ficou o acordo que pôs fim ao impasse.

O ACORDO

A Gerusul concordou em liberar num prazo de 90 dias R\$ 1,48 milhão para as 74 famílias atingidas pela barragem no município de Catuípe.

A empresa também irá renovar os convênios de assistência técnica, agrícola e social com os agricultores cujas terras foram afetadas pela usina.

Os atingidos fizeram ontem mesmo o cadastramento dos problemas com três equipes da Gerusul que foram ao acompanhamento.

A PENDÊNCIA

Os agricultores insistem em receber indenização por uma área de até cem metros da nova margem do Rio Uruguai.

Algum que terá suas licenças de utilização de pesticidas, aviários, atômicos e outras fontes de renda consideradas causadoras de média e grande poluição suspensas pelos órgãos ambientais.

UMA LOBO AUTO BOBO

Seja um Lobo Invertebrado e Humano

Com a Cultura Não Gostamos - 5ª edição

Até 3 de outubro

Ilustrações e Diagramação de Tati

Revista publicada em 1997-1998-1999

NOVO EMPREENDIMENTO IMOBILIÁRIO NA ZONA NORTE DE PORTO ALEGRE É SUCESSO DE COMERCIALIZIZAÇÃO

Um novo empreendimento imobiliário na zona norte de Porto Alegre, o bairro de São José, está sendo comercializado com sucesso. O projeto, desenvolvido pela empresa Imobiliária São José, prevê a construção de um conjunto habitacional com 120 unidades residenciais, incluindo apartamentos e casas. A comercialização está avançada, com mais de 50% das unidades já vendidas. O empreendimento oferece infraestrutura completa, incluindo escolas, creche, playground e áreas de lazer. O lançamento ocorreu em uma reunião pública, onde foram apresentados os detalhes do projeto e as condições de compra. O sucesso da comercialização demonstra o interesse da população em habitar a zona norte de Porto Alegre.

Empresa Publicação: Zero Hora
Data de Publicação: 09/10/1999
Edição/Caderno Publicação: Zero Hora
Página Publicação: 35
Nica Id: 5384085
Texto da Página: ZERO HORA PORTO ALEGRE, SABADO, 9 DE OUTUBRO DE 1999 Invasores deixam área da Usina de Itá Gerusul reassume o controle do canteiro de obras invadido na madrugada de segunda-feira QUESTÃO AGRÁRIA 35 GERAL EMERSON SOUZA/ZH Vistória: diretores da empresa visitou os diários para verificar eventuais danos à obra

Empresa Publicação: Zero Hora
Data de Publicação: 09/10/1999
Edição/Caderno Publicação: Zero Hora
Página Publicação: 35
Nica Id: 5384085
Texto da Página: ZERO HORA PORTO ALEGRE, SABADO, 9 DE OUTUBRO DE 1999 Invasores deixam área da Usina de Itá Gerusul reassume o controle do canteiro de obras invadido na madrugada de segunda-feira QUESTÃO AGRÁRIA 35 GERAL EMERSON SOUZA/ZH Vistória: diretores da empresa

Visitam a Casa de Força, apoiada na quarta-feira, e a Trindade d'Água, por onde será captada a matéria-prima do Rio Uruguai para fazer gerar as turbinas geradoras de energia da usina.

— Levaremos pelo menos três dias para reconectar o trabalho.

Serão necessários 10 dias para devolver o ritmo e o número normal de operações (2,2 mil) à obra — projetou o diretor de implantação de projetos da Gerusul, Roberto Quadros.

Empresa ainda não sabe se trabalho pode ser retomado próximo ao cronograma. O dirigente disse que ainda não é possível avaliar os prejuízos com o atraso no cronograma da obra.

Duas equipes, uma responsável pela obra civil e outra pela eletromecânica, fazem desde ontem um rastreamento minucioso das condições da usina para verificar se houve danos aos equipamentos.

— Aparentemente, tivemos somente alguns vidros quebrados e portas arrombadas — disse Quadros.

Os integrantes do Movimento dos Barragões (MAB) começaram a desarmar as barracas erguidas no pátio da usina ainda antes da invasão, realizada às 9h30min.

Era o sinal de cansaço e de que a abertura das negociações com a empresa chegou aos manifestantes.

A audiência realizada no fórum de Erechim, na quinta-feira, entre o MAB e a empresa, mediada pelo juiz Mauro Caum Gonçalves, não resolveu o impasse.

A solução só foi aparecer depois de novas tratativas por telefone, que se estenderam até a 1h de ontem.

MARIELEISE FERREIRA Um buziço e uma massa campal foram feitos ontem no bloqueto da RS-324, entre Três Palmeiras e Ronda Alta, onde colono e índios protestam pela demora na indenização e na demarcação de áreas indígenas.

Dois agricultores estão há três dias em greve de fome, e os manifestantes prometem não deixar o local até obterem resposta positiva sobre a liberação dos R\$ 3 milhões que faltam para indenizar as benfiteiras.

O protesto que começou na terça-feira obteve avanços.

Um acordo foi feito com o governo do Estado para reassentamento de 65 famílias em duas áreas, além do cadastramento imediato das outras famílias.

Também conseguiram que o governo oferecesse a opção por indenização em dinheiro ou reassentamento.

A Funai vetou os processos de 127 propriedades com inventários já feitos, admitindo que todas têm benfiteiras, e que podem ser indenizadas.

O administrador regional da Funai, Clóvis Alvares, disse que a verba para indenização não depende do órgão, mas dos ministérios do Orçamento e da Justiça.

A Funai garante aos agricultores que não precisarão sair das terras antes da colheita.

Apesar disso, os produtores reclamam que os índios não estão permitindo que eles plantem na área.

A greve de fome iniciada por dois colonos na quinta-feira deve ser reforçada por outros oito na segunda.

Ontem, mais colono aderiram ao bloqueto, impedindo que caminhões e outros veículos passem pelo local.

ALTO URUGUAI Rodovia continua bloqueada. Veja como ficou o acordo que pôs fim ao impasse: O ACORDO A Gerusul concordou em liberar num prazo de 90 dias R\$ 1,48 milhão para as 74 famílias atingidas pela barragem no município de Catuípe.

A empresa também irá renovar os convênios de assistência técnica, agrícola e social com os agricultores cujas terras foram afetadas pela usina.

Os atingidos fizeram ontem mesmo o cadastramento dos problemas com três equipes da Gerusul que foram ao acompanhamento.

Os reassentados passaram a receber o equivalente a 50 sacos de milho por ano, durante 20 anos, para um fundo comum que irá financiar empreendimentos dos grupos.

Antes, o dinheiro era pago à Gerusul.

A PENDÊNCIA Os agricultores insistem em receber indenização por uma área de até cem metros da nova margem do Rio Uruguai.

Algum que terá suas licenças de utilização de pesticidas, aviários, atômicos e outras fontes de renda consideradas causadoras de média e grande poluição suspensas pelos órgãos ambientais.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1- Definições dos tipos de migrantes forçados	20
Figura 2- Mapa do Brasil dividido por Unidades da Federação	31
Figura 3- Evolução da população brasileira total (urbana e rural).....	32
Figura 4- Informações de consumo por região geográfica	37
Figura 5- Gráfico das matrizes de energia elétrica no Brasil (2012)	39
Figura 6- Matriz de Energia Elétrica no Brasil – Empreendimentos em operação	40
Figura 7- Quadro da capacidade de geração instalada e em operação no Rio/UF:.....	40
Figura 8- Capacidade instalada por estado em 2008	41
Figura 9- Empreendimentos para geração de energia em construção (A) e os outorgados (B), sendo CHG – Central Geradora Elétrica; CGU – Central Geradora Undi-elétrica; EOL – Central Geradora Eolielétrica; PCH - Pequena Central Hidrelétrica; SOL – Central Geradora So.....	42
Figura 10- Nova fronteira elétrica na Amazônia	43
Figura 11- Leis internas relativas à proteção ambiental e aos atingidos pelas barragens, no período entre 1981 e 2007	52
Figura 12- Localização hidrelétrica de Tucuruí.....	63
Figura 13- Municípios atingidos pela barragem de Tucuruí.....	68
Figura 14- Perfil dos deslocados por grandes hidrelétricas no mundo.....	69
Figura 15- Impacto do lago (não estão contabilizadas as famílias moradoras da sede de Itá).....	91
Figura 16- Remanejamento da população rural	95
Figura 17- Força de trabalho dos agricultores atingidos pela UHE Itá.....	98
Figura 19- Tabela-resumo do estudo das hidrelétricas de Tucuruí e Itá.....	106